

## Relatórios de Campo da Região Norte



VOLUME 1 - TOMO I



SÉRIE MEMÓRIAS DO  
PROGRAMA NACIONAL DE  
SANEAMENTO RURAL



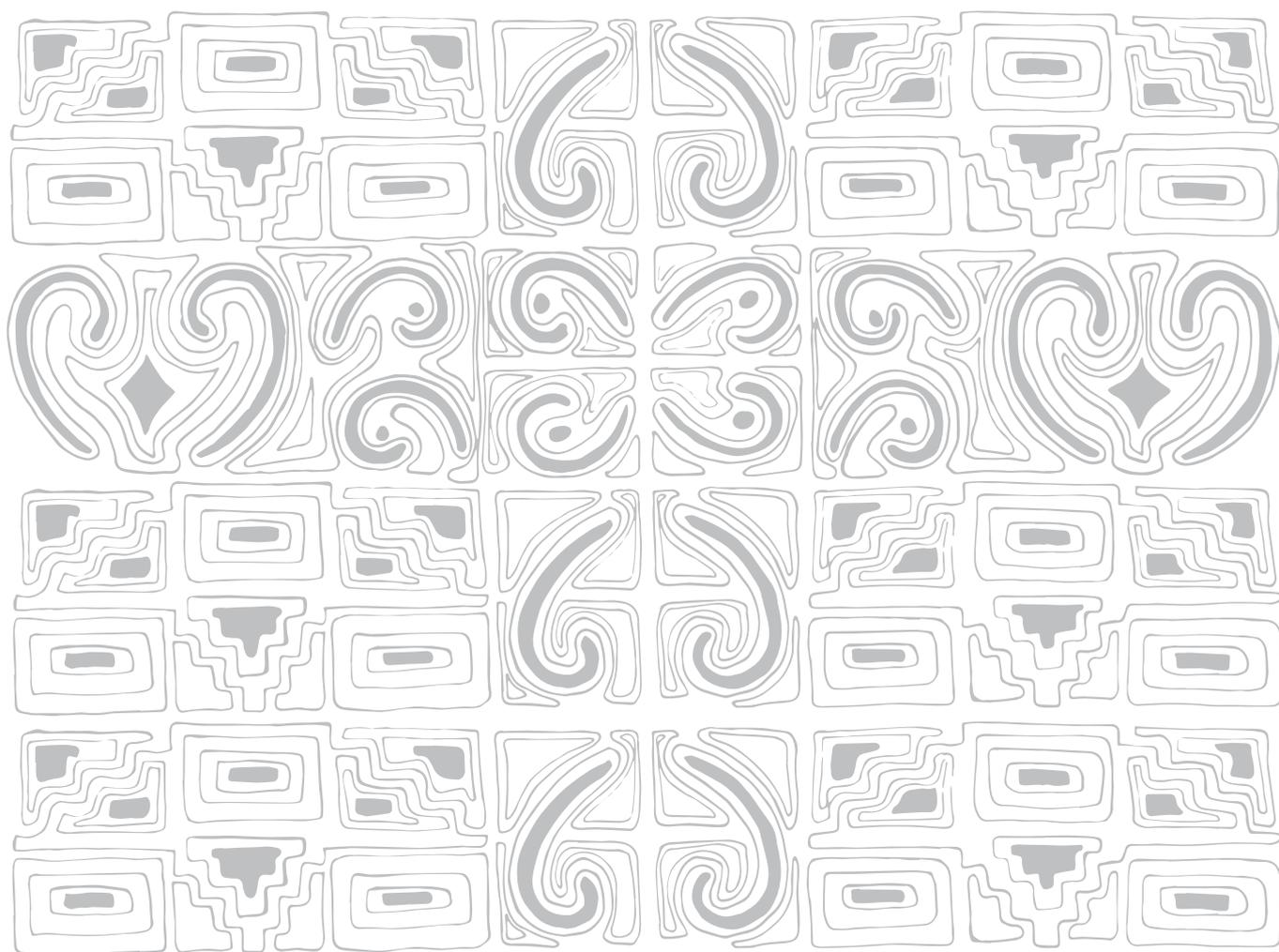


FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

PROGRAMA NACIONAL  
DE SANEAMENTO RURAL

**PNSR**

## *Relatórios de Campo da Região Norte*



VOLUME 1 - TOMO I

SÉRIE MEMÓRIAS DO  
PROGRAMA NACIONAL DE  
SANEAMENTO RURAL



Brasília - DF/2021

2021. Fundação Nacional de Saúde.



Essa obra é disponibilizada nos termos da Licença *Creative Commons* – Atribuição – Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total dessa obra, desde que citada a fonte. A coleção institucional do Ministério da Saúde pode ser acessada, na íntegra, na Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde: <<http://www.saude.gov.br/bvs>>; e na Biblioteca eletrônica da Fundação Nacional de Saúde: <<http://www.funasa.gov.br/site/publicacoes/>>

Tiragem: 1ª edição – 2021 – versão eletrônica

**ELABORAÇÃO:**

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)  
Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental (Desa),  
como resultado do Termo de Execução Descentralizada nº  
01/2015 entre Funasa e UFMG  
Av. Antônio Carlos, 6627 - Escola de Engenharia,  
Bloco 1 - 4º andar – Pampulha  
Belo Horizonte/MG CEP: 31270-010  
Telefone: (31) 3409 1880 | Fax: (31) 3409 1879  
Home page: <http://www.desa.ufmg.br/>

**ORGANIZAÇÃO E AUTORIA DOS TEXTOS:**

Bárbara Marques Sales  
Jéssica Ayra Silva  
Oscar Torreta  
Vinícius Galvão

**DISTRIBUIÇÃO E INFORMAÇÕES:**

Fundação Nacional de Saúde (Funasa)  
Departamento de Engenharia de Saúde Pública (Densp),  
Coordenação da Gestão do Programa Saneamento Brasil  
Rural (Copsr)  
Setor de Autarquias Sul (SAUS) - Quadra 04  
Bloco N - 6º andar - Ala Norte  
Brasília/DF CEP: 70.070-040  
Telefone: (61) 3314-6328/6457/6530/6626  
Home page: <http://www.funasa.gov.br>

**EDITOR:**

Fundação Nacional de Saúde (Funasa)  
Coordenação de Comunicação Social e  
Cerimonial (Coesc)  
Divisão de Comunicação Visual e Mídias  
Digitais (Dicov)  
Setor de Autarquias Sul (SAUS) - Quadra 04  
Bloco N - 7º andar - Ala Sul  
Brasília/DF CEP: 70.070 -040  
Telefone: (61) 3314-6440

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

**Ficha Catalográfica**

Brasil. Fundação Nacional de Saúde.

Programa Nacional de Saneamento Rural PNSR: relatórios de campo da região norte / Fundação Nacional de Saúde. – 1. ed. – Brasília : Funasa, 2021.

138 p. : il. (Série Memórias do Programa Nacional de Saneamento Rural ; v. 1 ; t. 1)

**ISBN 978-65-5603-024-1**

1. Saneamento Básico. 2. Saúde Ambiental. 3. Saneamento Rural. I. Título. II. Série.

CDU 628

Catalogação na fonte – Divisão de Museu e Biblioteca – Funasa

Títulos para indexação:

Em inglês: *National Rural Sanitation Program: Field Reports from the Northern Region.*

Em espanhol: *Programa Nacional de Saneamiento Rural: Informes de Campo de la Región Norte.*

## LISTA DE FIGURAS

|   |    |
|---|----|
| Figura 1 – Realização do Mapa Falante com morador ribeirinho .....  | 13 |
| Figura 2 - Localização de Capixaba/AC.....  | 14 |
| Figura 3 – Planta com distribuição dos lotes, com destaque para a Reserva Florestal .....   | 18 |
| Figura 4 – Distância entre o Ramal de acesso do Assentamento e Capixaba , Senador Guiomard e Rio Branco .....   | 19 |
| Figura 5 – Acessos dentro de Alcoobrás .....  | 20 |
| Figura 6 – Recorte do Mapa de Bacias e Microbacias.....   | 21 |
| Figura 7– Setor Censitário que mais se aproxima da área do Assentamento.....  | 22 |
| Figura 8 – Gráficos referentes ao Setor 120017905000011.....  | 23 |
| Figura 9 – Escola Estadual Rural Nova Esperança .....   | 25 |
| Figura 10 – Posto de Saúde abandonado.....  | 27 |
| Figura 11 – Captação de água em vertente distante do domicílio.....   | 36 |
| Figura 12 – Poço raso localizado no peridomicílio, protegido por tampa de madeira e lona .....  | 36 |
| Figura 13 – Vertente com "água limpa", revestida com tijolos maciços e tampa de madeira .....   | 37 |
| Figura 14 – Foto da mesma vertente, onde se pode observar que não há vegetação ao lado da vertente, mas que são plantados buritis próximos ao local .....                         | 37 |
| Figura 15 – Poço localizado ao lado de um açude .....   | 38 |
| Figura 16 – Açude que possui características semelhantes aos utilizados para captar água no período de seca.....  | 38 |
| Figura 17 – Vertente (Poço Raso Escavado) localizada no Ramal do Barriga, na qual é possível ver a bomba do dono do lote e do domicílio vizinho.....                              | 39 |
| Figura 18 – Criança que mora próximo à região do rio, voltando com balde. O local em que ele busca a água é a mesma vertente da foto anterior .....                               | 39 |
| Figura 19 – Formas de armazenamento de água observadas: a) Caixa trepada b) Caixa em local onde se toma banho c) Caixa fora de casa e perto da cozinha d) Baldes na cozinha ..... | 41 |
| Figura 20 – Usina Álcool Verde que possui uma lagoa de rejeitos que a moradora tem receio que possa contaminar suas águas para consumo doméstico .....                            | 42 |
| Figura 21 – Presença de animais, a montante do açude e de outras fontes de água.....  | 42 |
| Figura 22 – Privada com fossa seca.....   | 44 |

|   |    |
|---|----|
| Figura 23 – Vista da tampa da fossa rudimentar, no lote, a cerca de 20 m da residência .....        | 44 |
| Figura 24 – Fossa rudimentar retangular .....   | 45 |
| Figura 25 – Formas e locais de banho identificados .....  | 46 |
| Figura 26 – escoamento de águas servidas.....   | 47 |
| Figura 27 – Alto nível d'água em fossa seca, com cinco meses de uso.....                            | 48 |
| Figura 28– Moradora queimando lixo no seu quintal.....  | 48 |
| Figura 29 – Lixo depositado em fundo do lote "num canto" .....                                      | 49 |
| Figura 30 – Cesto de lixo “transbordando” em frente à escola .....                                  | 49 |
| Figura 31– Lixo espalhado pelo lote.....  | 50 |
| Figura 32– Paiol onde são guardadas as embalagens de defensivos agrícolas.....                      | 51 |
| Figura 33 – Situação do ramal Antônio Costa, após 3 dias de chuva.....                              | 52 |
| Figura 34 – Vista de casa no ramal alagado .....  | 52 |
| Figura 35 – Estruturas de drenagem pluvial encontradas: valas ao lado do ramal .....                | 53 |
| Figura 36 – Açudes próximos aos ramais .....  | 53 |
| Figura 37– Ônibus de Pacoval .....  | 57 |
| Figura 38 – Reunião realizada na plenária da associação .....                                       | 58 |
| Figura 39 – Mapa conceitual construído na reunião.....  | 59 |
| Figura 40 – Localização do Município de Alenquer.....   | 60 |
| Figura 41– Cordão do Marambiré .....  | 64 |
| Figura 42 – Vista de rua principal de Pacoval.....  | 64 |
| Figura 43 – Vista de Pacoval em 1992.....   | 65 |
| Figura 44 – Mapa do Pacoval .....   | 65 |
| Figura 45 – Visão aérea da comunidade .....   | 66 |
| Figura 46 – Distância do Quilombo Pacoval da sede Alenquer.....                                     | 66 |
| Figura 47 – Estrada de acesso ao Quilombo Pacoval .....   | 67 |
| Figura 48 – Rio Curuá, local onde o ônibus para e os passageiros pegam os barcos para a travessia . | 67 |
| Figura 49 – Galpão da Associação, onde funciona a creche e o ensino primário .....                  | 68 |
| Figura 50 – Escola Municipal de Ensino Fundamental Martinho Nunes.....                              | 68 |
| Figura 51 – Acesso ao roçado.....   | 73 |

|  |    |
|--|----|
| Figura 52 – Crianças lavando tripas de gado no igarapé.....  | 75 |
| Figura 53 – Reservatórios do antigo sistema de abastecimento de água.....                              | 79 |
| Figura 54 – Poço do tipo bocão.....  | 80 |
| Figura 55 – Vista de poço tipo bocão.....  | 81 |
| Figura 56 – Poço artesiano com bomba.....  | 82 |
| Figura 57– Tubulação que capta água do poço.....   | 82 |
| Figura 58 – Rio Curuá.....   | 83 |
| Figura 59 – Igarapé Mapirí.....  | 83 |
| Figura 60 – Tipo de tratamento praticado: coar a água.....   | 84 |
| Figura 61 – Pessoas buscando água.....   | 85 |
| Figura 62 – Mulher e seus filhos a caminho do rio para lavar roupa.....                                | 85 |
| Figura 63 – Casinha.....   | 87 |
| Figura 64 – Casinha no fundo do quintal e sua distância do poço até o local onde é captada a água..... | 88 |
| Figura 65 – Banheiro com vaso sanitário, pia e chuveiro.....   | 88 |
| Figura 66 – Localização da fossa rudimentar, em relação à casa.....                                    | 89 |
| Figura 67 – Local de tomar banho, embaixo da caixa d’água.....   | 90 |
| Figura 68 – Girau onde as vasilhas são lavadas.....  | 90 |
| Figura 69 – Disposição de águas servidas diretamente no solo.....                                      | 91 |
| Figura 70 – Águas servidas escorrendo pela calçada.....  | 91 |
| Figura 71 – Lixo queimado no fundo do quintal.....   | 93 |
| Figura 72 – Presença de lixo espalhado pelo quintal.....   | 93 |
| Figura 73 – Lixo lançado em erosões na margem do Rio Curuá.....  | 94 |
| Figura 74 – Local em que a comunidade vem lançando parte do seu lixo.....                              | 94 |
| Figura 75 – Vidros virados de boca para baixo em um quintal.....                                       | 95 |
| Figura 76 – Placa colocada na margem do rio, como tentativa de conscientização da população.....       | 96 |
| Figura 77 – Caixotes de madeira para coleta de lixo.....   | 96 |
| Figura 78 – Vias principais de piçarra.....  | 97 |
| Figura 79– Erosão nas margens do Rio Curuá.....  | 98 |

|   |     |
|---|-----|
| Figura 80 – Técnico da SEAPROF elaborando o mapa das colocações, varadouros e distâncias no Seringal Vila Nova..... | 101 |
| Figura 81 – Varadouro no Seringal Vila Nova.....  | 102 |
| Figura 82 – Deslocamento da equipe de campo.....  | 102 |
| Figura 83 – Codificação das entrevistas.....  | 103 |
| Figura 84 – Codificação por eixo – Esgotamento Sanitário.....   | 104 |
| Figura 85 – Sr. Antônio e Henrique fazendo o Mapa Falante.....  | 104 |
| Figura 86– Localização de Capixaba – AC.....  | 105 |
| Figura 87 – Distribuição dos seringais na área da RESEX.....  | 107 |
| Figura 88 – Mapa do Seringal Vila Nova.....   | 108 |
| Figura 89 – Distância do Seringal Vila Nova da sede do município de Capixaba e da capital Rio Branco.....           | 109 |
| Figura 90 – Entrada do Ramal Zé do Côco.....  | 110 |
| Figura 91 – Mapa de vegetação da RESEX Chico Mendes.....  | 110 |
| Figura 92 – Calha onde é captada a água de chuva.....   | 120 |
| Figura 93 – Soluções individuais de abastecimento de água.....  | 123 |
| Figura 94 –Localização de cacimba.....  | 124 |
| Figura 95 – Casinhas e banheiros.....   | 125 |
| Figura 96 – Banheiro completo e fossa rudimentar com ‘regio’.....   | 127 |
| Figura 97 – Soluções adotadas para as águas servidas.....   | 128 |
| Figura 98 – Destinações do lixo.....  | 129 |
| Figura 99 – Baterias usadas utilizadas como pesos, em uma “mini academia”.....                                      | 129 |
| Figura 100 – Potes e recipientes sendo reutilizados para guardar produtos diversos.....                             | 130 |
| Figura 101 – Rio Acre, na “alagação”, quando o nível do rio atingiu a altura das janelas das casas..                | 131 |
| Figura 102 – Situação dos Varadouros.....   | 132 |

## LISTA DE TABELAS

|   |     |
|---|-----|
| Tabela 1– Caracterização do município de Capixaba.....                                      | 15  |
| Tabela 2 – Quantidade de estabelecimentos de saúde, por tipo de administração.....          | 16  |
| Tabela 3 – Informações sobre saneamento no Município de Capixaba/AC .....                   | 16  |
| Tabela 4 – Dados do setor censitário: população, razão de sexo e densidade demográfica..... | 22  |
| Tabela 5 – Caracterização do Município de Alenquer.....                                     | 61  |
| Tabela 6 – Dados sanitários do município de Alenquer (PA) .....                             | 62  |
| Tabela 7– Caracterização do município de Capixaba.....                                      | 106 |
| Tabela 8– Quantidade de estabelecimentos de saúde, por tipo de administração .....          | 106 |



## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| APRESENTAÇÃO.....   | 9  |
| 1. PROJETO DE ASSENTAMENTO ALCOOBRÁS, CAPIXABA – ACRE ..... | 11 |
| 1.1 INTRODUÇÃO .....  | 11 |
| 1.2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPIXABA.....            | 14 |
| Localização .....   | 14 |
| Aspectos Demográficos .....                                 | 15 |
| Saúde .....   | 15 |
| Saneamento Básico .....                                     | 16 |
| 1.3 O ASSENTAMENTO ALCOOBRÁS .....                          | 17 |
| Histórico .....   | 17 |
| Caracterização do Território.....                           | 19 |
| Clima .....   | 21 |
| Solo e Vegetação .....                                      | 21 |
| Hidrografia.....  | 21 |
| População .....   | 22 |
| Educação .....  | 25 |
| Saúde .....   | 25 |
| Atividades Econômicas e Fontes de Renda .....               | 27 |
| Potencialidades .....                                       | 30 |
| Processos Organizativos .....                               | 30 |
| Saneamento básico .....                                     | 35 |
| 1.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....                               | 53 |
| 1.5 REFERÊNCIAS.....  | 54 |
| 2. COMUNIDADE QUILOMBOLA PACOVAL – PARÁ.....                | 56 |
| 2.1 INTRODUÇÃO .....  | 56 |
| 2.2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALENQUER .....           | 60 |
| Clima.....  | 61 |



|  |     |
|--|-----|
| Solos e vegetação .....                                    | 61  |
| Saneamento .....   | 61  |
| 2.3 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA PACOVAL.....   | 62  |
| Histórico .....  | 62  |
| Localização .....  | 66  |
| Educação .....   | 68  |
| Saúde .....  | 69  |
| Atividades Econômicas e Fontes de Renda .....              | 72  |
| Processos organizativos .....                              | 76  |
| Saneamento .....   | 79  |
| 2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....                              | 98  |
| 2.5 REFERÊNCIAS.....                                       | 99  |
| 3. RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES, CAPIXABA - ACRE..... | 100 |
| 3.1 INTRODUÇÃO .....                                       | 100 |
| 3.2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPIXABA.....           | 105 |
| Introdução .....   | 105 |
| Localização .....  | 105 |
| População .....  | 106 |
| Saúde .....  | 106 |
| Clima .....  | 107 |
| 3.3 SERINGAL VILA NOVA.....                                | 107 |
| Histórico .....  | 108 |
| Localização .....  | 109 |
| Vegetação.....   | 110 |
| Hidrografia.....   | 110 |
| Dados demográficos.....                                    | 111 |
| Educação .....   | 111 |
| Saúde .....  | 111 |
| Atividades econômicas.....                                 | 112 |

|                               |     |
|-------------------------------|-----|
| Processos organizativos ..... | 114 |
| Saneamento .....              | 120 |
| 3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 132 |
| 3.5 REFERÊNCIAS.....          | 133 |



## APRESENTAÇÃO

A reconhecida diversidade de demandas e soluções de saneamento básico no Brasil, tanto em áreas rurais quanto nas urbanas, é de difícil mensuração. Os dados provenientes do Censo Demográfico, na perspectiva da amostra e do universo, mesmo possuindo a característica de serem representativos da realidade à qual estão associados, não são capazes de revelar a real dimensão das ações de saneamento, em termos de adequação. As informações censitárias abrangem certas características do abastecimento de água, do escoamento do esgoto, do destino do lixo e de estruturas de drenagem pluvial, que, a despeito de numericamente serem representativos da realidade sanitária dos domicílios, apenas contemplam parcialmente a situação dos domicílios, não sendo possível demonstrar, por seu intermédio, se há abastecimento de água com qualidade e regularidade, se os esgotos têm tratamento, se os resíduos têm destinação ambientalmente adequada e se as águas pluviais são manejadas de forma adequada. Na perspectiva qualitativa cria-se uma maior aproximação com a realidade de modo a se alcançar a sua compreensão, entretanto, trata-se de uma abordagem que privilegia a profundidade e por isso se restringe a um número reduzido de casos, que, se por um lado, é insuficiente para representar uma realidade mais ampla, por outro, traz à tona aspectos que denotam as práticas sanitárias vigentes, revelando-as a partir de uma visão polissêmica, assumida como intrínseca à discussão da ruralidade.

Diante da necessidade de uma visão mais aprofundada de distintas realidades rurais do Brasil, acerca das ações de saneamento, previu-se uma etapa de campo envolvendo uma imersão de dez dias em quinze comunidades rurais, em que cinco equipes de três pesquisadores buscaram alcançar as realidades sanitárias, por meio de entrevistas, observação direta e observação participante. Se de um ponto de vista formal ao termo metodologia podem ser atribuídos vários significados, tanto na linguagem científica quanto na ordinária, a acepção que se encontra em quase todos os dicionários, a mais próxima do significado original grego e com maior afinidade às pesquisas acadêmicas, seria aquela que se aproxima, na medida do possível, das situações naturais vividas no campo pelos sujeitos das comunidades em questão.

Todavia, com a tomada de consciência do fato de que compreender e aproximar-se destas condições não teria consistido simplesmente em representar "o ponto de vista do nativo", em uma pretensão romântica de igualdade ou em uma orquestração polifônica difícil, entendeu-se como necessária a construção de sentido por parte dos pesquisadores para que estes pudessem fornecer informações consistentes sobre o objeto pretendido. Daí, a pergunta inicial que surgiu na fase preparatória das equipes de campo: quais as abordagens poderiam ser consideradas como as mais apropriadas às pesquisas em profundidade no âmbito do PNSR?

Como consequência, as mudanças ocorridas no âmbito antropológico em relação à representação canônica, que previa três fases distintas: a coleta de dados através do emprego de diferentes técnicas, a sua análise e, enfim, a elaboração escrita, com a redação de um texto final. Isso significa que na maior parte dos casos, teriam sido utilizadas várias soluções etnográficas (reelaboração dos escritos, transcrição de documentos, uso de várias formas de fontes, elaboração de diários e anotações no

campo, etc.) assim como alguns procedimentos prestados através de uma livre interpretação da Grounded Theory (Charmaz et al. 2001, 2006, 2009). O emprego dos chamados "conceitos sensibilizantes", teriam, por exemplo, fornecido as primeiras indicações úteis para a implementação das entrevistas iniciais que em modo interativo teriam sido analisadas para construir novas entrevistas e assim, fazer emergir, em tal modo, novos temas e/ou outras questões relevantes. Nesta representação/construção, um papel central, teria sido desenvolvido pela escrita do trabalho de campo ou melhor, pela descrição das condições em que o trabalho evoluiu. O conceito de campo teria, em tal modo, adquirido um significado mais amplo: seja de espaço geográfico, ou seja do lugar onde os pesquisadores teriam desenvolvido fisicamente o próprio trabalho, que do percurso de desenvolvimento da atividade de pesquisa (acesso às informações, variedade das pessoas envolvidas, o tipo de relacionamento social desenvolvido etc.). Deste modo, partiu-se de um pressuposto maior de que à utilidade e à plausibilidade das descrições metodológicas, em última análise, cabe mais o julgamento em termos de coerência que de fundamentos.

Assim, neste volume da Série Memórias do PNSR estão apresentados os 15 relatórios de campo desenvolvidos com o intuito de revelar de forma mais profunda algumas realidades rurais do País. As quinze localidades foram escolhidas a partir de critérios de exemplaridade, que permitissem o alcance de realidades diversas, nas perspectivas ambiental (biomas), demográficas (contingente populacional e forma de distribuição no território), socioeconômicas (ocupação das famílias e renda) e cultural (segundo as tradições enraizadas na ascendência familiar – quilombolas, ribeirinhas, extrativistas).

Os retratos das quinze realidades rurais permitiram avanços importantes. Primeiro, porque ilustraram as distintas ruralidades, mostrando como as relações entre as pessoas e destas com o ambiente, em contextos específicos, e como essas ruralidades afetam as escolhas em termos de soluções de saneamento (ou sua ausência). Cada uma das quinze realidades possui particularidades sanitárias próprias, revelando que, em termos de demandas, o contexto socioambiental e cultural é o maior condicionante, sobretudo em função da histórica ausência do poder público no oferecimento de soluções de saneamento para as áreas rurais. O fato de a oferta não partir do poder público condiciona soluções que se adaptam ao contexto ambiental e socioeconômico das famílias. Em segundo lugar, a caracterização das soluções de saneamento praticadas nas quinze localidades, de maneira geral, com grande precariedade, potencializou discussões sobre quais seriam as alternativas tecnológicas e de gestão capazes de se tornarem sustentáveis e perenes, dados os contextos vigentes. Assim, elementos do mundo real trazidos para o debate acadêmico foram essenciais para a definição das matrizes tecnológicas do PNSR e para o delineamento de instrumentos de gestão, educação e participação social, que ganharam ainda mais expressão no cerne dos eixos estratégicos que conduzirão o saneamento rural a um outro patamar no Brasil, nos próximos 20 anos.

# 1. PROJETO DE ASSENTAMENTO ALCOOBRÁS, CAPIXABA – ACRE

## 1.1 INTRODUÇÃO

Antes da equipe ir a campo, tentou-se buscar elementos que caracterizassem a comunidade, por meio de levantamento bibliográfico, basicamente por pesquisas na internet. No entanto, as informações obtidas não foram suficientes para traçar um roteiro para a realização dos trabalhos, dada a escassez de dados sobre a comunidade, em relação aos acessos, perfil e distribuição da população ali residente. O contato prévio realizado pela equipe, ainda em Belo Horizonte, foi com o Sr. José Marcos, presidente de uma das associações do Projeto de Assentamento. É importante ressaltar que tal contato nem sempre foi fácil, uma vez que, na região, não há cobertura de rede de celular.

Ainda durante a execução do relatório da primeira parte da pesquisa, na Reserva Extrativista Chico Mendes, o técnico da Secretaria do Estado de Extensão Agroflorestal de Produção Familiar (SEAPROF), Amilton, conduziu as pesquisadoras Bárbara e Jéssica ao assentamento, a fim de definir onde a equipe ficaria hospedada, e possibilitar um contato pessoal prévio com Sr. José Marcos. Pelas palavras do presidente, foi possível notar uma expectativa muito grande da comunidade, o que foi confirmado quando a equipe conversou com o Prefeito Otávio Varêda, no dia 19/01/2016, antes mesmo de se dirigir à primeira atividade de campo. Nesta conversa, o prefeito relatou que Zé Marcos, como é conhecido o presidente da associação, estava extremamente animado, pois o “projeto dos banheiros” finalmente chegaria.

*“O Zé Marcos passou de manhã, chegou muito animado e tudo, e tal e bebebê e tudo e tal, que vocês estariam vindo, essa equipe, pra mapear as áreas, as colônias<sup>1</sup> já iriam receber as melhorias sanitárias”.*

Foi possível perceber um possível problema de comunicação prévia, e que a equipe deveria alinhar as expectativas junto à comunidade, principalmente por 2016 ser um ano eleitoral e, assim, os candidatos locais poderiam se aproveitar indevidamente da pesquisa, utilizando-a como material de campanha. Desta forma, a fim de desvincular a pesquisa de qualquer projeto de infraestrutura anterior, ou mesmo de campanhas eleitorais, optou-se por realizar a apresentação inicial citando apenas a Universidade Federal de Minas Gerais.

Já num primeiro momento, a primeira impressão que a equipe teve foi a de que a comunidade ali não era de todo isolada, mas sim acostumada com o contato com pessoas de fora da comunidade. As pessoas se deslocavam para as cidades, principalmente Rio Branco.

Optou-se por realizar entrevistas individuais em cada ponto do assentamento, ou seja, por um único entrevistador, devido à sua extensa distribuição territorial, com o intuito de cercar as particularidades e diferenças de cada realidade. O primeiro dia de entrevistas foi 16/02/2016, no período da tarde. Durante as visitas, o pesquisador se apresentava, identificava o projeto e o assunto que seria abordado. Não foi seguida uma ordem fixa de quais tópicos seriam tratados, e os assuntos eram

<sup>1</sup> Colônia: propriedade rural de médio porte

discutidos à medida que emergiam na fala do interlocutor, ou quando as informações do eixo já se mostravam suficientes. No entanto, é importante ressaltar que uma conversa inicial, com identificação do morador e tempo de moradia naquela localidade, se mostrou fundamental para uma conversa mais fluida.

Em alguns casos, notou-se certa desconfiança, ou mesmo certa resistência de alguns entrevistados, para responder a determinados tópicos da pesquisa e, em alguns casos, uma recepção pouco amistosa. Um deles, por exemplo, logo na apresentação do pesquisador, desconfiou ser campanha eleitoral e, se fosse, pediria ao pesquisador que se retirasse. Logo no início, foi possível perceber a insatisfação com as diversas promessas feitas em épocas eleitorais. O fato de o pesquisador utilizar um roteiro de perguntas, e até mesmo realizar anotações, deixava os entrevistados um tanto quanto curiosos, senão desconfiados. Desta forma, logo que o roteiro foi memorizado, definiu-se como ideal que ele não estivesse em mãos, principalmente no primeiro contato com os moradores.

Com o decorrer das entrevistas, notou-se que a presença do guia da equipe na comunidade (Sr. Feitosa), acompanhando a equipe ou introduzindo os pesquisadores, constituiu um elemento importante para que os moradores se mostrassem mais à vontade. Desta forma, em várias entrevistas subsequentes, o Sr. Feitosa esteve presente. Percebeu-se uma melhora substancial, tanto em termos de participação, quanto de informações obtidas. Além disso, após finalizadas as entrevistas, era possível confrontar os resultados obtidos com a opinião do guia, sem que isso interferisse na interpretação das informações. A intenção era reelaborar as perguntas para as próximas entrevistas e, quiçá, o direcionamento ou sua formulação.

A partir desse contexto, percebeu-se a necessidade de entrevistar os presidentes de cada associação, já que, além de ser uma pessoa de cada ramal, poderia fornecer uma perspectiva dos demais moradores residentes nas imediações. Optou-se por entrevistar também os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) que atuam na comunidade, para se ter uma visão geral das doenças recorrentes e problemas ali enfrentados, no âmbito da saúde. Foram entrevistados quatro representantes das Associações, além de três ACS<sup>2</sup>, num total de sete presidentes e oito ACS. Além disso, a equipe entrevistou pessoas que poderiam dar informações mais sólidas a respeito do “projeto dos banheiros”. Foram entrevistados um morador e um ex-morador do assentamento, que foram citados como responsáveis pela documentação e intermediação com a FUNASA.

Durante o dia, a equipe realizava entrevistas nas residências do assentamento. O período da noite era utilizado para apuração de resultados e definições das atividades a serem realizadas nos dias seguintes. Decorridos quatro dias, a equipe optou por pausar a série de entrevistas, para que se pudesse ouvir as gravações já realizadas e, assim, confrontar todos os dados obtidos. Notou-se que essa pausa, apesar de ser um dia de entrevistas “perdido”, enriqueceu muito a análise, pois permitiu um direcionamento mais preciso, a fim de que a saturação de dados fosse obtida de uma maneira mais sólida e as informações que complementassem a pesquisa pudessem ser exploradas. Por estar numa época

---

<sup>2</sup> Não foi possível localizar todos os ACS, pois nem todos estavam no assentamento no decorrer desta pesquisa.

chuvosa e a equipe dispor apenas de um carro pequeno, o acesso até as margens do rio estava impossibilitado pela precariedade da estrada. Desta forma, não foi possível realizar entrevistas com os moradores ribeirinhos em suas residências. Realizou-se apenas uma entrevista e um Mapa Falante (Figura 1), com um morador que vivia às margens do rio e que estava em uma das casas visitadas pela equipe.

Figura 1 – Realização do Mapa Falante com morador ribeirinho



Fonte: Acervo do PNSR (2016)

À medida que avançávamos na pesquisa, novos contextos surgiram e, mais uma vez, fez-se necessário o aprofundamento destas realidades. Desta forma, a roda de conversa com membros do PA Alcoobrás se apresentou como um bom instrumento. Para participar da roda de conversa, foram convidados dois moradores de cada ramal e o presidente da associação correspondente<sup>3</sup>. O intuito desta roda foi construir, junto com os moradores, os contextos sociais (assistência às políticas públicas), econômicos (fontes de renda) e sanitários (gestão dos serviços, hábitos e saúde) do PA Alcoobrás, os quais ainda geravam dúvidas e incertezas para a equipe. Vale ressaltar que alguns moradores convidados não participaram da roda, possivelmente por saber que a participação não geraria qualquer resultado imediato para suas demandas.

Devido ao fato de a pesquisa estar vinculada à FUNASA e abordar o tema saneamento, a equipe ficou associada à “firma” que, finalmente, realizaria o “projeto do banheiro”. Desta forma, tivemos o cuidado de desvincular o nosso trabalho desse projeto ou qualquer outro relacionado aos políticos locais. Modificamos nossa postura e o modo como nos apresentávamos: de pesquisadores do

<sup>3</sup> A equipe optou pela escolha de dois moradores (além do líder da associação), devido à limitação do acesso e às dificuldades de realizar o transporte de todos e de administrar uma quantidade muito grande de pessoas na reunião. Cabe destacar que o transporte foi realizado pelo caminhão da comunidade e o combustível foi pago pelos pesquisadores.

Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR), para pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais.

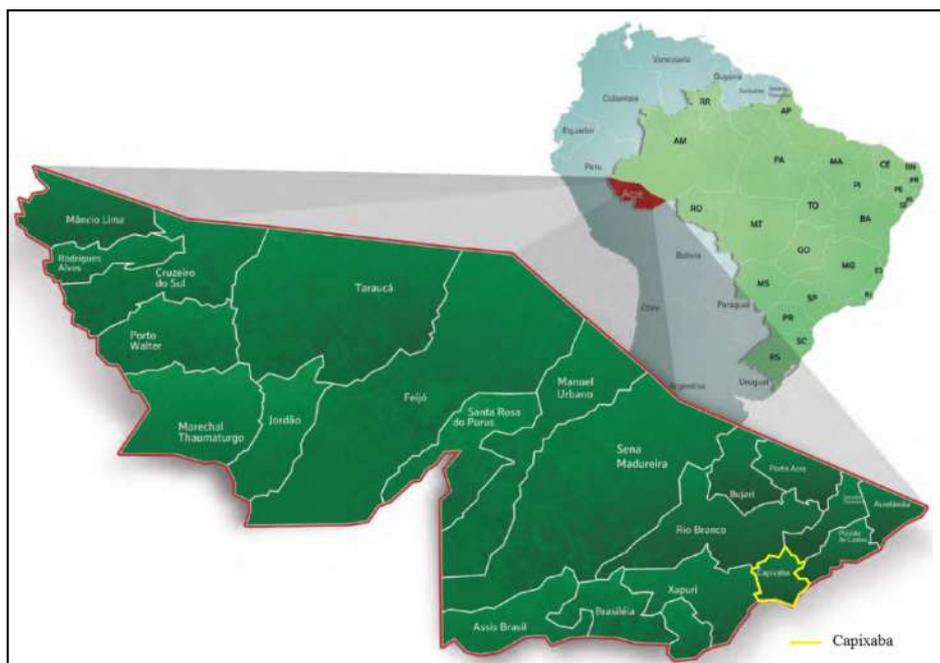
Apesar das diversas tentativas de desvincular o trabalho da nossa equipe das obras dos banheiros da FUNASA, nossa presença na comunidade acabou “ressuscitando” as expectativas e anseios por projetos de melhorias sanitárias. Percebeu-se, nas falas dos interlocutores, o uso constante das palavras: “povo desacreditado”, “promessas”, “cansado”, “ansiedade em projetos”. Neste sentido, a vivência sob inúmeras promessas, seja dos setores públicos (FUNASA, INCRA, Prefeitura), ou por políticos da região - que nunca se concretizaram - trouxe a descrença e um forte sentimento de abandono, em meio às dificuldades existentes no assentamento.

## 1.2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPIXABA

### 1.2.1 Localização

Capixaba pertence à mesorregião Vale do Acre e à microrregião de Rio Branco. O município limita-se, ao Norte, com o município de Rio Branco; ao Nordeste, com o município de Senador Guiomard; ao Leste, com o município de Plácido de Castro; à Oeste, com o município de Xapuri; e ao Sul, com a fronteira da Bolívia. A Figura 2 apresenta um mapa do município.

Figura 2 - Localização de Capixaba/AC



Fonte: Google imagens (2016)

Segundo a Confederação Nacional de Municípios (CNM), o nascimento do município de Capixaba se deu a partir de aglomerações de ex-seringueiros, devido à falência dos seringais nativos, onde já não era mais rentável a extração da seringa. Por volta de 1962, do antigo Seringal Gavião, começou a surgir a Vila Gavião, a partir da implantação da Escola Estadual Argentina Pereira Feitosa e de uma igreja

católica. Na década de 1970, com o incentivo do governo estadual, iniciou-se a migração de pessoas, principalmente do sul do país, com o objetivo de implantar grandes fazendas (latifúndios) de criação de gado. O governo acreditava que a pecuária traria o tão sonhado desenvolvimento para o estado.

Com a migração, chegou à Vila Gavião uma família vinda do Espírito Santo, que ali instalou uma serraria. Com isso, todos que queriam ir à Vila Gavião tinham como ponto de referência a serraria do capixaba. Com o passar do tempo, os moradores começaram a se referir à Vila Gavião como Vila Capixaba. Houve, então, uma votação para definição do nome: quem quisesse Vila Santo Antônio (padroeiro) colocaria na urna um caroço de milho e, quem quisesse Vila Capixaba, colocaria um caroço de feijão. Ao final da contagem, ganhou o feijão.

O nome oficial, atualmente, é Capixaba. Foi criado no dia 28 de fevereiro de 1992, pela Lei 1.096, diante do desenvolvimento das áreas municipais vizinhas de Rio Branco e Xapuri (PMSB, 2016). O Projeto de Assentamento Alcoobrás está localizado neste município.

### 1.2.2 Aspectos Demográficos

A Tabela 1, retirada do sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresenta uma caracterização sucinta de sua população. A distribuição por sexo indica que 52,61% da população são pessoas do sexo masculino (PMSB, 2016). Predomina-se a ocupação rural, constituída por 55,35% da população (IBGE, 2010).

Tabela 1– Caracterização do município de Capixaba

|  |           |
|--|-----------|
| População estimada em 2015 (hab)                     | 10.498    |
| População em 2010 (hab)                              | 8.798     |
| Área da unidade territorial (km <sup>2</sup> )       | 1.702,577 |
| Densidade demográfica em 2010 (hab/km <sup>2</sup> ) | 5,17      |

Fonte: PNUD; IPEA; FJP (2010).

Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil – Atlas Brasil <sup>4</sup>,

*“o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Capixaba é 0,575, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é a Longevidade, com índice de 0,794, seguida de Renda, com índice de 0,601, e de Educação, com índice de 0,398”.*

### 1.2.3 Saúde

Segundo a caracterização do município realizada, em 2015, pelo Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), Capixaba dispõe de três Unidades de Saúde da Família, distribuídas entre zona rural e urbana. Conta também com um Centro de Saúde, que atende à população da zona rural e dá apoio à

<sup>4</sup> Elaborado em conjunto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fundação João Pinheiro (FJP).

zona urbana. Quando o paciente necessita de cuidados mais específicos, é encaminhado para o hospital do município de Senador Guiomar ou de Rio Branco.

Ainda segundo o PMSB (2015), as vigilâncias sanitária, epidemiológica e de saúde são as que funcionam no município, realizando o controle de doenças transmitidas por vetores, como dengue, toxoplasmose, rubéola, esquistossomose e raiva. Já a Vigilância Sanitária em saúde, trabalha com a liberação de licença e fiscalização de estabelecimentos, na maioria das vezes através de denúncia. É possível notar que todos os estabelecimentos de saúde, em Capixaba, são municipais (Tabela 2).

**Tabela 2 – Quantidade de estabelecimentos de saúde, por tipo de administração**

| Tipo de administração | Quantidade            |                |
|-----------------------|-----------------------|----------------|
|                       | Município de Capixaba | Estado do Acre |
| Federal               | 0                     | 11             |
| Estadual              | 0                     | 47             |
| Municipal             | 5                     | 230            |
| Privada               | 0                     | 92             |

Fonte: IBGE (2010)

#### 1.2.4 Saneamento Básico

Nesta seção será realizado um comparativo entre os meios urbano e rural do município. A intenção é, através de dados disponíveis, permitir ao leitor uma visão macro do contexto de saneamento de todo o município, para que, em seguida, seja analisado o caso específico da comunidade Alcoobrás. Foram utilizados dados retirados do SIAB – Sistema de Informação da Atenção Básica, referentes ao mês de dezembro de 2015 (DATASUS, 2015). É importante ressaltar que os números são relativos à quantidade de famílias, e não à população. Desta forma, obteve-se certa divergência em relação aos dados do IBGE (2011) (Tabela 3).

**Tabela 3 – Informações sobre saneamento no Município de Capixaba/AC**

| Infraestrutura        |                         | Área Urbana        |       | Área Rural         |       | Total              |       |
|-----------------------|-------------------------|--------------------|-------|--------------------|-------|--------------------|-------|
|                       |                         | Número de famílias | %     | Número de famílias | %     | Número de famílias | %     |
| Abastecimento de água | Rede pública            | 935                | 60,64 | 3                  | 0,47  | 938                | 43,13 |
|                       | Poço/ Nascente          | 551                | 35,73 | 616                | 97,31 | 1167               | 53,66 |
|                       | Outros                  | 56                 | 3,63  | 14                 | 2,21  | 70                 | 3,22  |
| Tratamento de água    | Filtrada                | 293                | 19,00 | 20                 | 3,16  | 313                | 14,39 |
|                       | Fervida                 | 4                  | 0,26  | 3                  | 0,47  | 7                  | 0,32  |
|                       | Clorada                 | 1089               | 70,62 | 573                | 90,52 | 1662               | 76,41 |
|                       | Sem tratamento          | 156                | 10,12 | 37                 | 5,85  | 193                | 8,87  |
| Esgotamento sanitário | Rede pública            | 11                 | 0,71  | 2                  | 0,32  | 13                 | 0,60  |
|                       | Fossa                   | 1274               | 82,62 | 444                | 70,14 | 1718               | 78,99 |
|                       | Lançamento a céu aberto | 257                | 16,67 | 187                | 29,54 | 444                | 20,41 |
| Resíduos sólidos      | Coletado                | 1055               | 68,42 | 16                 | 2,53  | 1071               | 49,24 |
|                       | Queimado/Enterrado      | 434                | 28,15 | 603                | 95,26 | 1037               | 47,68 |
|                       | Disposição a céu aberto | 53                 | 3,44  | 14                 | 2,21  | 67                 | 3,08  |
| Total                 |                         | 1.542              | 70,9  | 633                | 29,1  | 2.175              | 100,0 |

Fonte: SIAB, 2016 (Modificado).

#### 1.2.4.1 Abastecimento de água

Para o ano de 2015, os dados do SIAB apontam que 60,64% das famílias residentes na zona urbana era atendida com abastecimento de água (935, num total de 1542). Na zona rural, 97,31% das famílias utilizavam poço/nascente, como forma de abastecimento (SIAB, 2016).

#### 1.2.4.2 Esgotamento sanitário

Em Capixaba não existe rede de esgotamento sanitário. Segundo o PMSB (2016), “os sistemas adotados de esgotamento sanitário adotados são: tratamento individual e lançamento em valas a céu aberto que aproveitam o escoamento natural formado pela drenagem das águas de chuva e são lançadas aos diferentes córregos e nascentes”. Provavelmente os dados registrados em relação às famílias que são atendidas por rede de esgoto tenham sido registrados incorretamente ou foi no passado, em alguma rede pequena.

#### 1.2.4.3 Resíduos sólidos

O município de Capixaba, na data pesquisa, dispunha de um lixão como destinação final para os resíduos sólidos. Os serviços de coleta de resíduos sólidos são executados diariamente na zona urbana e, uma vez por semana, em duas escolas situadas na zona rural (uma delas localizada em Alcoobrás). A coleta convencional é realizada em uma pequena parcela da área rural, onde há pavimentação. Nas demais áreas rurais do município, não é realizada. O resíduo é despejado em um lixão (a céu aberto), em uma área distante 12 km da área central (PMSB, 2016).

### 1.3 O ASSENTAMENTO ALCOOBRÁS

#### 1.3.1 Histórico

Na década de 1980, foi aprovado o projeto de produção de açúcar e álcool – Alcoobrás, que abrangia uma área de 11.300 hectares, incluindo uma usina. Para o funcionamento do projeto, foi implantada uma área de 4.400 hectares de plantação de cana-de-açúcar, com operações mecanizadas de desmatamento, destoca e preparo do solo (WOLSTEIN,1998 apud LIMA, 2005). Devido a problemas financeiros, o projeto foi abandonado, em 1989, e o terreno foi penhorado pelo Banco do Brasil (LIMA, 2005).

Segundo um dos moradores entrevistados, quando o projeto foi abandonado, foi iniciado um processo junto ao INCRA, a fim de transformar a área em assentamento. Ao mesmo tempo, começou a seleção de pessoas a serem contempladas. Nas palavras de um morador, “foi corrido”. A mesma área que interessava aos futuros assentados estava sendo negociada pelo Banco do Brasil para fazendeiros: “iria se tornar uma área de pecuária grande”. O desafio para conquistar o terreno foi “tirar a ideia do banco de passar a terra para fazenda e repassar para o INCRA”. Por fim, a área foi desmembrada e foram criados os assentamentos Zaqueu Machado e Alcoobrás.

O Projeto foi criado através da Portaria nº 058, da Superintendência Regional do INCRA no Acre (SR 14), em 24/11/1998 (FARIAS, 2010). Em janeiro de 1999, os primeiros moradores começaram a ser assentados. No início, foram cerca de 350 famílias com um lote de 15 ha cada. Posteriormente, em

2002, foram assentadas mais 96 famílias na área de compensação ambiental do PA Alcoobrás, inicialmente denominada Reserva Florestal (Figura 3).

Figura 3 – Planta com distribuição dos lotes, com destaque para a Reserva Florestal



Fonte: INCRA, 1999 (Modificado)

Inicialmente, como auxílio para instalação das famílias, foi repassado pelo INCRA um kit alimentação "de duas feiras" e o material para construção das casas. O valor foi de cerca de R\$2.500 reais, para uma casa de 3mx6m. Além disso, segundo um morador entrevistado, a prefeitura abriu os ramais e "colocou as escolas".

Mais recentemente, entre os anos 2007 e 2011, foi fornecido um crédito para reforma no valor de R\$ 5.000,00 - sendo recebidos cerca de R\$ 4.500,00 -, apenas para famílias regulares, à medida que faziam a solicitação. É importante ressaltar que, quando o valor foi liberado pelo INCRA - e com o prosseguimento das negociações dos banheiros, que a comunidade seria contemplada - muitos dos moradores não construíram os banheiros, contando que seriam beneficiados. É importante frisar que a não construção dos banheiros muitas vezes foi influenciada por funcionários do próprio INCRA, conforme relatado pelos moradores:

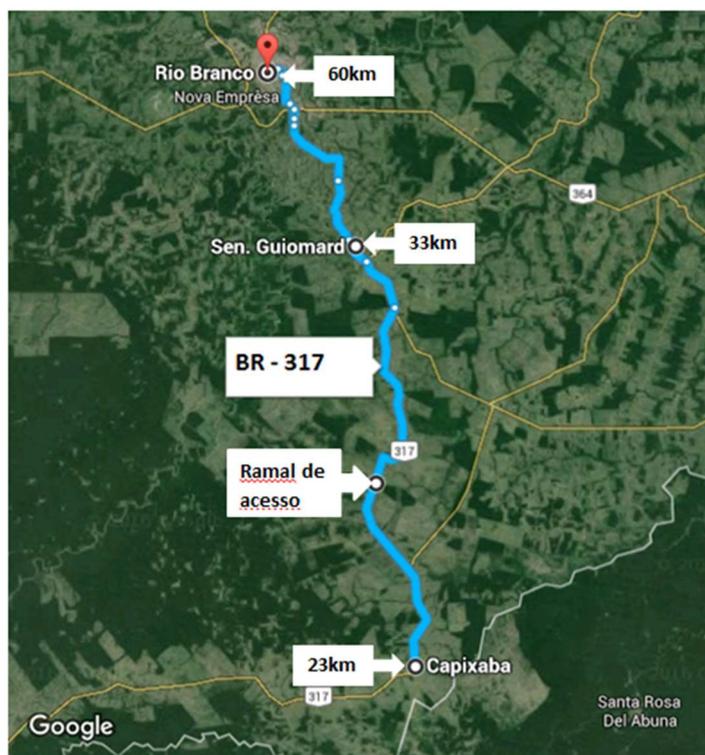
*"Porque, porque olha, deixa eu falar um negócio, eles falaram assim, 'não, vocês vão... essa reforma vocês não vão fazer banheiro dentro de casa não, porque vocês já vão ganhar um banheiro que vai ser da FUNASA".*

*"Eu tava com material quase tudo já pra fazer esse banheiro, aí foi e, 'não, não faz não...' porque foi o INCRA mesmo, né. "O INCRA mesmo."*

### 1.3.2 Caracterização do Território

O assentamento de Alcoobrás está localizada a 21 km de Capixaba e a 61 km de Rio Branco. Até a entrada da comunidade, o acesso é pela BR-317 (Figura 4), sendo os trechos que ligam a comunidade às duas cidades completamente pavimentados. Todo o assentamento Alcoobrás tem acesso à energia elétrica, conquistada há cerca de 10 anos (em 2006), o que acarretou diversos benefícios, dentre eles a captação de água por bomba elétrica.

Figura 4 – Distância entre o Ramal de acesso do Assentamento e Capixaba , Senador Guiomard e Rio Branco



Fonte: Google Maps, 2016 (Modificado)

O Projeto abrange uma extensa área, com distâncias entre as casas variando entre 500 m e 2 km. O acesso entre os domicílios se dá via ramal ou atravessando os lotes. Ao todo, são 443 lotes e oito ramais que dão acesso a eles. Esta divisão foi adotada visando a organização da comunidade em associações. Os oito ramais são: Antônio Costa; Jarina; Barriga; São João do Itu; Silveira; Batista; São Francisco; Pedro Augustinho. O assentamento faz limite com o PA Zaqueu Machado, à esquerda e, ao fundo, com o Rio Acre, e abrange 7.690,85 ha (FARIAS, 2010). Da rodovia até a escola local são cerca de 11 km de asfalto. Todos os outros acessos dentro de Alcoobrás não são pavimentados, conforme apresentado na Figura 5.

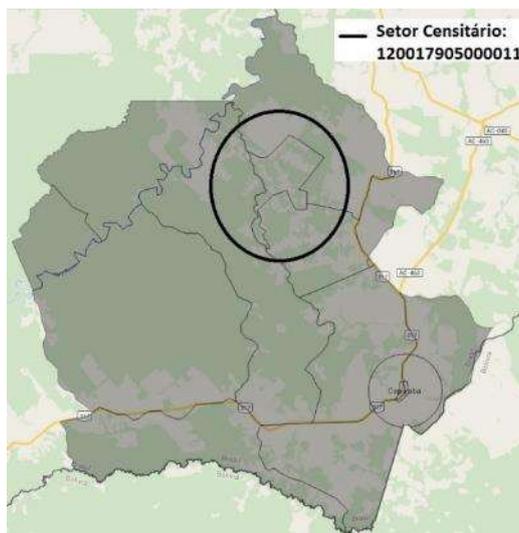




### 1.3.6 População

O setor censitário mais representativo da comunidade é o de número 120017905000011<sup>6</sup>, que, mesmo assim, engloba parte do assentamento ao lado. Os demais setores abrangem áreas muito extensas, fora de Alcoobrás, incluindo parte do Assentamento Zaqueu Machado<sup>7</sup>, o que poderia resultar em dados não tão representativos. A Figura 7 ilustra este setor censitário, dentro dos limites de Capixaba (IBGE, 2010).

Figura 7– Setor Censitário que mais se aproxima da área do Assentamento



Fonte: IBGE (2010)

Desta forma, cabe aqui elencar alguns dados coletados a respeito do setor em questão. Tem-se os dados relativos à população, razão de sexo e densidade demográfica (Tabela 4). Além disso, julgou-se importante exibir gráficos de população por sexo e razão de sexo (Figura 8). Tais dados possibilitam inferir que há mais homens (512: 55,1%) que mulheres (417: 44,9%) na comunidade.

Tabela 4 – Dados do setor censitário: população, razão de sexo e densidade demográfica

|           |          | População | Razão de sexo | Densidade demográfica<br>(habitante/km <sup>2</sup> ) |
|-----------|----------|-----------|---------------|---|
| UF        | Acre     | 733.559   | 100,85        | 3,65  |
| Município | Capixaba | 8.798     | 112,36        | 5,17  |
| Distrito  | CAPIXABA | 8.798     | 112,36        | 5,44*   |

<sup>6</sup> Os demais setores que abrangem a área do Assentamento são: 120017905000010, 120017905000009 e 120017905000005.

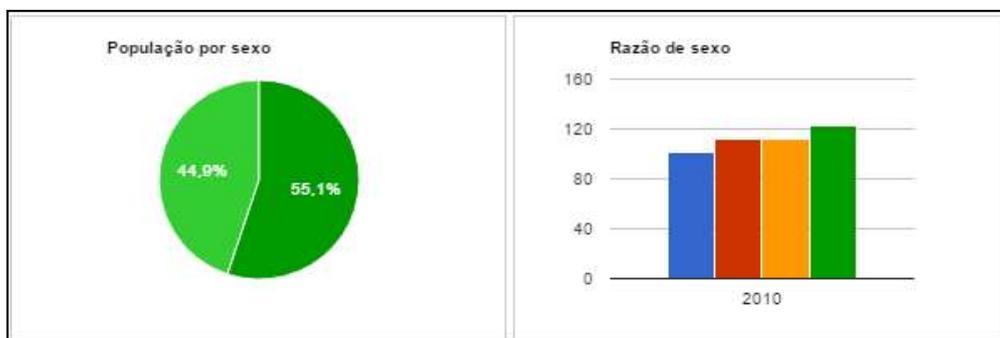
<sup>7</sup> Segundo a descrição do setor no sítio do IBGE: “Ramal Alcoobrás com o Ramal São Francisco. Do ponto inicial segue pelo Ramal São Francisco, Ramal Antônio Costa, Ramal Pedro Augustinho, Ramal Cajazeira ou Zaqueu Machado por este até o Igarapé São João ou Da Mata, desce por este até o Ramal Jarina, Ramal Silveira, Ramal São Francisco até o ponto.”

|       |                 |     |        |        |
|-------|-----------------|-----|--------|--------|
| Setor | 120017905000011 | 929 | 122,78 | 25,25* |
|-------|-----------------|-----|--------|--------|

\*Densidade demográfica preliminar

Fonte: IBGE, 2010, modificado.

Figura 8 – Gráficos referentes ao Setor 120017905000011



Fonte: IBGE, 2010, modificado.

Conforme relato do presidente da Associação Baixo Verde, José Marcos, os assentados vieram, em sua maioria, da zona urbana. Eram moradores das periferias de Rio Branco, Capixaba e até mesmo da Bolívia:

*“Elas são da periferia da cidade, outros vieram da Bolívia, outros daqui mesmo da sede do município. Da Bolívia, aliás, veio pouca gente pra cá, porque naquela época a Bolívia era muito boa pra morar. Eles achavam que não compensava. Tinha gente que vinha embora, os assentamentos sendo feitos, exatamente pra tirar esse povo da Bolívia depois que o governo boliviano não aceitou mais. A maior parte desse povo vem da periferia. [...] Que tinha vezes que chegavam e não sabiam o que faziam. Quem mora na periferia e não conhece o campo, dá um trabalho danado pra se adaptar, né, outros trocaram e assim... mas a gente conseguiu depois estabilizar essas pessoas aqui.”*

Outro fator que dificultou a adaptação dos “colonos” - como são conhecidos os assentados que migraram da zona urbana - foi que “a terra já estava desgastada”, uma vez que era utilizada na produção de cana. Conforme relatado por uma técnica da Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), “a acidez do solo é muito grande, porque foram terras muito utilizadas na produção de cana na época do ‘antigo Alcoobrás’ e, portanto, são solos que necessitam de técnicas de manejo e conservação.

Ademais, uma das moradoras relatou o processo de assentamento: “É muito mal organizado, a gente pega a terra e não tem uma pessoa pra dar uma orientação aqui”. Essas dificuldades iniciais podem ter contribuído para que muitas das famílias originalmente assentadas tenham deixado o Projeto. Nas palavras de um morador, “estão aqui os teimosos, que estão lutando para sobreviver para não ir para a rua”. Nesse contexto, a partir da narrativa dos entrevistados, deixou-se entender que, quanto à dinâmica social, há pequenas interações entre os moradores, nada muito intenso. Em relação às

atividades produtivas, há certa mobilização dos moradores de um mesmo ramal, que abrange trabalhos nas casas de farinha, escamação de peixes e trabalhos na cooperativa. O pagamento normalmente é uma pequena parte da produção.

Em relação ao lazer, a única atividade coletiva relatada foi “*tomar banho no açude no final de semana*”. Foram enunciadas outras atividades, como futebol, mas sendo muito pontuais e geralmente realizadas em períodos eleitorais, estimuladas por candidatos. Apesar disso, o coletivismo emerge na realização de bingos, para arrecadar fundos, quando alguma pessoa adoece, por exemplo:

*“se tem uma pessoa doente, que a gente precisa de uma organização, a gente vai lá, se organiza, e um dá um garrote pra bingar, o outro dá um liquidificador, outro dá uma panela de pressão e se reúne todo mundo pra bingar, pra ajudar aquela pessoa que está precisando de um remédio, alguma coisa. Mas isso aqui é raro acontecer.”*

No que tange ao aspecto religioso, percebe-se uma forte influência da igreja evangélica. São sete unidades da Assembleia de Deus, duas da Congregação Cristã e uma da Igreja Católica. É o meio como as pessoas mais interagem, sendo possível notar um forte engajamento por parte delas, até mesmo na conversa entre as pessoas, que se chamam respeitosamente por “irmão”. Quando perguntados sobre essa questão, “*a igreja é sempre, toda semana*”. Foi possível perceber que a religiosidade proporciona conforto frente a tamanhas dificuldades encontradas no dia a dia do campo, influencia nas relações interpessoais, nas músicas tocadas na comunidade e nos acordos estabelecidos entre eles. Uma das moradoras, por exemplo, afirmou que: “*a água é uma coisa que Deus deixou e ninguém pode sovinar. Porque quando a pessoa sovina água, a vertente seca*”. No entanto, por mais que a religião seja um elo forte entre as pessoas, este não se estende para as atividades produtivas, conforme já citado anteriormente.

Quando indagados se a comunidade organizava mutirões, um entrevistado relata que “*não existe mais não. No começo tinha. Agora é cada um por si e Deus por todos.*” A equipe acredita que esse “individualismo” tenha origem nas raízes urbanas. Por mais que tentem se organizar, percebeu-se que a divergência de interesses acaba por minar o espírito coletivo no aspecto produtivo. Como justificativa, alguns colonos apontaram o fato de inúmeras promessas terem sido feitas e jamais realizadas, principalmente em período eleitoral. Isso possivelmente contribuiu para que a comunidade ficasse desacreditada, palavra repetida em diversas entrevistas. Segundo alguns presidentes das associações locais, atualmente é difícil mobilizar os sócios.

A questão da individualidade pode ser constatada na falta de representatividade política. A população ali residente seria capaz de eleger um representante político (um vereador, por exemplo). No entanto, não conseguem se organizar, para que alguém se candidate e seja eleito. Isso traz consequências para a comunidade, como a não captação de recursos para melhorias no assentamento ou, até mesmo, para a implantação de políticas públicas eficazes.

O assentamento adjacente, PA Zaqueu Machado, conseguiu se organizar e eleger dois representantes políticos na última eleição. Desta forma, obtém mais auxílios por parte do poder público. Isso pode ser evidenciado até mesmo no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em que o número de inscritos,

mesmo apresentando uma população (e número de lotes) menor, é superior ao de Alcoobrás (60% dos inscritos de Capixaba são de Zaqueu Machado e 10% de Alcoobrás).

### 1.3.7 Educação

A comunidade possui uma escola estadual que, segundo os moradores, é "a melhor escola, em termos de estrutura" (Figura 9), com aulas até o ensino médio. Há outra escola na comunidade, que se encontra desativada.

No período chuvoso, o caminhão escolar tem dificuldade para acessar alguns ramais e as crianças não vão à aula. As chuvas são, inclusive, um fator determinante para o atraso do início do período letivo. É importante mencionar que alguns dos filhos dos colonos chegaram à universidade.

*“Os filhos estão crescendo, querendo ir para uma escola melhor. Até deles muitos daqui foram pra faculdade. [...] Jamais eles vão aguentar o serviço que o pai e mãe deles aguentaram. Eles estão na cidade estudando.*

Figura 9 – Escola Estadual Rural Nova Esperança



Fonte: Acervo do PNSR (2016)

Quando questionados se enxergavam, no futuro, seus filhos como produtores rurais, a resposta da maioria dos entrevistados foi negativa:

*“Eu não quero. [...] A minha caneta é a minha enxada. Eu digo isso para o meu filho na hora que ele vai para o roçado comigo – Se dedique a estudar porque eu não tive (oportunidade). Eu tenho que fazer isso aqui, porque outra coisa eu não sei fazer. Então eu não quero. Eu não quero o que eu faço para o meu filho não.”.*

### 1.3.8 Saúde

Em Alcoobrás atuam oito Agentes Comunitários de Saúde (ACS). A divisão dos domicílios atendidos se dá pelo número de famílias, de maneira que a distribuição seja aproximadamente uniforme para todos. Cada ACS atende entre 40 e 50 domicílios, totalizando aproximadamente 180 pessoas. Esses profissionais foram selecionados mediante concurso público.

Segundo os agentes entrevistados, o papel do ACS é orientar, prevenir e promover a saúde na comunidade, além de informar os dias em que há médico no posto de saúde. São realizadas visitas domiciliares - no mínimo, uma visita por mês em cada domicílio. Em alguns casos especiais, como mulheres grávidas, crianças com menos de dois anos, idosos, diabéticos e hipertensos, a frequência é maior. Há acompanhamento de hipertensos, com a medição da pressão arterial. Há controle de peso das crianças até os dois anos de idade. Além disso, no mínimo, dois frascos de 50 ml de hipoclorito de sódio são entregues por domicílio, para aplicação na água de consumo.

Quando os agentes estão impossibilitados de visitar os domicílios, por algum motivo, assumem que as áreas ficam descobertas, como é o caso de uma ACS que está cursando Enfermagem em Rio Branco. Além disso, nem sempre os moradores estão presentes. Nestes casos, ou eles voltam em outro momento ou as pessoas ficam sem atendimento. Os ACS apontaram alguns elementos que atrapalham o seu trabalho de algum modo. *“Cachorro!”* foi a resposta de uma agente. Além disso, há também a falta de interesse de muitas pessoas, refletida até no modo como recebem o profissional. Nas palavras de um dos entrevistados:

*“Quando tu trabalha com algo que interessa a pessoa, é diferente.[...] Agora quando tu trabalha com gente que só interessa a tua pessoa, aí tu começa a perceber como são as coisas. Chegar em casa que o pessoal não liga para o cachorro não. O cachorro está em tempo de te comer, aí tu vem, na cara de pau. Isso aí muitas vezes te deixa pra baixo porque [...] aí tu chega numa outra casa e parece que tu chegou na casa da tua mãe.”*

Quando questionamos se as pessoas seguem as orientações fornecidas, a resposta foi: *“A população menos favorecida, elas são muito difíceis de entender as coisas”*. É importante ressaltar também que em muitos domicílios foi constatada uma percepção negativa do ACS, como se ele não fizesse o trabalho. Em contrapartida, apontaram que, muitas vezes, a observação e o acompanhamento domiciliar fazem parte de suas atividades, porém não são percebidos como trabalho, por parte da comunidade. Outro ponto importante, inclusive levantado pelos próprios ACS, é que determinados agentes não realizam as visitas de fato, deixando vários domicílios descobertos.

As principais doenças presentes na comunidade, relatadas pelos agentes, foram: as doenças crônicas (diabetes e hipertensão), dor lombar, diarreia com vômito e gripe. Leishmaniose e malária são raras. Segundo uma ACS, no período chuvoso *“começam a aparecer as diarreias com vômito. Provavelmente é da água. Porque começam as enxurradas, aí às vezes cai na vertente. Aí tolda e fica barrenta”*. Já a cônjuge de outro ACS relacionou hepatite e diarreia às doenças de veiculação hídrica.

O contato dos Agentes Comunitários de Saúde com o poder público acontece através Secretaria de Saúde Municipal, por meio de reuniões mensais. Os três ACS entrevistados relataram que recebem os frascos de hipoclorito de sódio que devem ser distribuídos para a comunidade. Questionamos se eles têm algum contato com a FUNASA, a resposta foi negativa.

Há dois postos de saúde na comunidade, porém um está desativado. O atendimento acontece duas vezes por semana no que ainda permanece ativo. A estrutura do posto é precária, como destacado por um dos ACS: *“Eles não dão suporte para atender as pessoas acamadas. Não tem dentista e faltam*

aparelhos na unidade. Não tem telefone. Tem remédio sim, mas de prevenção. Para procedimentos de urgência, não”. Nas palavras da técnica da Secretaria do Estado de Extensão Agroflorestal de Produção Familiar:

*“Inclusive o posto de saúde lá em Alcoobrás está desativado. Estão lá às moscas, porque não teve recurso e eu não sei o que aconteceu que tiraram de lá. E o pessoal de lá precisa, muita gente reclama, porque o pessoal de lá é de baixa renda, né, pra tá indo na cidade pra ter atendimento médico, e se tivesse lá dentro era ótimo, né. E lá tinha um atendimento bom, que era médico e enfermeiro.”*

Segundo a entrevistada, há um posto de saúde que fica na entrada da comunidade, mas as pessoas que moram na parte mais interna ficam prejudicadas.

*“Que aí era um apoio, né, pra comunidade e agora acabou. Só tem um posto bem na frente, né, mais aí quem tá lá no fundão, que tem uma certa distância, né, aí não consegue. Que o outro posto fica bem lá no asfalto, é bem na entrada, no primeiro ramal do assentamento que fica este postinho. Aí o acesso de quem tá lá na reserva, na beira do rio não dá pra vir não.”*

Figura 10 – Posto de Saúde abandonado



Fonte: Acervo do PNSR (2016)

### 1.3.9 Atividades Econômicas e Fontes de Renda

Inicialmente, os assentados tentaram se estabelecer como produtores rurais. No entanto, para muitos deles, a falta de experiência e conhecimento no campo, devido à origem urbana, pode ter contribuído para o fracasso da empreitada. Além disso, foi relatado que, no começo, o solo era bom, mas logo se tornou improdutivo. Esse fator gerou uma demanda por correção do solo e adubo que o produtor não foi capaz de bancar.

Tais aspectos contribuíram para que a fonte de renda dos “produtores” não se concentrasse em apenas uma atividade. Quando perguntados sobre esse assunto relatam que: “É diversificado aqui, né! Nós não temos um carro chefe”. Entre as atividades econômicas e fontes de renda elencadas estão:

produção agrícola; criação de animais (galinhas e porcos); piscicultura; pecuária; carvão (vegetal); servidores públicos (professor, ACS e prefeitura); profissionais assalariados (“trabalha para fora”, em fazendas e na usina Álcool Verde) e, ainda, auxílios governamentais (Bolsa Família, Benefício assistencial ao idoso e à pessoa com deficiência (BPC), e aposentadoria).

No entanto, segundo os preceitos da reforma agrária, as ações ligadas ao direito à terra devem estar vinculadas à agricultura familiar. Atualmente, poucas famílias, de fato, vivem como produtoras rurais. Questionados, no decorrer do Grupo Focal, sobre como se identificavam, elencaram: “assentado”, “colonos”, “pecuaristas”, “produtores rurais”. Segundo dois moradores:

*“Moramos aqui, mas sempre precisamos trabalhar fora. O projeto não está desenvolvido o suficiente para viver só de agricultura ou pecuária.”*

*“a produção ainda não é autossuficiente para vivermos da agricultura”.*

No decorrer da entrevista com outros moradores, a questão da identidade também foi levantada. Foi destacado por um assentado que *“são produtores rurais, mas estamos hoje, para falar a verdade, como moradores”*. A distinção de respostas quanto à identidade do assentado do PA Alcoobrás aponta a heterogeneidade de pessoas e de realidades no assentamento. Cada um retrata o coletivo da maneira como vê atualmente. Por exemplo, as pessoas que relataram que ainda realizam ações na produção, como horticultura e outros cultivos, apresentavam-se como “produtores”, apesar de tal prática não ser a principal fonte de renda da família. Aqueles que desempenhavam outras atividades, como avicultura e gado, identificaram-se como “criadores”, assim como os que trabalhavam em outros locais com carteira assinada, que se definiram apenas como “moradores” do Alcoobrás. Nas palavras de uma entrevistada:

*“aqui poucas pessoas podem dizer ‘eu vivo da colônia”.*

A inadimplência foi uma das dificuldades abordadas. No início do Projeto, os moradores obtiveram acesso a créditos para a produção, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar A (PRONAF A). No entanto, devido à falta de conhecimento, organização e subsídios, as iniciativas não deram o retorno esperado. Isso fez com que muitos dos produtores não conseguissem saldar suas dívidas. Consequentemente, tiveram problemas para acessar demais programas de crédito. Ou seja, muitos entrevistados possuem a dívida e não conseguem meios para saldá-las.

*“Só que deram a ferramenta, mas deram para as pessoas erradas, numa época em que a gente não tinha nem noção do que estava fazendo. Fizeram-se financiamentos para comprar peixe, para comprar sei lá o quê, gado essas coisas, mas não tinha estrutura... não tinha estrutura, não tinha um técnico, entendeu?! Pra ver se o capim era correto para aquele tanto de gado, não tinha um técnico para ver se o açude dava para criar peixe, entendeu?! Eu tenho uma dívida [...] mas nunca consegui pagar.”*

### 1.3.9.1 Agricultura

Conforme citado anteriormente, o solo em Alcoobrás já não se encontra em boas condições para o cultivo. No entanto, há incentivos governamentais para maquinário, adubo e mercado.

Os entrevistados assumem utilizar defensivos agrícolas. No entanto, relatam ser apenas quando aparecem as pragas na plantação. Apesar de obterem auxílio da EMATER, no que se refere ao uso de defensivos agroecológicos, reconhecem que tais técnicas não têm surtido efeito.

*“A gente usa! [...] A gente não consegue combater as pragas que a gente encontra na produção, entendeu? E pra você ter uma boa venda, você tem que ter um produto de qualidade. [...] Acaba usando o veneno porque não combate [...] Machucar a pimenta no liquidificador e passar lá, no outro dia até as pimentas que a gente amassou os bichos estão comendo, quanto mais... né?!”*

Ainda relataram a falta de mercado de muitos produtos e os baixíssimos preços praticados pelos atravessadores<sup>8</sup> da Central Estadual de Abastecimento Sociedade Anônima (CEASA). Reconhecem que foi criada com a intenção de auxiliar o produtor, mas *“hoje está tomada por atravessadores”*:

*“Produtor rural não tem privilégio algum dentro da CEASA. [...] Qual é o privilégio que o produtor rural tem dentro de um local desse que foi feito especialmente para o produtor rural? [...]*

*O cara vive lá dentro (atravessador). Ele botou uma cadeira de balanço lá e fica lá de pernas cruzadas e balançando, o sonzinho do lado aqui tocando e o dinheiro entrando no bolso e o produtor rural ó [...]*

Os custos com o transporte e a falta de mercado são fatores contribuem para o abandono da atividade agrícola pelo produtor.

*“Acaba que você leva o seu produto para vender. Você tem tanto trabalho, esforço, tudo! Aí chega lá, fica metade no transporte, a metade fica no mercado que você vende por um preço bem menor. Você volta pra casa, ao invés de você ganhar R\$ 600, você ganha só R\$ 200, o resto fica tudo lá. [...] Porque é em transporte, o teu produto não tem valor. O que acontece? Você não aguenta mais o sol. [...] Muitos aqui chegaram aqui com a garra! [...] Eu já não aguento mais trabalhar como há 10 anos atrás”*

Quando questionados sobre os erros dos produtores, relataram a falta de organização dos próprios assentados para obter os recursos para produzir. Mas, quando questionados do porquê de não se organizarem, relatam que as inúmeras promessas que por ali passaram contribuíram para que o produtor perdesse a confiança na força do coletivo.

### 1.3.9.2 Pecuária

Essa é uma atividade que traz certa segurança para o assentado. Mesmo que contrarie as premissas do Projeto de Assentamento, como citado anteriormente, a criação de gado apresenta uma maior liquidez, quando comparada à produção agrícola, sendo uma alternativa encontrada diante das dificuldades de venda da produção agrícola.

<sup>8</sup> Atravessadores ou marreteiros são pessoas que comprem a mercadoria do produtor rural a preços inferiores aos valores praticados no mercado e a revendem para o consumidor final, obtendo uma margem de lucro muitas vezes superior à do produtor

### 1.3.9.3 Aposentadorias e Auxílios Governamentais

As aposentadorias e auxílios governamentais são vistas também como uma alternativa para “largar a enxada”. Moradores relataram que a vida no roçado, debaixo de sol, tem um limite:

*“Chega uma hora que a pessoa não aguenta mais”.*

### 1.3.10 Potencialidades

De maneira geral, foi possível perceber que muitos dos moradores locais gostariam de poder viver da terra. No entanto, isso não é possível em muitos dos casos, uma vez que eles dependem fundamentalmente do apoio do governo para se estabelecerem como produtores rurais. O que eles têm a oferecer é força de trabalho. E estão dispostos a isso.

*“A gente se esforça pra fazer, a gente tem sonho, tem coragem [...] Aqui todo mundo é trabalhador! Mas quando chega no final que a gente quer o lucro...”*

### 1.3.11 Processos Organizativos

Ao longo da pesquisa, foram observados e elencados os órgãos/entidades que atuam no Projeto de Assentamento Alcoobrás. Apresentaremos neste relatório as entidades, sua atuação e como elas operam e são percebidas pelos assentados:

#### 1.3.11.1 INCRA e prestadoras de assistência técnica (EMATER/SEAPROF)

O INCRA é responsável pelo processo de seleção dos beneficiários; pelo assentamento das famílias; pela titulação, por meio do Contrato de Concessão de Uso (CCU), e por promover infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica)<sup>9</sup>, além da liberação de recurso para a construção das casas. Segundo um morador, o papel do INCRA no PA Alcoobrás foi “assentar o produtor e dar uma manutenção, até certo ponto”. Outro morador explica como foi a manutenção prestada pelo INCRA:

*“na época que eles nos assentaram veio um Kit moradia - era para fazer umas casas para nós, de alvenaria, e pagar quando fosse sair o título, [...] tinha um Kit de ferramenta e um Kit de alimentação, quando chegamos para começar a produzir alguma coisa. Foi uma ajuda muito boa. Agora eles não estão ajudando em mais nada...”*

Em consonância com a Lei ATER, através do programa ATES (Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária), o INCRA contratou uma prestadora de serviços, por meio de licitação, com o objetivo de oferecer assistência técnica, ambiental e de extensão rural para os assentados. Nesse contrato, são estabelecidos os serviços que devem ser prestados, bem como as metas<sup>10</sup> a serem alcançadas. Através

<sup>9</sup> Ver sítio do INCRA < <http://www.incra.gov.br/assentamentoscriacao#grupo2>>.

<sup>10</sup> A Técnica da EMATER, Luana, descreveu as seguintes metas estabelecidas no contrato de prestação de serviço para o município de Capixaba: realização de reuniões, oficinas, palestras e cursos no assentamento; atuação de técnicos na área social, ambiental e agricultura; diagnóstico da área dos assentamentos; levantamento ocupacional dos moradores e das organizações sociais, entre outras.

da Chamada Pública de Ates INCRA/SR.14/D/AC/nº 01/2013, a EMATER é a atual responsável pelo contrato de prestação de serviços nos assentamentos do município de Capixaba.

Na conversa com a técnica da SEAPROF, foi relatado que o trabalho da EMATER é de *“orientações técnicas para as pessoas produzirem melhor”*. Para isso, contam com um corpo técnico diversificado, composto por *“enfermeira, assistente social, engenheiro agrônomo, técnico em agropecuária, engenheiro florestal...”*. O contrato tem vigência entre 2014 e 2016.

A Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), nº 12.188/2010, instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER). Definiu também os princípios e os objetivos dos serviços prestados pela empresa contratada, para realizar a assistência técnica nos assentamentos do INCRA. A antiga prestadora de serviços era a Cooperativa Incubadora de Gestão Avançada (CIGA), que realizou atividades no assentamento, de 2012 até 2014.

Visitas orientadas são realizadas pela EMATER, de acordo com uma classificação de prioridade - uma ou duas vezes ao mês - quando a área é classificada de alta ou média prioridade, respectivamente. O PA Alcoobrás foi classificado como de alta prioridade: *“lá é uma visita quase mensal, tem necessidade muito grande de assistência técnica, não só na área da agricultura, mas na área social que é muito carente”*. Desta forma, percebe-se que a atuação da EMATER vai além da orientação técnica, tendo uma visão holística das necessidades e carências dos assentados, que influenciam na sua produção. Na narrativa de um interlocutor sobre o trabalho do técnico:

*“É rodar a propriedade, dando assistência (...) o técnico é o mesmo que o agente de saúde fazer uma visita ao produtor”*.

A Secretaria do Estado de Extensão Agroflorestal de Produção Familiar (SEAPROF) também opera no assentamento, oferecendo suporte às demandas do produtor na assistência técnica; mecanização (aração e dragagem da terra)<sup>11</sup>; promoção de cursos de capacitação do produtor; elaboração de projetos de produção para a liberação do PRONAF A, entre outros.

Foram realizadas entrevistas com um técnico da SEAPROF (PAA V), que opera em Capixaba, e uma colaboradora (PAA C) da Secretaria Estadual de Agricultura e Pecuária (SEAP) que, no momento, auxilia o técnico nas demandas da SEAPROF. Os técnicos relataram que, além das dificuldades do corpo técnico, há a falta de transporte (duas Picapes para atender às necessidades de campo da SEAPROF e dos 13 técnicos da EMATER). Elenca ser necessário o agendamento e que a ação inicial de pedido de orientação seja realizada pelo produtor. Talvez, por isto, foi observada, na narrativa dos moradores do assentamento, a falta de assistência técnica, principalmente em lidar com as pragas que acometem as produções.

*“a orientação técnica é um pouco defasada, porque nós não conseguimos chegar ao momento que ele [produtor] está precisando”*.

---

11 A SEAPROF cobra pelo serviço ao produtor, o valor de R\$ 60,00 por hora. O mesmo serviço no setor privado é de R\$ 120,00 por hora.

No controle de pragas nos assentamentos, por indicação do INCRA, os técnicos da EMATER têm utilizado práticas agroecológicas, com inseticidas naturais, *“estamos tentando minimizar a quantidade de agrotóxico nos assentamentos”*, além da adoção de medidas preventivas, para evitar a proliferação de pragas e outras doenças nos animais e plantações. No entanto, tais práticas não têm sido efetivas, uma vez que não conseguem conter as pragas, levando à perda da produção e ao descrédito das ações dos técnicos perante os produtores.

Ao longo dos 17 anos como assentados, os produtores participaram de diversos cursos de capacitação, oferecidos por vários setores: EMATER, SEAPROF, SEBRAE, EMBRAPA e PRONATEC. No entanto, há contradições sobre a eficácia e aplicabilidade dos cursos à realidade do produtor, muitos deles sem qualquer contextualização com a realidade dos assentados. A falta de condições financeiras, além da defasagem de orientação e assistência, é apontada pelos assentados como motivos pela não continuidade às ações e alcance dos objetivos almejados pelos cursos.

*“Todos esses cursos que acontecem hoje, pergunte para as pessoas:*

*– O que você tá fazendo com aquele curso que você fez?*

*– Nada.*

*Muitos esquecem até dos que fez.”*

Pela EMATER, os cursos são ministrados em dois dias, um com o conteúdo teórico e o outro com a prática. A técnica da EMATER - em consonância com as falas dos interlocutores - destaca que eles estão tentando inovar. Os produtores estão *“saturados de tanto curso, por ser um assentamento muito antigo a maioria dos cursos que estamos ofertando, eles já fizeram”*, ao relatar que estão viabilizando a realização de um curso de primeiros socorros.

Outra ação de capacitação realizada é por meio dos cursos oferecidos pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Porém, sua aplicabilidade também é questionável. Conforme descreve um assentado, *“aquele órgão competente que traz aquele curso, o compromisso dele é só fazer o curso, ganhar o dinheiro da diária que tá correndo, terminou dali”, “porque não adianta nada nós fazermos o curso e nós não tivermos a assistência”*. Foi relatada, também, a falta de cursos condizentes com as necessidades dos assentados. Cabe destacar que a maior parcela dos assentados não é mais agricultora, como já mencionado no Tópico Fontes de Renda.

#### 1.3.11.2 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome, criou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O programa *“incentiva a produção pelo agricultor familiar, pois compra os itens diretamente nas propriedades, oferecendo assim uma maneira de escoamento da produção”* (ACRE, 2014). Inicialmente, o recurso vem para o Estado, que tem a autonomia para ministrar o Programa, sendo repassado para a SEAPROF, responsável pelo trabalho administrativo e logístico. O PAA consiste na coleta da produção dos agricultores, em duas etapas: 1ª Etapa - março, abril, maio; 2ª Etapa - setembro, outubro, novembro. Cada família pode entregar até R\$ 3.500,00, por

etapa, somando o montante de R\$ 7.000,00 por ano<sup>12</sup>, sendo tais valores correspondentes a determinada quantidade de alimento.

No município de Capixaba, 93 famílias são beneficiárias do PAA, número este pré-estabelecido pelo Programa - limitado diante da elevada quantidade de produtores que se encontram no município. Dos 93 produtores cadastrados, apenas 10% deles são de Alcoobrás, contra 61% de Zaqueu Machado, (ACRE, 2014). Os assentados, ao serem questionados sobre essas porcentagens, as atribuem a baixa participação à falta de informação sobre as épocas de cadastramento e à dificuldade em adequar sua produção às etapas de coletas do PAA<sup>13</sup>. Relacionam também o favorecimento político a alguns produtores, em especial do PA Zaqueu Machado<sup>14</sup>. São elencadas outras falhas do PAA que, por não ser o objetivo deste relatório, não serão aprofundadas.

### 1.3.11.3 Fundação Nacional da Saúde (FUNASA)

A FUNASA atua no assentamento, por meio da Superintendência Estadual da FUNASA no Acre (SUEST/AC). Em 2012, em uma ação de educação ambiental, a equipe do Serviço de Saúde Ambiental (SESAM) da SUEST, realizou análises para a verificação da qualidade da água nas residências dos alunos da Escola Nova Esperança. Esta ação foi citada em conversa com uma moradora, professora da escola, que destacou que, na época, houve apresentação dos resultados das análises para os alunos, que constataram que todas as amostras de água apresentaram contaminação, com elevados índices de coliformes termotolerantes<sup>15</sup>.

No ano de 2009, foi firmado um Convênio entre o INCRA e a FUNASA, de número 2087/2008, com o Processo 24106.011.121/2009-76, para a construção de módulos sanitários e poços artesianos para captação de água para abastecimento. O intuito era beneficiar os Projetos de Assentamentos Rurais do INCRA, dentre eles Alcoobrás. A elaboração do projeto ficou sob a responsabilidade do Departamento Estadual de Água e Saneamento (DEAS), atual Departamento Estadual de Pavimentação Água e Saneamento (DEPASA).

Muitas questões foram levantadas sobre os motivos que levaram ao cancelamento do projeto, sem, contudo, informar aos moradores o ocorrido. Na fala dos assentados, foi realizado todo o processo:

<sup>12</sup> Dados retirados da conversa com PAA AJ, coordenador do PAA no município de Capixaba.

<sup>13</sup> Ao não entregar produtos nas etapas mencionadas, a família é desligada do programa e é aberto o cadastro a outra.

<sup>14</sup> O PA Zaqueu Machado é descrito, tanto pelos assentados do PA Alcoobrás, quanto pelo Coordenador do PAA, como mais bem organizados e unidos. Por meio disto, conseguiram eleger dois Vereadores, os quais conseguem articular e mover ações de melhorias para o local. Até o momento, o PA Alcoobrás nunca conseguiu eleger nenhum candidato local, ficando “para escanteio por não ter nenhum representante político”, como cita um assentado. A atual Secretária Estadual de Agricultura e Pecuária reside no PA Zaqueu Machado, relatado também pelos assentados de PA Alcoobrás como mais um dos motivos de tantos beneficiários do PAA naquele assentamento.

<sup>15</sup> Para maiores informações sobre esta ação vide <<http://www.funasa.gov.br/site/sesam-realiza-visita-tecnica-e-faz-analises-de-agua-em-assentamento/>>.

*“Em 2007 [...] foi feito o empenho, foi repassado para o DEAS, o DEAS elaborou o projeto e passou para a FUNASA. A FUNASA levou o projeto para licitação. [...] O dia da licitação tinha oito empresas. Uma empresa ganhou. Foram quatro milhões, trezentos e setenta parece... para fazer esses poços. [...] E esse capital sumiu.”*

Segundo os moradores, o “projeto dos banheiros” – como ficou conhecido na comunidade – influenciou na condição sanitária de muitos moradores do assentamento. O INCRA havia assegurado que os assentados receberiam o benefício.

Assim, entre os anos de 2007 e 2011, através do crédito de reforma da casa, muitas pessoas deixaram de construir o banheiro, como pode ser evidenciado nas falas dos moradores: “Eles (INCRA) falaram: *‘Nessa reforma, vocês não vão fazer banheiro dentro de casa, porque vão ganhar um banheiro da FUNASA. Estava tudo certo, mas isso ficou só no papel’*”. Outro morador relata que, *“tinha famílias que tinha condições de fazer o banheiro na época e não fez, porque o INCRA falou para não fazer (...) aí não fizeram e agora não tem condições de fazer”*.

A falta de informações sobre o cancelamento do projeto levanta questionamentos. Durante o período em que a equipe esteve no Acre, não foi possível realizar contato com o INCRA, nem com o responsável técnico do DEPASA. A prefeitura de Capixaba desconhece o Projeto, por ter ocorrido na gestão anterior. A FUNASA repassou o número do processo e disponibilizou todo o material, relatando que o recurso estava vinculado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e foi cancelado por algum motivo desconhecido<sup>16</sup>. Entretanto, mesmo sem a liberação do recurso pela FUNASA, houve a continuidade dos processos, ou seja, *“as regras muitas vezes são atropeladas”*, sem aguardar a chegada do recurso. Foi realizada licitação para a contratação de empresa para a execução das obras, cadastramento dos beneficiários e estudos técnicos, gerando expectativas e ansiedade nos moradores.

#### 1.3.11.4 Prefeitura de Capixaba

A Prefeitura opera no assentamento por meio da disponibilização da máquina para a manutenção e melhoramento dos ramais, mediante o pagamento do combustível pelos assentados. Não foi relatada ou observada nenhuma outra atuação da prefeitura, a não ser a manutenção do centro de saúde e dos ramais viários. Os assentados destacam a falta de assistência técnica e o desinteresse da prefeitura. São negados auxílios com maquinário para a produção, frequência das melhorias nos ramais e reativação do centro de saúde no interior do assentamento. Para um morador, *“aqui a gente procura a prefeitura, que na verdade não tem resposta...”*.

#### 1.3.11.5 Associações de moradores

No início do assentamento, havia uma associação para auxiliar todas as famílias. Porém, devido à heterogeneidade das demandas e à distribuição espacial do assentamento, o auxílio foi interrompido. Atualmente, há uma associação para cada ramal, *“aí ficou melhor porque trabalha com um grupo de*

---

<sup>16</sup> Trata-se apenas de suposições do ocorrido – os engenheiros responsáveis não trabalham mais na FUNASA. Os cinco volumes do processo não foram analisados em tempo hábil, pelos membros desta equipe, a fim de que pudessem ser descritos, com exatidão, os motivos que levaram ao cancelamento do projeto.

10 pessoas”, relata uma moradora, referindo-se às dificuldades de organização, quando havia apenas uma associação para todo o assentamento. As seis associações que hoje operam no PA Alcoobrás são: Joia Rara, Unidos Venceremos, Nova Vida de Alcoobrás, Novo Horizonte, Baixo Verde e São João do Itu.

Em relação à representatividade dessas organizações, percebe-se, nas falas dos assentados, a descrença de efetividade das ações: *“tem associação, mas é tudo parado mesmo...”*. No entanto, também trazem na fala a percepção de que *“tudo é através da associação, não vem nada no individual, tem que ser o grupo”*. O presidente de uma delas relata que *“o povo está desacreditado”*, atribuindo a atual dificuldade de mobilização às diversas promessas de projetos que receberam e nos quais acreditaram que seriam beneficiados: *“aí o povo começa a desacreditar de quem prometeu e da gente que tá presidindo”*.

Nas entrevistas com os presidentes das associações, observamos a garra e a luta na busca de melhorias para a qualidade de vida dos assentados: *“não podemos ficar de braços cruzados, porque é pior”*. As maiores demandas das associações são melhorias relativas aos ramais e projetos que viabilizem o escoamento da produção.

### 1.3.12 Saneamento básico

#### 1.3.12.1 Abastecimento de água

As soluções de abastecimento de água adotadas pelos moradores são individuais (SAI). As fontes utilizadas são vertentes (olho d'água ou nascente), poço raso, igarapé, rio, açude e água de chuva<sup>17</sup>. Muitos moradores compram água mineral em galões, como forma de suprir a escassez. Na maioria dos casos, as famílias utilizam mais de uma fonte de água, no domicílio: poço no período chuvoso e uma ou mais fontes alternativas, no período seco. Os poços podem ou não estar próximos às casas - como pode ser observado na Figura 11 e na Figura 12. No caso do igarapé, do rio e do açude, estes são localizados dentro do terreno das residências.

---

<sup>17</sup> Vertente, olho d'água, nascente e poço raso são terminologias adotadas na comunidade. No entanto, a terminologia técnica convencionada no II Seminário - Elaboração de estudos para subsidiar o Programa Nacional de Saneamento Rural: Trabalhos de Campo e Matrizes Tecnológicas é Poço Raso Escavado.

Figura 11 – Captação de água em vertente distante do domicílio



Fonte: Acervo do PNSR (2016)

Figura 12 – Poço raso localizado no peridomicílio, protegido por tampa de madeira e lona



Fonte: Acervo do PNSR (2016)

A captação da água é realizada por mergulhão/bomba e, em alguns lotes, por baldes - situação geralmente definida pela condição financeira da família, ou pela necessidade de pegar água no lote do vizinho, em períodos de escassez. Os moradores que possuem vertente (Poço Raso Escavado) no terreno, consideram a água "limpa e cristalina" (Figura 13 e Figura 14). Os principais usos da água no domicílio são para beber, fazer comida, utilizar o banheiro e realizar a limpeza doméstica. No entanto, quem necessita buscar água do vizinho, apenas a utiliza para beber.

Figura 13 – Vertente com "água limpa", revestida com tijolos maciços e tampa de madeira



Fonte: Acervo do PNSR (2016)

Figura 14 – Foto da mesma vertente, onde se pode observar que não há vegetação ao lado da vertente, mas que são plantados buritis próximos ao local



Fonte: Acervo do PNSR (2016)

A água do poço é utilizada em todas as atividades no período chuvoso. Já, no período de seca, apenas para beber. A qualidade da água varia entre "toldada"<sup>18</sup> e boa, de acordo com os períodos chuvoso e seco, respectivamente (Figura 15). A água do açude é considerada como de pior qualidade, pois "é de

<sup>18</sup> Água toldada é aquela com alta turbidez, considerada de qualidade ruim. Normalmente, esse processo de elevação da turbidez ocorre no período chuvoso, quando há carreamento de sedimentos para dentro do poço. É importante ressaltar que muitas das estruturas de captação não são devidamente revestidas e estão no nível do solo.

*lama, e ainda que o gado usa para beber"*, tem cor e odor característico de *"lama"* e *"mato apodrecido"* (Figura 16). Tal fonte é utilizada para todos os usos, exceto o consumo humano. É tida como alternativa ao poço raso *"quando este seca"*. As águas do rio e do igarapé são de qualidade *"incerta"*, mas são utilizadas para todos os usos.

Figura 15 – Poço localizado ao lado de um açude



Fonte: Acervo do PNSR (2016).

Figura 16 – Açude que possui características semelhantes aos utilizados para captar água no período de seca



Fonte: Acervo do PNSR (2016)

Boa parte das famílias que sofre com o problema da sazonalidade da fonte d'água necessita de soluções alternativas para o abastecimento de água. Durante o período de escassez, quem tem condições compra galão de água mineral armazena água de chuva, que é utilizada para consumo; busca água no lote do vizinho (Figura 17 e Figura 18), em fonte mais longe (como igarapé), ou realiza algum tratamento da água. Estas mesmas soluções são adotadas pelas famílias que, durante o ano inteiro, não dispõem de água adequada para o consumo humano, nas residências. Houve tentativas dos moradores de cavar um poço profundo, mas a água era salobra ou tinha ferrugem, não sendo

possível consumi-la. Tais iniciativas foram realizadas com recurso próprio e, no caso da escola, pelo DEPASA.

Figura 17 – Vertente (Poço Raso Escavado) localizada no Ramal do Barriga, na qual é possível ver a bomba do dono do lote e do domicílio vizinho



Fonte: Acervo do PNSR (2016)

Figura 18 – Criança que mora próximo à região do rio, voltando com balde. O local em que ele busca a água é a mesma vertente da foto anterior



Fonte: Acervo do PNSR (2016)

O tratamento das águas no domicílio geralmente é realizado com o uso de cloro e sulfato de alumínio. O sulfato é utilizado pelos moradores cuja água é "mais toldada", como do rio e açude. Um interlocutor descreveu o seguinte procedimento para tratar a água:

*“A gente pega a água do açude, joga na cisterna, aí coloca o sulfato de alumínio. Uma colher do pó para mil litros, na cisterna. Aí assenta né. O mergulhão pega essa água, joga para caixa, que é em cima [da casa], aí vai para o chuveiro, para pia, para tudo (...) A água para beber pega no igarapé, passa no cloro [balde] e coloca no filtro”.*

Conforme citado no tópico Saúde, o hipoclorito de sódio, distribuído pelos ACS, *depende “da quantidade de frascos que a Secretaria de Saúde envia”*. Os moradores relataram que existem locais onde o ACS *“não passa há meses”*. Nestes locais, há três situações: não é colocado cloro na água, o produto é solicitado em Capixaba (na Secretaria de Saúde) ou é comprado com recurso próprio. Normalmente, nas casas em que a fonte é a vertente, os moradores não utilizam o hipoclorito de sódio. E, segundo um agente de saúde entrevistado, algumas famílias colocam o cloro em “locais errados”, como na vertente (poço raso escavado) e ou na caixa d’água, ou o utilizam para outros uso como, por exemplo, lavar roupa.

Em uma entrevista com um ACS, foi perguntado se essa quantidade de hipoclorito de sódio seria suficiente para o mês, e seu cônjuge respondeu:

*“Dá nada! Que a gente usa [a água] pra lavar roupa, pra beber, pra tomar banho, pra dar descarga, pra tudo! [...] Falta...”.*

A equipe percebeu que, quando o hipoclorito de sódio é utilizado na caixa d’água ou na vertente, o produto sempre é insuficiente, principalmente quando a água da caixa tem outras destinações além da *“de beber”*. Foi possível perceber que muitas pessoas, apesar de utilizarem cloro nos recipientes de água para consumo (garrafas PET e baldes), não sabiam a concentração correta a ser aplicada, ou seja, a quantidade de gotas de cloro por litro d’água. Ocorreram os dois casos: pessoas colocam mais cloro que o necessário para realizar a desinfecção da água, e outras utilizam menos que o necessário. Nesse contexto, é possível afirmar que o uso incorreto do produto (para mais ou para menos) pode não surtir o efeito desejado, ou mesmo apresentar riscos à saúde. A equipe de pesquisa acredita que parte da questão da aplicação do cloro poderia ser resolvida com uma melhor capacitação dos ACS e com ações educativas nas escolas.

O armazenamento da água é geralmente feito em caixas d’água ou em baldes nos domicílios (Figura 19). Na maioria dos casos, os moradores utilizam mais de uma caixa d’água, especificadas como: caixa trepada (acima do nível da casa), caixa na cozinha, caixa no banheiro e no local onde se lava a roupa. Normalmente, quem possui caixa d’água trepada possui outra no nível do solo, no local da lavagem de roupas. Quem não possui caixa acima do nível da casa, possui caixa ou balde na cozinha ou no local do banho. Já, o armazenamento da água para consumo, é realizado em recipientes armazenados na geladeira (garrafas PET), galões (de água mineral ou reutilizados) e ou em baldes com tampa.

Figura 19 – Formas de armazenamento de água observadas: a) Caixa trepada b) Caixa em local onde se toma banho c) Caixa fora de casa e perto da cozinha d) Baldes na cozinha

a) Caixa trepada



b) Caixa em local onde se toma banho



c) Caixa fora de casa e perto da cozinha



d) Baldes na cozinha



Fonte: Acervo do PNSR (2016)

Quando questionados sobre desperdícios, ou economias relacionadas ao uso da água, foi relatado: *“Rapaz, a gente não faz [economia], porque o açude tem muita água, a gente gasta à vontade”*. Entretanto, foi observado o uso consciente, pelas pessoas que sofrem com a falta de água.

A narrativa da possibilidade de contaminação da água esteve presente em várias falas e entrevistas. Em uma das propriedades próximas à Usina Álcool Verde (Figura 20) a moradora revelou receio de que os resíduos lançados na lagoa de rejeitos pudessem contaminar a sua vertente (poço raso escavado).

Figura 20 – Usina Álcool Verde que possui uma lagoa de rejeitos que a moradora tem receio que possa contaminar suas águas para consumo doméstico



Fonte: Acervo do PNSR (2016)

Narrativas de contaminação também puderam ser observadas na fala de um ACS: *“Na verdade, não tem como afirmar que a água é boa. Porque em todas as propriedades, o morador utiliza veneno [defensivo agrícola]. E onde você utiliza veneno, ele vai ficar na terra, a água lava e vai lá para dentro. Se lá em cima alguém usa veneno, aqui embaixo quem pegar pode contrair alguma coisa”*. Foi identificada também a contaminação por dejetos de animais: *“tem algumas pessoas que fizeram chiqueiro de porco, perto da beira do igarapé [...] contamina, quando chove”*.

E, por fim, alguns moradores relataram que o uso de fossas pode ser um fator de contaminação: *“Eu jogando esse esgoto na fossa, ele vai procurar um canto para sair, e vai cair numa água aqui, que cai num igarapé e essa água vai contaminando aí, o que não deixa de ir para outro canto”*. Foi possível observar que boa parte dos terrenos realmente possui uma declividade considerável, e que os dejetos de animais são carregados para as fontes d’água, em virtude da topografia local (Figura 21).

Figura 21 – Presença de animais, a montante do açude e de outras fontes de água



Fonte: Acervo do PNSR (2016)

Em boa parte dos locais visitados, não foi percebida proteção dos mananciais, por vegetação. Há proteção dos poços e vertentes (poços rasos escavados), no local de captação, normalmente revestido lateralmente de alvenaria, e depois tampado, seja com placa de cimento, madeira ou lona. Foi relatado, na conversa em grupo, o caso de um lote que tinha vertente, mas “esbarrancou” e a “dona do lote teve que buscar água em outro lote, porque a vertente acabou”.

No PA Alcoobrás não há pagamento pela água consumida, exceto para quem compra água envasada. Entretanto, foram relatados custos relativos à obtenção e ao tratamento da água: energia elétrica ou gasolina para o motor da bomba, sulfato de alumínio para tratamento e ou combustível para buscar água. O tempo gasto para realização dessas atividades foi mencionado por aqueles que necessitam buscar água. Para a vertente no lote vizinho tem-se que percorrer cerca de 1,0 a 1,5 km, mas há casos em que a distância a ser percorrida é bem maior.

Quanto à satisfação com a forma de abastecimento de água adotada, a resposta varia, de acordo com a fonte de água utilizada. Os moradores dos domicílios que possuem vertente (poço raso escavado) relataram estar satisfeitos. Já, os demais, não estão satisfeitos: ou porque a água não é de boa qualidade (proveniente de rio, igarapé, açude e poço com água salobra) ou por ter que buscar água na casa do vizinho.

Como solução para a atual situação, os assentados divisam a implantação de poços, conforme previsto por projeto da FUNASA. Foi citada também a captação e o tratamento das águas de dois igarapés que passam pelo assentamento. E, além disso, a utilização de água de chuva, com armazenamento no período chuvoso, para utilização no período de seca. Nas palavras de um morador, “*como ocorre no aeroporto*”.

Quanto à disposição em pagar pela água, houve divergências. Alguns não responderam e outros concordaram, desde que o preço fosse justo - principalmente por aqueles inseridos no contexto de escassez. Mesmo os que possuem água de vertente destacaram: “*dizer que eu bebo uma água potável isso é engano de qualquer um de nós. Mas se a gente tivesse aquela água ia ser bem melhor*”.

Em relação à possibilidade de o sistema ser operado pela comunidade, as opiniões são diversas. Alguns afirmam que, se houvesse capacitação e remuneração, seria uma boa alternativa. Outros consideram ideal que o sistema fosse operado por um funcionário do DEPASA, ou da prefeitura, uma vez que atribuem a responsabilidade de tais atividades a essas organizações.

#### 1.3.12.2 Esgotamento sanitário

Foram identificadas as seguintes tecnologias de disposição de esgotos no assentamento de Alcoobrás: fossa seca e duas variações de fossas rudimentares. Dentre suas características pode-se destacar:

- Fossa seca: buraco circular, sem revestimento, com 1,5 a 2,0 m de profundidade, cavada pelos próprios moradores. Em alguns casos, possui caixa de madeira (escoras), próxima à superfície, para não “esbarrancar” no período chuvoso e localizada logo depois da “privada” (casinha) (Figura 22).

- Fossa rudimentar (1): buraco circular, revestido de concreto nas laterais e sem nenhum material no fundo, com cerca de 2,0 m metros de profundidade, com tampa de madeira ou concreto, feita pelos próprios moradores (Figura 23).
- Fossa rudimentar (2): buraco retangular (geralmente de 2,0 m x 3,0 m), revestido de alvenaria nas laterais (tijolos cerâmicos), com cerca de 2,0 m a 3,0 m de profundidade. No meio há uma parede de alvenaria: “de um lado fica o xixi e do outro o cocô”, normalmente construída por um pedreiro. Para essa solução, encontramos casos em que o fundo é revestido com concreto e outros não, e a tampa é de concreto ou madeira (Figura 24).

Figura 22 – Privada com fossa seca



Fonte: Acervo do PNSR (2016)

Figura 23 – Vista da tampa da fossa rudimentar, no lote, a cerca de 20 m da residência



Fonte: Acervo do PNSR (2016)

Figura 24 – Fossa rudimentar retangular



Fonte: Acervo do PNSR (2016)

Observou-se que a solução adotada, para a disposição final dos efluentes, varia de acordo com as condições financeiras e do nível de instrução dos moradores. A fossa seca está presente onde a solução sanitária adotada é uma privada – casinha de madeira ou lona, cujo piso é de madeira, com um buraco. Já, a fossa rudimentar, é utilizada nos casos de banheiro completo ou com vaso sanitário apenas. Existem ainda domicílios em que há a prática de defecação a céu aberto, comumente chamada de “pau da gata”. Neste caso, inexistente a prática de cavar um buraco ou cobrir as fezes. Tal prática é realizada também pelas pessoas quando estão no roçado.

Em relação à localização dessas soluções, a defecação a céu aberto é realizada no mato, em local distante da casa e do ponto de captação de água, não necessariamente à jusante do fluxo de água. Já, a “privada”, é externa à casa, localizada a uma distância de aproximadamente de 30 a 50 m do ponto de captação, mas não necessariamente à sua jusante. Já, o banheiro completo, está em geral localizado dentro da casa, ou em anexo, e recebe água encanada. A maioria dos entrevistados utiliza papel higiênico, e alguns relataram que, após defecar, gostam de tomar banho.

As formas e locais de banho identificados foram: com chuveiro no banheiro completo, cuja água vai para a fossa rudimentar; com balde em banheiro de madeira e fechado, anexo à casa, cujo esgoto escoava para o terreno; com balde fora de casa, em um local cercado, embora a céu aberto; e com balde em local totalmente aberto (Figura 25 a, b, c, d). Em todos estes locais, exceto no banheiro completo, há uma caixa d’água no local e a água de banho é lançada no terreno, bem como as águas servidas (da pia ou do jirau de lavar vasilha)(Figura 26).

Foi relatado que os banheiros têm mau cheiro, principalmente a “privada”. Para diminuir o mau cheiro, alguns moradores utilizam cinza de fogão a lenha, creolina e cal. Entretanto, a maioria não utiliza qualquer medida para combater o mau cheiro. Um odor desagradável também é sentido nos locais

onde a água servida é lançada. Em uma das casas visitadas, a moradora relatou utilizar naftalina nos ralos, para diminuir o problema de odor.

Figura 25 – Formas e locais de banho identificados



a) Banheiro completo



b) Local de banho e de lavagem de roupa



c) Local semiaberto, no fundo do quintal



d) Criança brincando no local de tomar banho

Fonte: Acervo PSNR

Figura 26 – Escoamento de águas servidas



Fonte: Acervo do PNSR (2016)

Apesar de afirmarem que não há nenhum tipo de desconforto dos membros da casa em utilizarem a “privada”, a qualquer hora e independentemente de idade ou sexo, em um domicílio foi relatado que a moradora utilizava o pinico à noite. Percebemos, assim, um possível desconforto em sair à noite para evacuar no mato, mas não conseguimos aprofundar o tema para estabelecer se seria por comodidade, medo ou constrangimento.

Sobre a satisfação em relação à solução adotada, quem possui banheiro completo se diz satisfeito. No entanto, afirmam que gostariam de utilizar uma tecnologia de destinação do esgoto “mais segura”, que não contaminasse o solo. Um morador mencionou a possibilidade de haver rede coletora de esgoto e com o tratamento, mas não acredita neste cenário. Já, os moradores que realizam defecação a céu aberto e em privada, não estão satisfeitos, pois gostariam de ter um banheiro “decente”, dentro de casa ou parecidos com os módulos sanitários “padrão FUNASA”. Mais uma vez, foi possível identificar a influência do “projeto dos banheiros” nas falas dos entrevistados.

Durante uma conversa em grupo, uma senhora relatou o seu descontentamento com a privada - solução presente em sua casa – já que o deslocamento até o local e a posição para utilização serem incômodos para ela, devido a um problema nas pernas. Segundo outra moradora, *“não tem coisa mais desconfortável que tomar banho na caixa d’água e fazer suas necessidades no mato (...) sou deficiente e venho sofrendo com isso”*. Também relatam constrangimento de não possuir um banheiro “decente”: *“o sonho de homens e mulheres daqui é receber uma pessoa e não ter vergonha de mandar ir para o banheiro”*.

Os assentados acreditam que a responsabilidade de fornecer o material para a construção dos banheiros é do governo, através de um crédito habitacional ou da FUNASA. Apesar disso, consideram que a responsabilidade de manutenção das fossas ou de outra solução sanitária individual é de cada

um. Em termos da narrativa de contaminação, poucos entrevistados associaram a relação do uso de fossas secas ou rudimentares à contaminação e riscos à saúde, situação preocupante naquela região, já que, no período chuvoso, o nível d'água fica muito próximo à superfície do terreno, a menos de um metro (Figura 27).

Figura 27 – Alto nível d'água em fossa seca, com cinco meses de uso.



Fonte: Acervo do PNSR (2016).

### 1.3.12.3 Resíduos sólidos

Quando indagados sobre a questão do lixo, a maioria dos entrevistados afirma queimar ou jogar os resíduos em um buraco (Figura 28). Geralmente, o lixo é colocado em um buraco no fundo do quintal (Figura 29) e, posteriormente, queimado. Para o seu armazenamento no domicílio, foi observada a utilização de cestos ou sacolas.

Figura 28– Moradora queimando lixo no seu quintal



Fonte: Acervo do PNSR (2016).

Figura 29 – Lixo depositado em fundo do lote "num canto"



Fonte: Acervo do PNSR (2016).

O único local que possui coleta de lixo em Alcoobrás é a escola, sendo esta realizada uma vez por semana. O local de armazenamento do lixo normalmente fica cheio, atraindo animais e moscas, além de gerar mau cheiro. Conforme foi relatado por uma moradora:

*“Se for para ter coleta uma vez por semana, igual tem na escola, não compensa, porque fica cheio de bicho e fede”.* (Figura 30).

Alguns moradores depositam o lixo neste cesto ou ao longo do trecho pavimentado dentro do Assentamento, que vai da BR-317 até a Escola.

Figura 30 – Cesto de lixo “transbordando” em frente à escola



Fonte: Acervo do PNSR (2016).

Foram identificados como lixo, pelos entrevistados: plástico, papel, vidro, metal e fralda descartável. Os resíduos orgânicos não são referidos como lixo, sendo destinados como alimento para a criação de

porcos e galinhas, dentre outros. Foi observada a reutilização de recipientes plásticos, principalmente garrafas PET, para armazenamento da água na geladeira. Em alguns casos, latas de metal são revendidas e recipientes de vidro são estocados. Nos demais casos, esse material é enterrado.

Quando questionados sobre o descarte de pilhas, muitos afirmaram que não as utilizam. Nos domicílios em que estas são utilizadas, os moradores relataram que sua destinação é a mesma dos outros materiais: queimado ou enterrado. Há quem jogue no mato, longe de casa e do igarapé. Fraldas descartáveis também foram citadas, por um dos entrevistados, como resíduo perigoso. Não foram relatados problemas de saúde provenientes da queima do lixo. Contudo, alguns moradores relataram que já ocorreram incêndios acidentais, devido à queima dos resíduos. Lixo espalhado pode ser observado em alguns lotes (Figura 31).

Figura 31– Lixo espalhado pelo lote



Fonte: Acervo do PNSR (2016)

Pela fala dos entrevistados, foi possível inferir que as embalagens de defensivos agrícolas são os únicos resíduos considerados perigosos. Sua destinação varia de acordo com o domicílio: devolvem para a loja onde compraram, armazenam em um local no terreno ou queimam junto com os outros lixos (Figura 32). Essa última foi a prática mais observada.

Figura 32– Paioi onde são guardadas as embalagens de defensivos agrícolas



Fonte: Acervo do PNSR (2016)

Em relação à atribuição das atividades, foi notado que, tanto o armazenamento quanto a queima dos resíduos, são realizados por todos os membros da família. Não há distinção de gênero na execução destas tarefas, exceto a idade, já que, normalmente, são adultos que a realizam.

A maioria dos entrevistados respondeu que se encontra insatisfeita com a destinação dada ao lixo. Têm consciência que queimar e enterrar não constituem alternativas adequadas. Afirmam que seria interessante que houvesse uma coleta realizada por caminhão da prefeitura, pelo menos uma ou duas vezes por semana: *“quem não gostaria de separar seu lixo e colocar lá para o carro levar?”*. Entretanto, os entrevistados não consideram esta uma alternativa plausível, pois se *“nem o caminhão que busca os meninos para levar para escola passa na época de chuva, porque o ramal fica ruim, imagina o de lixo!”* e que *“o município mais próximo, que é Capixaba, não tem onde jogar seu lixo ...”*.

#### 1.3.12.4 Drenagem pluvial

As chuvas na região estão concentradas em um período do ano, comumente referido como inverno, e que ocorre no período entre os meses de novembro a março. Nesta temporada, as chuvas são frequentes, prejudicando principalmente o acesso (Figura 33 e Figura 34), uma vez que a maior parte dos ramais é de “piçarra”<sup>19</sup>.

<sup>19</sup> Piçarra: mistura feita com pedra, areia, terra e cascalho.

Figura 33 – Situação do ramal Antônio Costa, após 3 dias de chuva



Fonte: Acervo do PNSR (2016).

Figura 34 – Vista de casa no ramal alagado



Fonte: Acervo do PNSR (2016).

*Os entrevistados relataram prejuízo devido à falta de drenagem: “Lá para os lados de lá [Ramal do Jarina] alaga, no ramal a água passa por cima das pontes. Nós fica ilhado. Os buraco que água vai fazendo leva [carrega] até as pontes. Não tem casa perto do igarapé, aqui esse problema não tem”*

*“(...) quando chove o caminhão não passa e os meninos ficam sem ir à escola, por um bom tempo”.*

*“tolda a água” que é captada pela população.*

Não há estrutura de drenagem pluvial nas vias, apenas canais de água nas laterais de alguns ramais (Figura 35). Outro problema, relatado pelos moradores, é a existência de vários açudes próximos aos ramais que, no período chuvoso, transbordam, prejudicando o acesso (Figura 36). Segundo os moradores, o nível da água chega à altura do tornozelo, limitando o tráfego nos ramais, devido aos buracos e à lama.

Figura 35 – Estruturas de drenagem pluvial encontradas: valas ao lado do ramal



Fonte: Acervo do PNSR (2016).

Figura 36 – Açudes próximos aos ramais



Fonte: Acervo do PNSR (2016).

A prefeitura, em parceria com o DERACRE (Departamento de Estradas de Rodagem do Acre), realiza a manutenção dos ramais, conforme foi exemplificado na fala de um morador: *“a prefeitura aterrou o ramal com a máquina e o DERACRE auxiliou com o óleo”*.

#### 1.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível mapear os diversos cenários de saneamento e da situação socioeconômica da comunidade. Em relação ao abastecimento de água, observou-se que as condições relatadas e ou observadas não são adequadas já que, quando se tem água, sua qualidade não pode ser assegurada. Além disso, a sazonalidade contribui para situações de escassez.

Constatou-se que a maioria das instalações de esgotamento sanitário são precárias. Por meio das falas dos entrevistados, foi possível identificar o anseio por melhorias nestas estruturas, principalmente no

que se refere à construção de banheiros. Identificou-se, ainda, que a falta de pavimentação constitui um dos fatores determinantes para a inexistência da coleta dos resíduos sólidos na área do assentamento. As principais estratégias identificadas para contornar a inexistência desse serviço são queimar ou enterrar o lixo. No que se refere às estruturas de drenagem pluvial, foi possível observar apenas algumas canaletas ao longo dos principais acessos (vias) no acampamento. Em épocas de chuva, o problema dos alagamentos emerge principalmente nos locais onde há açude nas imediações.

A situação constatada não se difere da situação da sede do município, identificada no Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB, 2016), que indica a inexistência de rede de esgotos e os resíduos ainda são dispostos em um lixão.

## 1.5 REFERÊNCIAS

ACRE. PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA/CAPIXABA. Secretaria de Extensão Agroflorestal E Produção Familiar – SEAPROF. Dez. 2014.

Atlas Brasil. Atlas do Desenvolvimento Humano. Disponível em < <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 20 de mai. de 2016.

BRASIL. LEI Nº 12.188, DE 11 DE JANEIRO DE 2010. POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E REFORMA AGRÁRIA - PNATER. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm)>. Acesso em: 12 fev. 2016.

EMBRAPA, 2001. Mapa de Zoneamento Agroecológico do Município de Capixaba (2001).

FARIAS, C. S. MANIPULAÇÃO DO TERRITÓRIO: o agronegócio e o campesinato na Amazônia. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 5, n. 9, p. 51-70, fev. 2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico de 2010. Resultados do Universo. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em 20 de jul. 2016.

INCRA, 1999. Planta Geral de Demarcação de Alcoobrás

LIMA, E. M. Conflito Sócio-Ambiental do Uso e Ocupação das Terras no Estado do Acre – o caso do município de Capixaba. Dissertação de mestrado. Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2005.

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Comissão de Análise da Chamada Pública de Ates INCRA/SR.14/D/AC/Nº.01/2013 Rio Branco/AC. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA. Rio Branco, 14 de março de 2014. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/media/ater/Acre/resultado-%20chamada-publica-%20ates%20-%201%C2%AA%20fase.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

NERY, V. Profissionais de cooperativa passam por capacitação para atender projetos de assentamento. JURUÁ ONLINE – Informação com a cara da Amazônia. jun. 2015. Disponível em: <<http://www.juruaoonline.net/cotidiano/profissionais-de-cooperativa-passam-por-capacitacao-para-atender-projetos-de-assentamento/>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

Fonte: INCRA, 1999. Modificado.

PMSB, 2016. Plano Municipal de Saneamento Básico de Capixaba, Aprovado em 2016.

SEMA/AC (2007) e SIPAM (2004). Mapa de Bacias e Microbacias do Município de Capixaba - AC

SIAB, 2016. Sistema de Informação de Atenção Básica . Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?siab/cnv/SIABCAC.def>

## 2. COMUNIDADE QUILOMBOLA PACOVAL – PARÁ

### 2.1 INTRODUÇÃO

Assim que foram definidas as localidades onde seriam realizados os trabalhos de campo e as respectivas equipes, iniciou-se o levantamento de informações locais. Assim, foi realizado o levantamento de documentos sobre a Comunidade Quilombola de Pacoval - de pesquisas e trabalhos acadêmicos ali realizados, e em outras comunidades quilombolas situadas no baixo Amazonas – e demais informações e dados secundários.

O primeiro contato com a comunidade foi realizado, por telefone, com o ex-presidente da Associação Comunitária de Negros do Quilombo Pacoval de Alenquer (ACONQUIPAL), em novembro de 2015. Tivemos muita dificuldade em conseguir um canal de comunicação com Pacoval, tanto que ligamos para outras comunidades quilombolas do Pará, em busca de nomes de possíveis contatos. Depois de duas semanas tentando várias vezes, conseguimos falar com o ex-presidente da associação. Neste momento, apresentamos o PNSR, explicamos no que consistia a pesquisa que realizaríamos na comunidade, apresentamos a equipe e iniciamos o planejamento da etapa de campo, a partir das informações fornecidas. À medida que conversávamos por telefone com o ex-presidente da associação, planejamos nossa logística em campo: como chegaríamos à comunidade, o tempo de deslocamento, onde ficaríamos, quem poderia nos auxiliar com a alimentação etc.

Assim que chegamos a Santarém, no Pará, entramos novamente em contato e combinamos onde nos encontraríamos para chegar até a comunidade. No dia 18 de fevereiro de 2016, em Santarém, pegamos a barca rumo à Alenquer. Passamos pelo rio Amazonas e observamos a beleza da região e as casas dos moradores ribeirinhos, e imaginamos as dificuldades que aquelas pessoas enfrentam em períodos de chuva. Depois de três horas de viagem, chegamos a Alenquer, onde nosso contato já nos esperava e nos informou que, em uma hora, sairia o ônibus para Pacoval. Pegamos um táxi, deixamos as malas na casa de uma ex-moradora de Pacoval que morava em Alenquer, almoçamos e esperamos o ônibus.

Já no ônibus, percebemos o calor humano e a alegria daquelas pessoas. Era um ônibus escolar que levava pessoas e mercadorias. Na cidade, ia parando em cada esquina, para um pegar uma encomenda no mercado, buscar uma compra ou pagar alguém. Na Figura 37 é possível ver sal para o gado, cachaça para o bar, cadeiras e combustível. Fomos informados que o ônibus também atende às comunidades ao longo do percurso, ou seja, nem toda essa mercadoria vai necessariamente para Pacoval. Foram cerca de 3h 30min de viagem.

Figura 37– Ônibus de Pacoval



Fonte: Acervo do PNSR (2016)

Chegamos às margens do Rio Curuá: do outro lado, estava Pacoval. Pegamos um barquinho para atravessar e, neste momento, nosso contato se despediu e falou que o barqueiro nos levaria até as instalações da associação, onde iríamos ficar. Lá fomos calorosamente recebidos pela esposa do presidente da associação e sua família. Nos instalamos e, à noite, saímos para conhecer um pouco a localidade. No segundo dia, começamos a nos organizar. Pedimos ao presidente da associação ACONQUIPAL para marcar uma reunião, no sábado, e nos organizamos para realizar as entrevistas e coletar os dados.

Num primeiro momento, realizamos entrevistas e visitas à vila do Quilombo Pacoval, com os três Agentes Comunitários de Saúde (ACS), responsáveis pelo cuidado e atenção primária à saúde. Por meio destas conversas, conhecemos, sob a ótica da saúde, os hábitos sanitários e questões relacionadas ao saneamento na comunidade. Um dos Agentes de Saúde foi presidente da ACONQUIPAL por nove anos, sendo nosso anfitrião e contato no decorrer de todo o planejamento de campo. Ele nos contou a história do Quilombo, bem como os processos que se passaram para o seu reconhecimento cultural, e os projetos desenvolvidos pela associação e demais entidades que atuaram e atuam em Pacoval.

Essas informações embasaram a construção das questões que foram discutidas em grupo com alguns moradores (Figura 38) na plenária da ACONQUIPAL. Neste momento, a equipe propôs a construção de um mapa conceitual<sup>20</sup> (

<sup>20</sup> A equipe escolheu esta dinâmica pelo receio de haver um elevado número de participantes e, devido ao número de pesquisadores, não conseguir controlar a reunião e influenciar na qualidade das informações coletadas. Por conseguinte, optamos em realizar uma dinâmica interativa e que possibilitasse maior participação e construção coletiva dos eixos de estudo desta pesquisa.

Figura 39), em conjunto com a comunidade. Foram fixados no quadro três cartazes, um referente a cada eixo sanitário (água, esgoto, lixo e drenagem). Assim, foram traçadas questões norteadoras<sup>21</sup> para o diagnóstico sanitário da comunidade, sendo realizadas também questões relacionadas à gestão do saneamento na comunidade, opinião sobre as soluções sanitárias e gênero. A elaboração do mapa conceitual com a comunidade foi enriquecedora, pois foram revelados dados do contexto coletivo que não conseguimos cercar no âmbito individual.

Figura 38 – Reunião realizada na plenária da associação

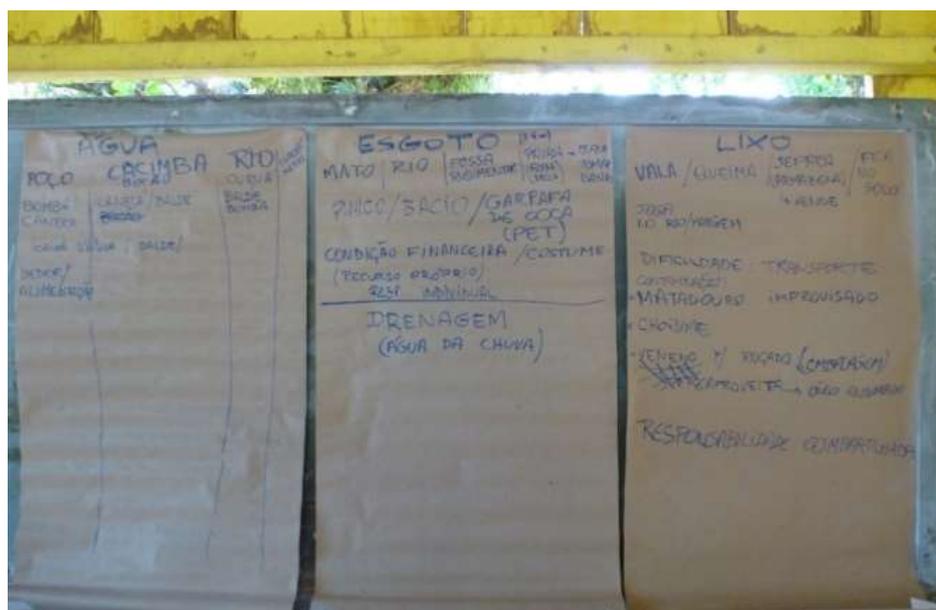


Fonte: Acervo do PNSR (2016)

---

<sup>21</sup> Foram seguidas as perguntas do questionário, adaptadas às especificidades locais do Quilombo.

Figura 39 – Mapa conceitual construído na reunião



Fonte: Acervo do PNSR (2016)

No decorrer da reunião, uma moradora revelou que nossa imagem foi atrelada aos agentes de saúde. A interlocutora, por meio desta correlação, melhorou a limpeza de seu quintal e passou a perceber a sujeira do seu quintal e dos seus vizinhos.

*QP\_M: Olha, avisaram lá em casa e disseram que o pessoal da saúde iria vir. Passei o dia inteiro limpando o quintal, tirando saco, cuião. Disseram que vocês iriam passar de casa em casa, olhando quintal, se tinha água parada. Ai eu fiquei com medo né!? Ai, depois eu vi vários quintais, com o quintal sujo... sujo...; Ai eu pensei, "meu Deus do céu, se esse pessoal passar aqui nesta casa... Graças a Deus que eu já limpei o meu!".*

*QP\_P: A sua casa, como estava antes e agora?*

*QP\_M: Tá melhor...*

*QP\_P: Agora que sua casa está limpa, você passou a reparar na sujeira dos quintais dos outros.*

*QP\_M: Sim, vamos ver quanto tempo vai durar, né?*

A tal informação foi “criada”, por um dos ACS, como uma oportunidade de incentivar um melhoramento na questão dos resíduos sólidos, uma grande problemática na comunidade. Em consonância, ao longo da nossa estadia no Quilombo, observamos as pessoas limpando o quintal e capinando a frente da casa. Na reunião, também conhecemos o morador responsável pelo levantamento demográfico do IBGE, no ano de 2010, e realizamos uma entrevista, pois ele tinha conhecimento geral dos dados sanitários da comunidade à época do levantamento, e também dos dados atuais. Isso possibilitou uma análise das soluções sanitárias adotadas pelos moradores, no período.

A observação direta e as conversas informais com professores, lideranças do Quilombo e demais moradores permitiram identificar possíveis adversidades na comunidade, que são difíceis de se perceber: problemas do dia a dia, seu enfrentamento e soluções, na prática. Além disso, possibilitaram a agregação de informações sobre renda e educação, entre outros.

As entrevistas individuais ocorreram, normalmente, no período da manhã e, no período da tarde, foram feitas análises preliminares dos dados coletados. Neste momento, eram realizadas discussões entre os pesquisadores, sobre as respostas obtidas, assim como a verificação das questões que não haviam atingido ainda a saturação dos dados. Posteriormente, foram visitadas algumas casas próximas ao Rio Curuá e ao Igarapé Mapirí, em busca de novas informações. A partir do oitavo dia que estávamos na comunidade, não obtivemos novas informações além das analisadas até o momento, percebemos então que não havia necessidade de visitar mais casas, uma vez que as informações estavam se repetindo, ou seja, a saturação dos dados havia sido atingida.

## 2.2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALENQUER

O Município de Alenquer está localizado no estado do Pará, na mesorregião do Baixo Amazonas, próximo ao município de Santarém (Figura 40).

Figura 40 – Localização do Município de Alenquer



Fonte: Google Maps (2016)

Segundo o Censo Demográfico do IBGE, em 2010 a população do município era de 52.626 habitantes (Tabela 5), sendo que 47,3% da população situava-se na zona rural (24.904 hab).

**Tabela 5 – Caracterização do Município de Alenquer**

|  |          |
|--|----------|
| População estimada em 2015 (hab)               | 54.662   |
| População em 2010 (hab)                        | 52.626   |
| Área da unidade territorial (km <sup>2</sup> ) | 23,645,5 |
| Densidade demográfica (hab/km <sup>2</sup> )   | 2,23     |

Fonte: IBGE-Cidades,2016

Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano – Atlas Brasil (2013):

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Alenquer era de 0,564 em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599). As dimensões que mais contribuíram para o IDHM do município foi a Longevidade, com índice de 0,779, seguida de Renda, com índice de 0,529, e de Educação, com índice de 0,436.

### 2.2.1 Clima

O clima é caracterizado por duas estações bem definidas. O regime pluviométrico da região é do tipo tropical chuvoso, com período seco (compreendido entre os meses de setembro e novembro) - comumente chamado de período do verão - e período de chuvas abundantes durante alguns meses (fevereiro a maio) - comumente conhecidos como período do inverno (novembro a maio) (OLIVEIRA JÚNIOR, 2002).

### 2.2.2 Solos e vegetação

No município de Alenquer, a vegetação predominante é a floresta equatorial úmida, presente em terras firmes, e apresenta espécies variadas, entretanto os solos são pobres nos campos. Nas áreas mais baixas, a vegetação é de várzea (Portal Amazônico, 2016).

### 2.2.3 Saneamento

Segundo os dados do Sistema de Informação de Atenção Básica (SIAB), no município de Alenquer, apenas 16,36% das famílias possuem rede pública de abastecimento de água, predominando, na zona urbana, o uso de poço ou nascente (62,75% das famílias). Na zona rural, 78,50% das famílias utilizam água proveniente de poço ou nascente (Tabela 6).

Apenas 86 famílias na área urbana possuem rede de esgotamento sanitário (0,80%), sendo que, a maioria, utiliza fossa (84,20%). Na zona rural, o percentual de famílias que utilizam fossa é de 84,05% e de famílias que realizam defecação a céu aberto é de 15,09%.

Apesar de haver serviço público de coleta de lixo, a maioria das famílias no município de Alenquer queimam ou enterram o lixo (67,81%), sendo esse percentual ainda maior na zona rural (76,42%). Parte da população do município (20,89%) utiliza a coleta de lixo convencional (realizada pela prefeitura).

No contexto rural, 12,33% das famílias descartam os resíduos a céu aberto. É importante destacar que o município não possui aterro sanitário, apenas um lixão.

Tabela 6 – Dados sanitários do município de Alenquer (PA)

| Infraestrutura        |                         | Área Urbana        |      | Área Rural         |       | Total              |      |
|-----------------------|-------------------------|--------------------|------|--------------------|-------|--------------------|------|
|                       |                         | Número de famílias | %    | Número de famílias | %     | Número de famílias | %    |
| Abastecimento de água | Rede pública            | 1.700              | 16,4 | 780                | 12,3  | 920                | 22,8 |
|                       | Poço/ Nascente          | 7.520              | 72,4 | 4.990              | 78,5  | 2530               | 62,6 |
|                       | Outros                  | 1.169              | 11,3 | 587                | 9,2   | 582                | 14,4 |
| Esgotamento sanitário | Rede pública            | 86                 | 0,8  | 55                 | 0,9   | 31                 | 0,8  |
|                       | Fossa                   | 8.736              | 84,1 | 5.343              | 84,1  | 3393               | 84,2 |
|                       | Lançamento a céu aberto | 1.567              | 15,1 | 959                | 15,09 | 608                | 15,1 |
| Resíduos sólidos      | Coleta pública          | 2.170              | 20,9 | 715                | 11,3  | 1455               | 36,1 |
|                       | Queimado/Enterrado      | 7.045              | 67,8 | 4.858              | 76,4  | 2187               | 54,3 |
|                       | Disposição a céu aberto | 1.173              | 11,3 | 784                | 12,3  | 389                | 9,7  |
| Total                 |                         | 10.388             | 100  | 6.357              | 100   | 4.031              | 100  |

Fonte: SIAB (2016).

## 2.3 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA PACOVAL

### 2.3.1 Histórico

Semelhante à história de outras comunidades remanescentes dos mocambos<sup>22</sup> na Amazônia, a história do Pacoval se inicia nos campos, matas e rios da África. Separados de sua gente e expatriados, os africanos vinham para o outro lado do oceano com o destino selado: ser força de trabalho capaz de realizar os sonhos de muitos colonos europeus (FUNES, 1995). Para este autor, a fuga era uma forma de resistência à escravidão. Muitos escravos fugiram em barcos, pelos rios, lagos e igarapés, ou pelas matas, caminhando à noite, para não serem percebidos, e se escondendo de dia, até chegar aos mocambos. Nestas terras distantes de Santarém, estes negros viram em Pacoval, como em outros locais ao longo do Rio Curuá, um bom lugar para se instalarem. Quando a princesa Isabel assinou a Lei Áurea, “eles foram avisados que estavam livres”<sup>23</sup>. Alguns moradores dali decidiram que continuariam a morar em Pacoval.

Anos depois, uma professora, que estava trabalhando numa comunidade em Óbidos, percebeu que havia semelhança na origem daqueles Quilombos ao longo do rio Curuá. Desta forma, ela propôs um encontro entre membros dessas comunidades.

<sup>22</sup> A palavra mocambo está associada ao quilombo, representando local de esconderijo e resistência dos escravos, como também é associada ao local destinado aos negros, aos marginalizados socialmente. (adaptado Pinheiro, 2010)

<sup>23</sup> Neste relatório, utilizaremos a seguinte formatação para identificar as falas dos interlocutores: itálico entre aspas.

*O 1º Encontro foi realizado no Pacoval, em julho de 1988, organizado pela ACOB (Associação Cultural Obidense) tendo à frente a professora Idaliana Marinho (...). A comunidade cedeu apenas os espaços, ou seja, toda a organização do encontro foi pensada e executada pela referida Associação. Estava aí lançada a semente de eventos futuros que possibilitariam novos encontros, constituindo oportunidades para trocas de experiências, discussão de problemas comuns e denúncias sobre os desmandos a que estão sujeitas aquelas comunidades, frente aos poderes públicos e interesses privados. Espaços para rememorem seus antepassados, os antigos dos 'mocambos', momentos de festas. (FUNES, 1995, p. 3)*

No entorno de Pacoval, e até mesmo na comunidade, “começou-se a instalarem pessoas de Alenquer”. E iniciaram-se os conflitos pela terra. Nesse interim, por meio desses encontros, eles descobriram que a Constituição de 1988 previa que “os remanescentes de quilombo que tivessem ocupando uma área tinha direito a essa área”. Então buscaram mais informações sobre a titulação de terras, pois estavam já se sentindo ameaçados por aqueles que estavam ocupando a área do entorno e de Pacoval. “Mas eles também eram sindicalizados como trabalhadores rurais e nós [quilombolas de Pacoval] não éramos. Então recorreremos ao INCRA”. “Foi muito tempo de conversa, de debate, de medo. Porque tinha gente que queria resolver de outra forma [na força]”<sup>24</sup>. O que ajudou nessa conquista da titulação foi, portanto, a ameaça de um conflito. Em 20 de novembro de 1996 eles adquiriram a titulação. Eram 140 famílias e atualmente são cerca de 280 famílias (números coletados nas entrevistas). Não há mais conflitos entre o quilombo e as comunidades vizinhas.

A religião predominante na comunidade é a católica, mesmo com a presença de uma igreja evangélica Assembleia de Deus<sup>25</sup>. O santo padroeiro de Pacoval é Santo Antônio. No entanto, as duas festividades religiosas na comunidade são a de Santa Luzia, comemorada em dezembro, e a de Santo Expedito, festejada entre 25 de dezembro a 20 de janeiro. No dia seis de janeiro acontece a saída do “Cordão do Marambiré” (Figura 41), manifestação de fé e cultural, que representa uma ligação entre a comunidade com o passado dos mocambos.

Hoje, o Cordão é considerado Patrimônio Cultural do Pará. Serve de elemento de identidade e etnicidade desta comunidade negra e remanescente de mocambeiros (FUNES, 1995), pois como relatado por um interlocutor, “é através dessa cultura que nós somos enxergados”.

<sup>24</sup> As notas entre colchetes representam complementações dos autores às falas dos interlocutores.

<sup>25</sup> A presença da igreja evangélica é relativamente recente na comunidade. Instalada há cerca de três anos, a sua entrada só foi possível mediante diálogo e permissão da comunidade. Na época em que a pesquisa foi realizada, foram relatados alguns conflitos relativos à intervenção e certa desqualificação por parte dos pastores, no que se refere a alguns traços da cultura de Pacoval. Santos, danças e outras festividades, que estão diretamente atrelados à religião católica, têm sido alvo de críticas.

Figura 41– Cordão do Marambiré



Fonte: FUNES (1995).

Ainda hoje, os moradores da comunidade recorrem aos curandeiros, práticas herdadas de seus antepassados, além das parteiras e curadores de cobra. Um dos elementos culturais mais significativos é a produção do “contraveneno” – forma como os locais se referem ao antídoto para picada de animais venenosos - cujo segredo vem sendo passado, de geração em geração, dentro da família Assis.

A organização espacial de Pacoval pode ser percebida da seguinte forma: a maioria das casas se encontra na região chamada por eles de Vila (próxima ao rio). Elas são próximas, a menos de 20m de distância umas das outras (Figura 42). A maior parte das casas é de alvenaria com madeira, proveniente do projeto do INCRA. O uso da terra em Pacoval é coletivo. Se há um morador novo, ou uma nova família, ele constrói sua casa, e coloca seu roçado e campo em uma área que estiver desocupada. Atualmente, começaram a colocar cercas nas casas (Figura 42

). Entretanto, como pode ser observada na foto de FUNES, de 1995, (Figura 43), antigamente não havia divisão de terrenos entre os moradores, o que reforça a visão de uso coletivo das terras.

Figura 42 – Vista de rua principal de Pacoval



Fonte: Acervo do PNSR (2016).

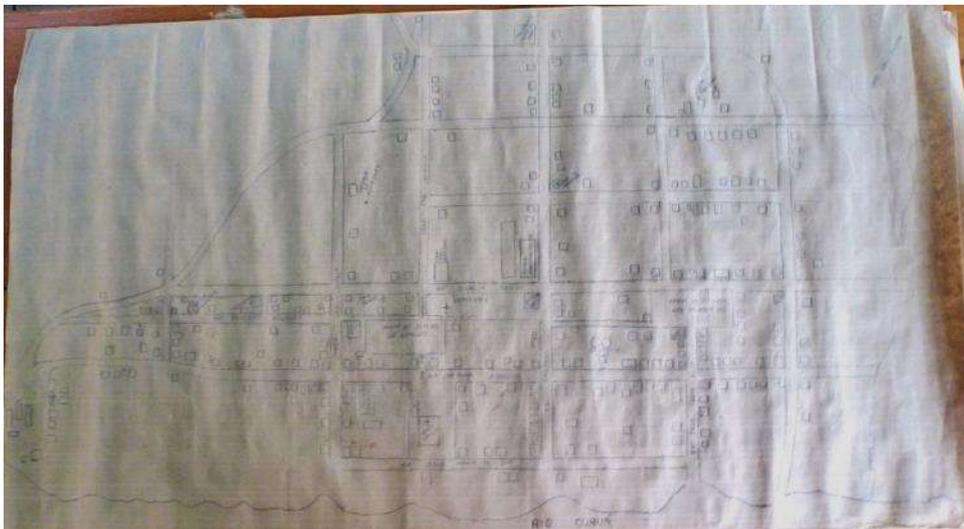
Figura 43 – Vista de Pacoval em 1992



Fonte: FUNES (1995).

Na Figura 44 e na Figura 45, que apresentam, respectivamente, um mapa temático e uma imagem do Google Maps da comunidade, é possível observar a forma como as casas estão dispostas na vila. As áreas de roçado e campo estão em áreas distintas das de moradia, cujas distâncias variam de 30min a 4 horas de caminhada. Quem tem direito ao uso da terra são os nativos, ou algum cônjuge de um morador da comunidade.

Figura 44 – Mapa do Pacoval



Fonte: Roberto Carlos (morador).

Figura 45 – Visão aérea da comunidade

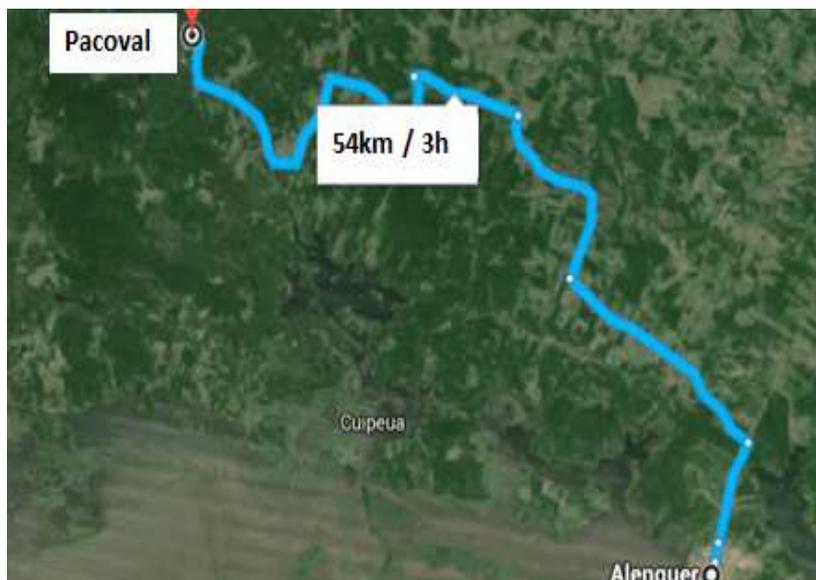


Fonte: Google Maps (2016).

### 2.3.2 Localização

A comunidade Quilombola Pacoval pertence ao município de Alenquer, na porção noroeste do Pará - mesorregião do Baixo Amazonas e microrregião de Santarém. Localiza-se à margem direita do rio Curuá, a 54 km da sede do município (Figura 46). Sua área é de, aproximadamente, 7.473ha, com lagoas e um igarapé, denominado Mapirí. O acesso até Pacoval é realizado por uma estrada de terra de terra (Figura 2.47) ou pelo rio Curuá.

Figura 46 – Distância do Quilombo Pacoval da sede Alenquer



Fonte: Google Maps (2016).

Figura 47 – Estrada de acesso ao Quilombo Pacoval



Fonte: Acervo do PNSR (2016).

A Figura 48 apresenta uma imagem da parada final do ônibus, em frente ao Rio Curuá. Os passageiros do ônibus chegam e pegam pequenos barcos, para atravessar para a Comunidade Quilombola de Pacoval.

Figura 48 – Rio Curuá, local onde o ônibus para e os passageiros pegam os barcos para a travessia



Fonte: Acervo do PNSR (2016).

### 2.3.3 Educação

Na comunidade, há dois locais onde são ministradas aulas. Um deles é o galpão da associação (Figura 49), que apresenta uma estrutura relativamente precária. Nele funcionam o ensino primário e a creche. Há, ainda, uma escola para o ensino fundamental e médio – a Escola Municipal de Ensino Fundamental Martinho Nunes (Figura 50) - que funciona por meio do SOME<sup>26</sup> (Sistema de Organização Modular de Ensino). Atualmente, há um curso de pedagogia em andamento na comunidade.

Figura 49 – Galpão da Associação, onde funciona a creche e o ensino primário



Fonte: Acervo do PNSR (2016).

Figura 50 – Escola Municipal de Ensino Fundamental Martinho Nunes



Fonte: Acervo do PNSR (2016).

<sup>26</sup> O Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) é um projeto especial gerido pela Secretaria Executiva (SEDUC) desde 1982. O governo do estado mantém um programa de expansão do Ensino Médio com metodologia diferenciada do ensino regular, e promove o ensino por meio de uma organização curricular por módulos, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Lei 5.692/71. Segundo Tavares Neto (2000), o SOME foi uma alternativa para assegurar o Ensino Médio idealizada na década de 1970, e implantada na década seguinte, com a finalidade de suprir as demandas do interior do Estado, ofertando a população paraense que vive distante dos centros urbanos e fica desassistida dessa etapa da educação básica.

Uma das atuações da escola, que foi citada pelos participantes das entrevistas, é tentar manter viva a cultura do quilombo, por meio do engajamento dos jovens nos eventos culturais. A escola participa ativamente em eventos, como a Semana da Consciência Negra e as festas de ramada, além de promover o Marambiré Mirim, no qual o público mais jovem participa da dança que marca a identidade do quilombo. Vale ressaltar, no entanto, que, por mais que haja esse tipo de atuação, alguns moradores acreditam ser necessária maior frequência neste tipo de atividade. O motivo que nos foi relatado é que muitos dos jovens já não apresentam o mesmo engajamento cultural ou, até mesmo, não se identificam tanto com a cultura quilombola.

*“Todos os movimentos relacionados à cultura são promovidos pela escola. Mas, mesmo assim, a gente ainda esbarra na situação da resistência de muitos alunos não se identificarem [...] Nunca a escola deixa de trabalhar a identidade cultural”.*

*“Nós temos a dança do Marambiré. [...] foi através dessa cultura é que nós somos enxergados. Mas que hoje ela já está sendo deixada de lado. Muitos dos nossos jovens já sente vergonha de se apresentar, de dançar, porque acha que é feio”.*

A escola trabalha ainda com a questão do preconceito na comunidade. Segundo alguns dos moradores entrevistados, mesmo dentro do quilombo acontecem episódios racistas, geralmente através de comentários ou brincadeiras de mau gosto, o que pode ser evidenciado nas seguintes falas:

*QP\_I1: “A vergonha de se dizer: eu sou quilombola! Sente vergonha daqui. [...] Pela nossa cor, nossas características. Sempre que as pessoas se referem: ah! Preto do Pacoval.”*

*QP\_I2: “Quilombola traz aquela visão de negro.”*

*QP\_I3: “Com as crianças ainda acontece muito, de chamar de cabelo de Bombril...”*

### 2.3.4 Saúde

Não há unidade de saúde em Pacoval. Há uma estrutura, construída na década de 1980, que nunca foi utilizada para esse fim. Funcionou como um centro de informática, doado pelo Projeto da Serraria<sup>27</sup>. Os atendimentos são realizados, portanto, em Alenquer, que dispõe de três unidades de saúde, para atendimento a uma população de aproximadamente 54 mil habitantes. Segundo um dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), o “tratamento por aqui em Alenquer é muito lento, precário. Se você imaginar que não tem nada e falta tudo, é assim mesmo”.

As obras de construção de uma unidade de saúde estão paralisadas desde setembro de 2015. Segundo o coordenador do Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB)<sup>28</sup> de Alenquer, o valor da verba

<sup>27</sup> Ver em Processos Organizativos, ítem 2.2.

<sup>28</sup> SIAB é um setor da Secretaria de Saúde do município de Alenquer

federal destinada para o projeto é de R\$ 408.000,00, sendo que o município deve entrar com uma contrapartida de 10% do valor total da obra.

*“O projeto é financiado pelo Ministério da Saúde, através do Programa de Requalificação das Unidades Básicas de Saúde, para fortalecer a atenção básica em todo o território nacional. [...] Aí aquela briga de município com empresa contratada, e com essa instabilidade toda da política<sup>29</sup>. [...] A obra lá está com pouco mais de 60%, que era pra estar com 100%, já com fachada. [...] O Ministério da Saúde não dá apenas por dar, tem a questão da obrigatoriedade do município”.*

Além das três unidades de saúde, há um hospital no município de Alenquer. No entanto, esse estabelecimento é privado. Há um convênio com o Sistema Único de Saúde (SUS), por meio do qual o município contrata os serviços, como internações, urgências, emergências e exames de diagnóstico por imagem. Segundo um funcionário da Secretaria de Saúde:

*“É um valor quase próximo a 400 mil reais que o município repassa para essa unidade hospitalar, todos os meses, para prestar os serviços do SUS”.*

A comunidade de Pacoval dispõe de três ACS, cuja atuação tem caráter preventivo, e inclui visita domiciliar, com acompanhamento dos usuários do SUS, além da mobilização da comunidade. A visita a cada domicílio deve ser realizada ao menos uma vez por mês. Contudo, para os casos em que é necessário um acompanhamento mais rigoroso, como, por exemplo, para alguma pessoa doente, é realizado um retorno, sempre que possível. Foi constatado também que um dos ACS opta por reunir as pessoas uma vez ao mês e realizar todos os procedimentos necessários.

Entre as atividades realizadas pelo ACS, podem ser elencadas o repasse de informações, a distribuição de hipoclorito de sódio, para aplicação na água para consumo, e a pesagem das crianças até dois anos. A medição de pressão deveria também ser realizada. No entanto, o aparelho medidor de pressão não é fornecido pela Secretaria de Saúde. Dessa forma, só realiza o acompanhamento de hipertenso o agente que adquiriu o aparelho com recurso próprio. Essa é apenas uma das dificuldades relatadas, conforme citado por um ACS: *“Praticamente a gente trabalha na marra. A gente não tem material para fazer o nosso trabalho”.*

Segundo um dos agentes: *“Sobre essas questões de saneamento básico, a gente é envolvido diretamente”.* No que tange à distribuição do hipoclorito, por exemplo, percebe-se que a quantidade distribuída é insuficiente em relação ao número de famílias atendidas. Essa temática da distribuição do hipoclorito de sódio envolve também o estado e o Ministério da Saúde, não apenas o município, como relatado na seguinte assertiva da equipe da Secretaria Municipal de Saúde, responsável pelo repasse dos dados para o SIAB:

*“Aos olhos do Ministério da Saúde, são fornecidos [hipoclorito de sódio] para quem usa. Não há um incentivo de quem não usa. Quem faz a*

---

<sup>29</sup> Ver em item 2.6.3 Município de Alenquer

*aquisição, quem repassa para o município hoje é o Estado. Não tem uma regularidade, seria um pedido trimestral. [...]*

*É insuficiente [a quantidade de cloro]. É porque para efeito de Ministério, a gente trabalha com cálculos que vêm lá de cima. E, aos olhos do Ministério, só tem direito a cloro quem é informado no sistema que usa cloro. Aí são os dados oficiais. E é uma novela para se receber isso. Não tem regularidade.”*

Esse, contudo, não é o único dos problemas relacionados ao hipoclorito de sódio. Foi relatado que muitas famílias não utilizam a substância de maneira adequada. Algumas optam por não utilizar o hipoclorito, outras despejam no poço e algumas utilizam para lavar roupas. Além disso, há famílias que fazem o uso do produto em uma quantidade inferior à recomendada. Também foi relatado durante as entrevistas que o uso do hipoclorito causa dor de barriga e náusea (devido ao odor).

As doenças mais comuns na comunidade que foram elencadas pelos agentes foram: diarreia, febre, vômito, verme, hipertensão (“*pressão alta tem bastante!*”), e a ocorrência de alguns casos de acidente vascular cerebral (ou encefálico) entre os moradores. Outras doenças, como leishmaniose (também conhecida localmente como Piramboá) e diabetes também foram relatadas. Quanto à sazonalidade, pode-se afirmar que a maior parte dos casos de doenças de veiculação hídrica ocorrem no início do período chuvoso (chamado de inverno) e no início da estiagem (verão). Tais períodos influenciam na vazão do Rio Curuá e, conseqüentemente, no nível da água dos terrenos. Segundo os entrevistados, Pacoval já foi área endêmica para Malária. Contudo, há mais de dois anos não é registrado nenhum caso. Atualmente, os casos novos são reportados como “*malária importada*”, em que a pessoa já chega infectada à comunidade. No entanto, constatou-se que algumas outras comunidades às margens do Rio Curuá ainda são áreas endêmicas. Vale observar, contudo, que as doenças relacionadas ao mosquito *Aedes aegypti* ainda não foram registradas na comunidade. Em 2015, cerca de 200 casos de dengue foram registrados no município de Alenquer. Desde então, os agentes de saúde têm repassado orientações para que as áreas rurais não se tornem foco da doença.

De acordo com o SIAB, para o entorno da região de Pacoval, “*as doenças diarreicas são comuns, o pessoal não faz o tratamento da água tão adequadamente*”.

Um dos agentes de saúde relatou ter realizado palestras sobre educação sexual, uma vez que o número de gravidez na adolescência estava relativamente elevado na comunidade. Segundo ele, os adolescentes, na comunidade, iniciam a vida sexual entre 11 e 13 anos de idade, e não utilizam proteção. Segundo o ACS, a não proteção pode ser atribuída à suposição de que não haverá conseqüências. De acordo com os professores que atuam na Escola Municipal de Ensino Fundamental Martinho Nunes, o alto índice de partos na adolescência não constitui fator impeditivo para que as mães concluam os estudos.

*“Isso a gente vê que não impede as meninas de terminar. [...] São poucas que param de estudar. Elas têm os filhos, mas continuam estudando.”*

### 2.3.5 Atividades Econômicas e Fontes de Renda

Em Pacoval, as fontes de renda são variadas. Foi possível perceber que as famílias realizam um misto de atividades, e não apenas uma só, para garantir o sustento de suas casas, conforme apresentado nos subitens a seguir.

#### 2.3.5.1 Agricultura

De acordo com a pesquisa realizada, a agricultura se mostrou bastante presente. O carro chefe é o cultivo da mandioca para produção da farinha. Mas, também, são plantados milho, arroz, frutas e hortaliças. Cada família que deseja cultivar recebe uma “tarefa”, o que corresponde a uma área de “250m de frente por 1000m de fundo”. Vale ressaltar que, dentro do quilombo, não pode haver comercialização de terra, conforme condição de titulação de terra coletiva, estabelecida pelo INCRA. Desta forma, a realização de determinada “tarefa” não envolve qualquer ônus, a não ser os custos inerentes ao plantio em si.

Parte da produção é destinada para a subsistência e parte para a venda. Na comunidade, o ônibus que faz a linha Alenquer – Pacoval, além de transportar os moradores, escoar a produção. Segundo um dos entrevistados, a produção não é retirada de uma só vez, mas à medida que se necessita de capital. Desta forma, torna-se possível esse tipo de logística, atrelada ao modo como as pessoas se organizam frente às necessidades. A venda é realizada aos poucos, muito mais regida pela necessidade do que pelo acúmulo de capital por si só.

*“Geralmente não é quantidade grande que vai, o pessoal faz mais pra se manter mesmo. Comprar alimento, essas coisas. Pessoal não vende farinha em estoque grande, por exemplo, para só um caminhão vir pegar. Eles vendem pouco. Cada família vende dez, quinze sacos. Aí não vai só de uma vez farinha. Vai de pouco.”*

O acesso ao roçado é feito a pé, moto ou carro de boi (Figura 51). Não foram relatados quaisquer subsídios para a produção agrícola. Não existe irrigação artificial. Nas palavras de uma moradora:

*“Não tem irrigação. Só de Deus mesmo que manda a chuva pra molhar. É por isso que a gente procura plantar sempre no tempo do inverno, quando começa a chover, porque a gente sabe que não vai morrer”.*

Figura 51 – Acesso ao roçado



Fonte: Acervo do PNSR (2016)

### 2.3.5.2 Extrativismo

Foram mencionados três produtos representativos na comunidade: castanha, açaí e cumaru. Durante o ano inteiro há alguma produção:

*“A época da castanha começa agora de final de dezembro, janeiro, fevereiro, vai até abril. Quando para esse período, geralmente começa outra coisa, no caso açaí, já começa de maio para frente. É assim que vai, os períodos vão praticamente seguindo em ordens. [...] Mês de maio começa açaí, aí junho, julho, a tiração de açaí, que é muitos açaizais. Aí de lá começa o cumaru pra banda de agosto, setembro e assim vai. [...] Aí quando não dá esses produtos, aí o pessoal vive mais da farinha mesmo, da mandioca”.*

Assim como na agricultura, é possível perceber a inexistência de propriedade privada relacionada ao extrativismo.

*“Não tem, por exemplo, se aqui é meu lote eu vou proibir alguém de tirar lá não. [...] Se aquele que chegar primeiro, que sair mais cedo, é assim que funciona. [...] Não tem esse problema”.*

Os produtos também são escoados pelo ônibus que realiza o transporte dos moradores da comunidade, ou então vendidos para atravessadores que se dirigem a Pacoval. Não foi relatado descontentamento ou aversão à figura do atravessador.

### 2.3.5.3 Pesca

Por estar às margens do Rio Curuá, a pesca também constitui uma fonte de renda da comunidade. O único ponto negativo - levantado durante as entrevistas - é a realização de arrastões, por meio do qual uma grande quantidade de peixes é capturada com uma rede, mesmo em período de desova. Como a prática de arrastões é ilegal, a solução indicada pela associação é a conversa com os praticantes de tal

atividade e denúncias à Secretaria do Meio Ambiente e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), pelos próprios moradores ou membros da associação.

#### 2.3.5.4 Carvão

Há cerca de cinco famílias, dentre as 280 que ali residem, que trabalham na produção do carvão. A área destinada à atividade corresponde a uma área reservada para reflorestamento do projeto da Serraria. Não foi percebida a utilização de qualquer equipamento de segurança pelos trabalhadores, como máscara para fumaça e óculos. Entretanto, segundo o ACS, não houve registro de problemas respiratórios nessas famílias até o momento.

#### 2.3.5.5 Pecuária e Outras Criações

A pecuária está presente no quilombo, mas de maneira pouco expressiva, provavelmente pelo tamanho de terra de que cada família dispõe. Segundo um dos entrevistados, a justificativa para tal atividade é apresentada da seguinte forma:

*“Cada pessoa cria um pouco de gado mesmo por causa da área né, que a gente sempre tentou limitar [...] que é pequena. Dez, vinte reses<sup>30</sup>, só pra se manter. [...] Várias famílias tem. Se a gente for analisar hoje, se tu for abrir uma conta no banco, a poupança hoje o juro é muito pouco. É mínimo o juro. E o gado, no caso, tu comprar uma rês hoje de 100kg, no outro ano tu vai vender, ela já dobrou o peso dela, então o valor vai dobrar. Então é melhor tu comprar gado que colocar dinheiro no banco. O pessoal tem essa visão.”*

No pasto, a dessedentação do gado é realizada em açude ou poço. Há também a criação de galinhas e porcos na comunidade, mas em pequeno número e feita no quintal da própria casa.

É importante mencionar que a compra de carne de gado, pelos moradores, é feita no único açougue da comunidade. Estes estabelecimentos, segundo alguns moradores, utilizam um matadouro “irregular”, com muitos urubus - atraídos pelo cheiro - nos arredores. Além disso, foi relatado que os restos do processo de limpeza das partes do gado são descartados no igarapé Mapirí, na comunidade, poluindo-o. A equipe presenciou um grupo de crianças realizando a limpeza de vísceras no local (Figura 52).

---

<sup>30</sup> Rês: s.f. Animal quadrúpede, com quatro patas, cuja carne é usada para alimentação humana; designação dos animais quadrúpedes abatidos.

Figura 52 – Crianças lavando tripas de gado no igarapé



Fonte: Acervo do PNSR (2016)

#### 2.3.5.6 Bolsa Família

Grande parte das famílias entrevistadas participa do Bolsa Família. O valor proveniente do benefício é pequeno, mas, segundo os entrevistados, complementa a renda. Segundo os entrevistados, a decisão de como utilizar o dinheiro é uma decisão conjunta, de todos os membros da família. Uma das moradoras entrevistadas relatou que o dinheiro é utilizado para comprar materiais escolares e alimentar as crianças.

#### 2.3.5.7 Funcionalismo Público

Alguns funcionários públicos, como os agentes comunitários de saúde e as pessoas que trabalham no setor administrativo ou como docentes na escola, são moradores da comunidade.

#### 2.3.5.8 Outras Atividades

Também foram identificados aposentados e alguns profissionais autônomos na comunidade. As atividades exercidas geralmente envolvem pequenos estabelecimentos comerciais, açougues, padarias, marcenarias, etc. No entanto, são poucas as famílias que praticam essas atividades. As “diárias” - realização de atividades em fazendas próximas ou serviço no roçado de outras famílias na comunidade -, cujo pagamento é por dia, também foram relatadas como uma fonte de renda, principalmente quando as demais não são suficientes para atender à demanda do domicílio.

Percebemos que em Pacoval as mulheres representam um papel importante, pois são figuras ativas nas tarefas no lar e na tomada de decisões na comunidade. A participação em atividades voltadas para a geração de renda varia de domicílio para domicílio, mas, de uma maneira geral, seu papel é tão expressivo quanto o do homem. Segundo uma das moradoras entrevistadas:

*“A mulher enfrenta tudo. Homem enfrenta, mas a mulher está do lado dele. Nunca ele está sozinho. Nenhum está na frente do outro”.*

Algumas mulheres ocupam posições de liderança na comunidade e afirmam inexistir diferença de aceitação entre as decisões masculinas ou femininas tomadas. Segundo elas: *“Os homens aqui já estão acostumados que as mulheres tomem mais atitudes do que eles”*. A entrevistada ainda relatou existir uma Associação das Mulheres em Pacoval, que luta por melhorias de saúde. Quando o cenário é o lar, a atuação feminina é predominante. Durante o período em que a equipe do PNSR permaneceu na comunidade, foi possível observar que são as mulheres quem carregam água ou roupa para lavar (e também as crianças). Em uma das entrevistas, houve divergência quanto à divisão de tarefas no lar. A prevalência da mulher nessas atividades pode ser atribuída à cultura e, de forma indireta, ao preconceito. Há quem diga:

*“Eu não faço porque isso é coisa para mulher”.*

*“Se eles verem homem fazendo coisa de mulher, chama logo de mulherzinha. Geralmente acontece muito isso aqui. Mas a gente leva na esportiva”.*

### 2.3.6 Processos organizativos

No decorrer desta pesquisa, foram realizadas observações e entrevistas para identificar organizações e demais entidades que operam e exercem algum tipo de influência na comunidade Quilombo Pacoval. Neste relatório, apresentaremos estas organizações e descreveremos como elas atuaram ou atuam na comunidade. Cabe ressaltar, no entanto, que muitas entidades auxiliam de algum modo a comunidade, seja por meio de pesquisas acadêmicas ou assessorias, e que seria necessário um trabalho maior de aprofundamento para cercar todas essas entidades.

#### 2.3.6.1 Órgãos e/ou Entidades Federais

No âmbito federal, as organizações que operam na comunidade são a Fundação Cultural Palmares (FCP) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A Fundação Cultural Palmares foi o primeiro órgão criado para promover assistência às comunidades remanescentes de quilombo, além de estimular a “preservação, a proteção e a disseminação da cultura negra” (BRASIL, 2016). A entidade tem, como função, formalizar a existência das comunidades quilombolas, providenciar auxílio jurídico e “desenvolver projetos, programas e políticas públicas de acesso à cidadania” (FCP, 2011).

Foi mencionado pelo presidente da associação que a Fundação Palmares disponibilizou três opções para serem trabalhadas pelos moradores na comunidade, sendo elas: máquinas de costura, a casa de farinha mecanizada e a piscicultura. A Associação Comunitária de Negros do Quilombo Pacoval de Alenquer (ACONQUIPAL) optou, em primeiro lugar, pela casa de farinha mecanizada; a segunda opção foi a piscicultura e, por último, as máquinas de costura. No entanto, o projeto da casa de farinha mecanizada beneficiou apenas 22 quilombos. A comunidade foi contemplada com a sua terceira opção, recebendo 12 máquinas industriais de costura. Segundo os entrevistados, a Fundação Palmares distribuiu as máquinas, mas não providenciou qualquer curso de capacitação ou ação de organização. O resultado foi a não apropriação do projeto pela comunidade e o conseqüente abandono e sucateamento das máquinas. Apenas uma moradora relatou que utiliza uma máquina para o conserto

de roupas. É importante destacar que a associação recebeu as máquinas em uma época em que a comunidade não dispunha de energia elétrica.

*“Não funcionou porque quando foram entregar falaram que dariam o apoio para começar, o recurso para comprar tecido, fazer o curso para ensinar as mulheres, mas aí ficou só na conversa. Deixaram as máquinas aqui. Ele [responsável da Palmares] voltou para Brasília e nunca mais tivemos notícia”.*

Segundo informações coletadas, até meados de 2003 a competência para titulação territorial das terras quilombolas era da Fundação Cultural Palmares. Por meio do Decreto nº 4.887 de 2003, essa competência passou a ser integralmente do INCRA. O título coletivo de terra do Quilombo Pacoval foi concedido por este instituto em 20 de novembro de 1996.

Após concessão territorial e demarcação, em 1996, o INCRA beneficiou a comunidade com o crédito habitacional, a construção de um poço artesiano e implantação de um microsistema de abastecimento (ainda que, segundo os moradores, fracassada).

O projeto de construção das casas, por meio do crédito habitacional do INCRA, foi alterado pela comunidade. *“A casa de madeira e alvenaria foi uma opção nossa. Nós reunimos e achamos que a casa só de alvenaria perderia a característica quilombola”.* Tal mudança gerou problema no INCRA, uma vez que o projeto preconizava a construção de casas de alvenaria. Devido à inexperiência dos quilombolas, a decisão foi tomada na comunidade sem ser levada a debate junto ao Instituto. O construtor aceitou a mudança e *“isso deu um problema para ele que até hoje não pode pegar nenhuma construção”.* O caso demonstra a especificidade dos quilombos em realizar ações de continuidade dos seus aspectos culturais, ainda que tenham de seguir a ótica das organizações que atuam em Pacoval.

A construção do poço artesiano é um exemplo de como a falta de diálogo e discussão de projetos em conjunto com a comunidade está fadada ao fracasso. O projeto do INCRA estabelecia a construção de um poço profundo de 108 metros. Contudo, na narrativa dos moradores, não foi realizado um estudo geotécnico e da qualidade da água para a profundidade estabelecida. Sequer foi dada voz ao conhecimento das pessoas da comunidade.

*“Até 50m de profundidade deu água boa, mas como estava determinado no projeto 108m, eles tiveram de cavar 108m”.*

Atualmente, o instituto opera apenas no melhoramento dos ramais de acesso ao Quilombo.

#### 2.3.6.2 Órgãos e/ou Entidades Estaduais

As entidades estaduais sem fins lucrativos que oferecem assistência e apoio para a comunidade são a Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (FOQS) e o Centro de Estudo e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA), com sede em Santarém e Belém, respectivamente. Devido à facilidade de contato e à proximidade com o Quilombo, a FOQS é a entidade que possui maior contato com a comunidade.

Segundo informações coletadas, os moradores tiveram acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), por meio da Comissão Executiva do Plano Lavoura Cacaueira (CEPLAC). Vinte e três moradores aceitaram participar do projeto, com o plantio da graviola.

Porém, não houve prestação de assistência técnica por parte do PRONAF e o projeto não obteve sucesso. O atual coordenador da ACONQUIPAL relatou que pretende reaproximar a comunidade da Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), no intuito de conseguir capacitação para os produtores de Pacoval.

### 2.3.6.3 Município de Alenquer

A Prefeitura Municipal de Alenquer enfrenta, no momento, um período de instabilidade política, por questões de impugnação do prefeito e disputas pelo cargo entre ele e seu vice. Este é um processo que se arrasta nos últimos quatro anos da atual gestão. Este contexto político gera inúmeras consequências para a continuidade das atividades municipais, uma vez que a cada liberação ou impugnação do cargo pelo Ministério Público, o sucessor troca todo o corpo do secretariado. Assim sendo, estão paralisadas as atuações no âmbito da saúde, educação ou qualquer projeto que necessite planejamento e continuidade das ações. Conforme evidenciado na fala de um dos técnicos da Secretaria de Saúde: *“o pessoal realmente ficou muito desassistido. Essa instabilidade política, troca de gestão, corrupção, tudo isso atrapalha muito a vida desse povo”*.

### 2.3.6.4 Associação Comunitária de Negros do Quilombo Pacoval de Alenquer

Em 1996, ACONQUIPAL - Associação Comunitária de Negros do Quilombo Pacoval de Alenquer - foi criada para obtenção de um caminhão junto à prefeitura. Desde então, tem realizado projetos no âmbito cultural, em parceria com a Escola Municipal Martinho Nunes. De acordo com um interlocutor, quando há algum problema na comunidade, geralmente a coordenação da associação é procurada *“para convocar uma reunião e vê se resolve o problema por aqui. Se não resolve por aqui, [...] a coordenação que vai procurar as autoridades, juiz, delegado, quem quer que seja...”*. Percebe-se, assim, uma tentativa de resolução interna, para então buscarem outras organizações, a fim de solucionarem os problemas.

As dificuldades de atuação destacadas pela coordenação da Associação foram as críticas ao trabalho desenvolvido, por parte da população, a desconfiança de aproveitamento do cargo, além da falta de apoio do município e de entidades, como FCP, EMATER, INCRA, IBAMA, entre outras. Cita como exemplo, as dificuldades de se obter uma resposta do IBAMA sobre os casos de “arrastão” no rio Curuá.

Alguns moradores citam, por sua vez, a falta de organização da associação para “correr” atrás de projetos de melhorias para a comunidade, além de serem ventiladas questões de corrupção e desvio de dinheiro. O Projeto de Manejo Florestal Sustentável, desenvolvido por meio do acordo entre a ACONQUIPAL e a Serraria Krombauer S/A, foi citado como um caso de má gestão. No decorrer dos seis anos de duração do projeto, segundo alguns moradores, houve beneficiamentos para a comunidade, como o melhoramento do ramal, geração de empregos, construção do barracão e do centro de informática, dentre outras benfeitorias. Contudo, os moradores se dizem enganados pela empresa, uma vez que a área de preservação do quilombo foi desmatada sem realizar o reflorestamento, conforme relatou um dos interlocutores: *“o madeireiro tem vários argumentos para convencer as pessoas”*, destacando que no início *“era uma coisa bem bonita. Falaram que iriam construir a horta comunitária; açude para criação de peixe e o reflorestamento [...]”. Só fez tirar, não reflorestou”*.

Atualmente, restaram apenas as construções abandonadas da serraria e da cantina, que outrora alimentou, aproximadamente, 150 funcionários. O refugio (ripas de madeira que sobraram da serraria) foi utilizado pela comunidade para a construção de cercas e delimitação de seus terrenos. Algo novo, uma vez que os espaços eram coletivos perpassando os quintais vizinhos.

Outra dificuldade relatada pelo Coordenador da associação é “o jogo de empurra” de atribuições, que ocorre entre o INCRA e a Fundação Cultural Palmares, pois cada instituição delega à outra a responsabilidade das ações no quilombo.

*“Hoje a gente vai no INCRA e eles dizem que área titulada é responsabilidade da Palmares. Só que fica ruim pra gente manter contato com Brasília [sede da Palmares] porque é longe pra gente. O INCRA tem ali em Santarém”.*

## 2.3.7 Saneamento

### 2.3.7.1 Abastecimento de água

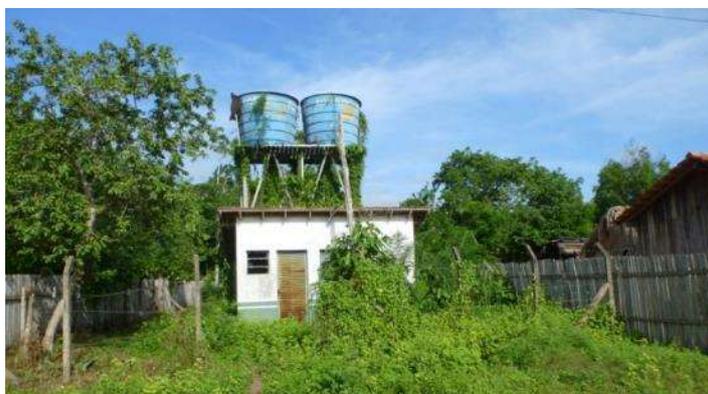
As soluções atualmente adotadas para o abastecimento de água em Pacoval são individuais, sendo a maior parte realizada por meio de poços situados nos terrenos das casas. Entretanto, nem sempre foi assim. No início da formação da comunidade, as pessoas buscavam a água no Rio Curuá, retirando a água diretamente do rio ou de cacimbas. Posteriormente, à época da titulação (década de 1990), foi implantado um sistema de abastecimento de água coletivo, pelo INCRA. A solução consistia em um poço de 108m de profundidade, do qual a água era bombeada para dois reservatórios.

No entanto, esse projeto não logrou, pois a água do poço era salobra. Segundo os moradores, nenhum estudo geotécnico foi realizado previamente à perfuração do poço e, ainda, não houve qualquer discussão com a comunidade sobre a implementação do sistema.

*Vieram depois, para tentar melhorar a qualidade da água. Que eles iriam trazer um sistema para” tratar a água, “até hoje num tivemos resultado, só levaram as amostras e num voltaram”.*

Na Figura 53, a seguir, é possível ver os reservatórios e a estrutura do antigo sistema.

Figura 53 – Reservatórios do antigo sistema de abastecimento de água



Fonte: Acervo do PNSR (2016)

Diante do fato da água do sistema não ser de boa qualidade, “*todos começaram a furar poço e conseguiram ter água boa*”. Desta forma, atualmente as fontes de água utilizadas são “*bocão*”, poço artesiano, rio e igarapé, sendo cada uma delas descritas a seguir:

Bocão<sup>31</sup>: Poço de terra (apenas escavado) ou calçado (revestido de tijolo), cuja profundidade varia entre 9 e 18m, de acordo com o nível d’água no terreno (Figura 54 e Figura 55). A construção desses poços é realizada por pedreiros locais. A captação da água é realizada através de bomba ou baldes. A água é utilizada para todos usos.

Figura 54 – Poço do tipo bocão



Fonte: Acervo do PNSR (2016).

<sup>31</sup> Bocão é uma terminologia adotada na comunidade. No entanto, a terminologia técnica convencionada no II Seminário - Elaboração de estudos para subsidiar o Programa Nacional de Saneamento Rural: Trabalhos de Campo e Matrizes Tecnológicas é Poço Raso Escavado. Onde se lê neste relatório Bocão, deve-se interpretar Poço Raso Escavado. Optou-se por manter a terminologia da comunidade no texto.

Figura 55 – Vista de poço tipo bocão



Fonte: Acervo do PNSR (2016).

Poço artesiano<sup>32</sup>: Poço revestido por cano, perfurado por máquina apropriada e realizado por uma pessoa especializada nesse tipo de obra. A profundidade varia entre 14 e 21m, de acordo com o nível d'água. A captação da água é feita por bomba (Figura 56) ou por uma tubulação, fornecida pelos construtores do poço (Figura 57). A água serve para todos os usos.

---

<sup>32</sup> Poço artesiano é uma terminologia adotada na comunidade. No entanto, a terminologia técnica convencionada no II Seminário - Elaboração de estudos para subsidiar o Programa Nacional de Saneamento Rural: Trabalhos de Campo e Matrizes Tecnológicas é Poço Tubular Profundo. Onde se lê neste relatório Poço Artesiano, deve-se interpretar Poço Tubular Profundo. Optou-se por manter a terminologia da comunidade no texto.

Figura 56 – Poço artesiano com bomba



Fonte: Acervo do PNSR (2016)

Figura 57– Tubulação que capta água do poço



Fonte: Acervo do PNSR (2016)

Rio Curuá: utilizado no início da ocupação do território. Atualmente, algumas famílias atingidas pela estiagem que afetou os poços da região utilizam a água deste manancial superficial, para as

seguintes atividades: lavar roupa, lavar vasilhas, realizar limpeza da casa e tomar banho, sendo a água captada com baldes e panelas. Muitas pessoas tomam banho no rio (Figura 58). Foi observado também que havia bombas, as quais captavam água do Rio Curuá, com a finalidade de atender as instalações da associação, onde eram realizados eventos e ocorriam aulas da creche e ensino primário.

Figura 58 – Rio Curuá



Fonte: Acervo do PNSR (2016)

Igarapé Mapirí: a água do igarapé é utilizada pelos domicílios próximos à sua margem. Entretanto, atualmente, segundo os moradores, este se encontra “ *muito baixo* ” (Figura 59).

Figura 59 – Igarapé Mapirí



Fonte: Acervo do PNSR (2016)

Alguns moradores que não possuem um poço no peridomicílio costumam buscar água na casa dos vizinhos. E, atualmente, devido ao forte período de seca “*neste verão, vários poços secaram* ”. Isso começou a ocorrer em setembro de 2015. “*É a primeira vez que os poços secam desde que foram cavados* ”. Muitas pessoas estão buscando água na casa dos vizinhos onde o “*poço não secou* ”.

O armazenamento intradomiciliar da água é realizado em caixas d'água, baldes, panelas, bacias e vasilhas. Os tratamentos de água identificados na comunidade foram: aplicação de cloro, filtro de torneira e coação (Figura 60). O cloro pode ser aplicado no poço, na caixa d'água, no balde ou no litro (garrafa PET), variando de acordo com o domicílio.

Figura 60 – Tipo de tratamento praticado: coar a água



Fonte: Acervo do PNSR (2016)

A partir das entrevistas foi possível observar que a dosagem de cloro aplicada também varia muito, sendo na maioria dos casos em concentração inferior à recomendada. A justificativa dos moradores para a subdosagem de cloro foi que causa dor de barriga, enjoo/vômito e tem cheiro forte. Foi relatado pelo ACs que muitos moradores utilizam o cloro para lavar roupas e que a distribuição realizada pela Secretaria de Saúde do Municípios é insuficiente para atender todos os domicílios.

Quando questionados sobre a satisfação em relação à atual solução de abastecimento de água adotada, aqueles que possuem poço (bocão ou artesiano) responderam positivamente e afirmaram estar em situação privilegiada frente às pessoas de São Paulo, por exemplo, que ficaram sem água, no ano de 2015<sup>33</sup>. Já aqueles que não possuem um poço no peridomicílio e têm que buscar água no vizinho afirmaram que gostariam de ter um poço em seu terreno, “para não precisar ficar buscando água no vizinho”. Já aqueles que não possuem um poço no peridomicílio e têm que buscar água no vizinho afirmaram que gostariam de ter um poço em seu terreno, “para não precisar ficar buscando água no vizinho”. E já aqueles que foram afetados pela estiagem não estão satisfeitos. Os poços começaram a secar em setembro de 2015, após um forte período de estiagem. Boa parte da população do Quilombo

<sup>33</sup> Em 2015 a região metropolitana de São Paulo, enfrentou uma crise de gestão hídrica que foi considerada a maior seca do estado nos últimos 50 anos, sendo necessário recorrer ao volume morto do sistema Cantareira para abastecimento da população.

Pacoval foi atingida. Quem teve condições “cavou mais o poço” e obteve água. Quem não teve condições financeiras para construir um novo poço passou a buscar água no poço do vizinho ou no Rio Curuá utilizando baldes ou panelas - cena essa que se tornou recorrente no cotidiano da comunidade (Figura 61).

Os moradores buscam água a pé, a uma distância variável, geralmente pequena, já que não gastam mais de 20min no trajeto. Constatou-se que todos os moradores dos domicílios buscam a água, predominantemente crianças e mulheres.

Figura 61 – Pessoas buscando água



Fonte: Acervo do PNSR (2016)

Conforme relatado na reunião, “agora todo mundo vai para o rio porque o poço secou” e “a gente vê as mulheres como era de sempre [lavando roupas]” (Figura 62). Essa foi a primeira vez que a comunidade passou por um problema de escassez de água. E, por enquanto, não foi tomada nenhuma providência ou houve qualquer tipo de organização/movimentação na busca por alternativas, tanto por parte dos moradores, associação ou prefeitura de Alenquer.

Figura 62 – Mulher e seus filhos a caminho do rio para lavar roupa



Fonte: Acervo do PNSR (2016)

Dentre os gastos com a solução de abastecimento utilizada no domicílio, foram citados, pelos entrevistados, os custos com a construção do poço, energia da bomba (*“mais no período de estiagem, pois tem que ligar várias vezes”*) e a limpeza. Foi relatado, pelos moradores, que, durante a construção ou realização da limpeza de alguns poços, foi detectada a presença de gases, tendo como consequências: náusea, tontura, desmaio ou até mesmo risco de incêndio.

Quando questionados sobre a disponibilidade de pagar pela água, a resposta da maioria dos participantes foi positiva. Os moradores acreditam que a responsabilidade em relação ao poço individual é de cada morador que dele faz uso. Entretanto, no caso de um sistema coletivo (com água encanada), seria a prefeitura a responsável pela operação e, a comunidade, por sua fiscalização. No caso da comunidade assumir a responsabilidade pela operação do sistema e, a prefeitura, por sua manutenção, os entrevistados responderam positivamente, pois no sistema *“que deu errado”*, havia um voluntário responsável por operar o sistema.

Foi relatado pelos participantes a preocupação com a água dos domicílios e da escola que estão situados próximos ao cemitério. Foram apontadas também a poluição difusa do rio - pelo lixo que é jogado às suas margens e nas ruas - e a presença de matadouros irregulares próximos ao igarapé. A gestão da solução individual no domicílio, como, por exemplo, ligar e desligar a bomba, é geralmente compartilhada entre todos os moradores (homens e mulheres). Entretanto, a responsabilidade pela manutenção do poço - com a retirada da lama do fundo, normalmente, uma vez por ano - cabe ao homem.

### 2.3.7.2 Esgotamento sanitário

Quando questionados, na entrevista, em grupo sobre onde eles costumavam fazer xixi e cocô, a primeira resposta foi: *“Depende do momento”*. Quando estão longe de casa, os participantes relataram que utilizam o mato (no roçado, por exemplo) ou o rio (quando estão pescando). Mas, atualmente, a maioria dos domicílios (se não todos) possui *“privada”* no terreno, ou banheiro anexo à casa. Existem ainda casos de uso coletivo da privada, onde mais de um domicílio compartilha a fossa com o vizinho ou parente, geralmente por não ter área suficiente. *“Quando as casas não tinham cerca, essa prática era mais comum, de utilizar o do vizinho”*. Antes da construção das casinhas a solução adotada era *“no mato mesmo”*. Hoje algumas casas têm o banheiro. Segundo um entrevistado que trabalhou no Censo IBGE de 2010:

*“Em relação a esgoto e sanitários, até 2010 eram bem poucas as residências que possuíam essa estrutura de vaso, fossa rudimentar, coisas desse tipo. Eu contei no dedo quatro lugares que seriam, que tinha na época, com pelo menos vaso sanitário. Desse tempo para cá já aumentou bastante.”*

A *“privada”* é a solução predominante na comunidade de Pacoval, constituída por uma casinha de madeira, que pode ser ou não coberta. O local para defecar pode ser um buraco ou um acento (ao qual a equipe não teve acesso) (Figura 63). Sob a casinha existe a fossa seca, um buraco de cerca de 2 a 4m

de profundidade, em que não há qualquer tipo de revestimento. Em alguns casos, é colocada uma caixa (estrutura de madeira) para escorar o solo.

Geralmente, está localizada no fundo do quintal, distante do poço, não necessariamente a jusante do ponto de captação de água (Figura 64). Os relatos dos entrevistados apontam que as fossas na comunidade nunca encheram, sendo tampadas apenas quando apresentam mau cheiro.

Para o banheiro com fossa rudimentar, foram identificados dois casos: presença apenas do vaso sanitário ou banheiro completo com chuveiro, pia e vaso sanitário (Figura 65). A fossa rudimentar consiste em um “buraco cavado” e revestido em alvenaria nas laterais, e geralmente está localizada no fundo do quintal, próximo à casa (Figura 66). Apenas a água do vaso sanitário é direcionada para a fossa, sendo as águas do chuveiro e da pia escoadas para o terreno, em todos os casos.

Figura 63 – Casinha



Fonte: Acervo do PNSR (2016)

Figura 64 – Casinha no fundo do quintal e sua distância do poço até o local onde é captada a água



Fonte: Acervo do PNSR (2016)

Figura 65 – Banheiro com vaso sanitário, pia e chuveiro



Fonte: Acervo do PNSR (2016)

Figura 66 – Localização da fossa rudimentar, em relação à casa



Fonte: Acervo do PNSR (2016)

O pinico (ou bacia) é utilizado principalmente pelas mulheres e crianças, em casos de diarreia ou perante a necessidade de utilizar o banheiro à noite. Alguns moradores relataram que não vão à casinha à noite, por medo de sair no escuro e com receio de ter AVC (por abrir a porta e estar frio lá fora)<sup>34</sup>.

Os locais utilizados para tomar banho são o banheiro – quando completo, e também em local fechado – comumente embaixo da caixa d’água(Figura 67) - ou no rio.

---

<sup>34</sup> Durante a estadia da equipe na comunidade, foram relatados alguns casos de AVC que haviam ocorrido. Os moradores associam o ocorrido ao momento em que a pessoa se encontrava: abrindo a porta de geladeira à noite, abrindo a porta da casa à noite para ir ao banheiro etc. Desta forma, têm receio de realizar essas atividades no período da noite.

Figura 67 – Local de tomar banho, embaixo da caixa d'água



Fonte: Acervo do PNSR (2016)

As vasilhas geralmente são lavadas na pia – na cozinha ou em girau – próximo à cozinha (Figura 68). Já, as roupas, são usualmente lavadas em girau no terreno, em máquina de lavar roupas ou no rio. Em todos os casos, as águas servidas são conduzida diretamente para o terreno (Figura 69) e, em alguns casos, elas escorrem pela calçada (Figura 70).

Figura 68 – Girau onde as vasilhas são lavadas



Fonte: Acervo do PNSR (2016).

Figura 69 – Disposição de águas servidas diretamente no solo



Fonte: Acervo do PNSR (2016).

Figura 70 – Águas servidas escorrendo pela calçada



Fonte: Acervo do PNSR (2016).

Foi relatado por alguns moradores que as “*privadas*” atraem moscas carapanã e possuem mau cheiro. Para amenizar este efeito, alguns utilizam cinzas e desinfetante. Outros, quando o cheiro fica muito

forte, enterram a fossa e cavam (constroem) outra. Quando questionados se estavam satisfeitos com a solução sanitária adotada, responderam que gostariam de ter um banheiro dentro de casa.

*“A gente usa, mas satisfeito a gente não fica”.*

E quando questionados por que a maioria dos moradores de Pacoval não possui um banheiro dentro de casa, alegaram *“questões financeiras”* ou por ser *“costume”*. Um interlocutor afirmou que há também a questão de prioridades:

*“(..) é uma questão de prioridade, às vezes a pessoa prioriza certa coisa, e acho que muita gente não acha tão importante, pode sair caro um banheiro se você for comprar tudo agora, mas se for comprando aos poucos... Pessoas idosas já tem essa preocupação”.*

Houve divergências durante a reunião sobre quais soluções de esgotamento sanitário seriam adequadas para a comunidade. Alguns participantes opinaram que deveria haver uma verba específica destinada para isso, sem definir um provedor ou entidade específica; outros disseram que deveria ser disponibilizado o material, pois no caso da verba, esta poderia ser utilizada para outra finalidade. Houve também uma terceira opinião:

*“Eu penso diferente, se houvesse um projeto para fazer banheiro, com certeza todo mundo ia fazer banheiro, porque com certeza ia ter uma prestação de contas”. “Poderia dar certo ou não”.*

Algumas questões levantadas pelos participantes buscaram enfatizar: *“será que eles vão trazer uma coisa boa para gente?”*, *“se a gente tivesse condições já teria algo melhor”*. Por fim, apontaram uma solução semelhante à adotada para a construção das casas, referente ao crédito habitacional do INCRA. O recurso para construir os banheiros seria, portanto, repassado à Associação, e a comunidade escolheria as características do banheiro ou do sistema de esgotamento sanitário. A Associação contrataria uma empresa para sua execução e os recursos seriam depositados diretamente para a construtora. Desta forma, todo o capital já teria uma destinação.

É possível observar que os moradores apontam ser responsabilidade individual *“lidar com o esgoto”*, uma vez que não referenciaram como solução a coleta de esgoto por rede geral – já que nunca tiveram acesso a ela - apesar das casas da vila serem bem próximas. A narrativa de contaminação da água pelas fossas esteve presente na fala de alguns entrevistados, mas de outros não. O nível d’água na região é consideravelmente alto, principalmente no *“inverno”* (período chuvoso), chegando a três metros da superfície do terreno. Dentre as doenças relacionadas à contaminação do solo por esgotos foram citadas: diarreia, vômito, hepatite, verminose, micróbio e micoses.

Constatou-se que a construção das fossas é realizada pelos homens, ao passo que os cuidados com a casinha e ou a limpeza do banheiro geralmente é de responsabilidade da mulher.

### 2.3.7.3 Resíduos sólidos

Os moradores do Quilombo Pacoval definiram lixo como papel, plástico, latinha e vidro. Pilhas não são identificadas como resíduos perigosos e têm a mesma destinação do lixo comum. A fralda foi citada como um resíduo “*nojento que não queima*” e, o chorume do lixo, como algo perigoso, que pode contaminar o solo. Os recipientes de defensivos agrícolas têm destino incerto: alguns deixam pelo roçado, outros informaram que a loja pede para devolver. Entretanto, os moradores mostraram saber que se trata de um produto nocivo à saúde e afirmaram não reutilizar os seus recipientes, exceto para armazenar produtos que não serão deglutidos: “*apenas para armazenar combustível e óleo queimado*”. Dentro de casa, os moradores armazenam o lixo comum em sacolas e cestos.

As principais destinações dos resíduos identificadas foram: queimar no fundo do terreno (Figura 71), jogar no mato, no quintal (Figura 72) ou na margem do rio (Figura 73). Na comunidade há um “mini-lixão”, que consiste uma vala resultante da escavação para a construção do posto de saúde, em 2015. As pessoas passaram a jogar o lixo nesse local, sendo possível perceber que parte do lixo é queimado ali mesmo (Figura 74).

Figura 71 – Lixo queimado no fundo do quintal



Fonte: Acervo do PNSR (2016).

Figura 72 – Presença de lixo espalhado pelo quintal



Fonte: Acervo do PNSR (2016).

Figura 73 – Lixo lançado em erosões na margem do Rio Curuá



Fonte: Acervo do PNSR (2016).

Figura 74 – Local em que a comunidade vem lançando parte do seu lixo



Fonte: Acervo do PNSR (2016).

O lixo orgânico, como restos de comida e cascas de frutas, serve de alimento para animais. Uma moradora relatou que utiliza as cascas das frutas como adubo, nos canteiros. Há quem descarte o lixo orgânico junto com os demais resíduos sólidos. Quanto ao vidro, foi observado que alguns moradores armazenam, outros jogam na fossa ou, ainda, descartam a céu aberto, no quintal (Figura 75). As garrafas PET são reutilizadas, para armazenar água em casa ou na geladeira. As latas ora são descartadas junto com os outros resíduos para queimar ou são vendidas.

Figura 75 – Vidros virados de boca para baixo em um quintal



Fonte: Acervo do PNSR (2016).

Foi realizada uma tentativa de conscientização em relação ao lançamento de lixo especialmente na parte erodida situada às margens do rio por um dos agentes de saúde. “Quando chove, vai tudo para o rio”. Foram colocadas placas de conscientização, pelo próprio ACS, ao longo das margens, porém a maioria já caiu e não são respeitadas (Figura 76). Outra ação partiu de uma parceria da escola e da associação. Foram construídos caixotes de madeira pelos alunos (Figura 77), distribuídos pela vila, a fim de que as pessoas depositassem o lixo nestes cestos. O conteúdo do cesto é coletado, voluntariamente, por um morador, transportado em uma carroça e disposto no “mini-lixão”. Porém, não tem funcionado como pretendido, já que as pessoas continuam descartando o lixo nas margens do rio.

*“A questão do lixo é um problema aqui!”*. Foi notada a presença de lixo em vários locais da comunidade, como lotes, quintais, nas ruas e às margens do rio. Uma moradora ribeirinha reclamou: *“dá mosquito, mau cheiro não dá não. Mas quando chove aparece cobra e peixe elétrico”*. A mesma moradora joga seu lixo nas margens do rio e, quando questionada se não pensava em outra alternativa, respondeu: *“para deixar lá na vala é longe”*. Foi identificado que a atuação em relação ao manejo dos resíduos sólidos na comunidade é predominante feminina.

Figura 76 – Placa colocada na margem do rio, como tentativa de conscientização da população



Fonte: Acervo do PNSR (2016).

Figura 77 – Caixotes de madeira para coleta de lixo



Fonte: Acervo do PNSR (2016).

Quando questionados sobre a satisfação com a solução adotada para a destinação do lixo na localidade, os moradores responderam que não.

*“(...) porque a gente até solicitou para a prefeitura abrir um local para jogar esse lixo, não muito perto da comunidade, que não escorresse para dentro do rio. A gente já solicitou isso, mas a prefeitura...”, “mas a gente também tem dificuldade para transportar”.*

Como alternativa, falaram sobre a continuidade do projeto das caixas para coleta, só que com um local adequado para lançar o lixo. Sobre a responsabilidade de lidar com os resíduos sólidos, os participantes afirmaram que:

*“É de todos. A comunidade entra com a consciência de coletar e colocar em frente das casas e, a prefeitura, com a mão de obra de trazer transporte para coletar”*

É importante ressaltar, no entanto, que Alenquer não possui aterro sanitário.

#### 2.3.7.4 Drenagem pluvial

Os principais cursos d'água que passam por Pacoval são o Rio Curuá e o Igarapé Mapirí. Quando questionados sobre o que ocorre quando há um grande volume de chuvas na região, os moradores responderam *"Passou a chuva, seca logo"*, o que pode ser consequência do solo ser arenoso e as vias das ruas principais serem de piçarra<sup>35</sup> (Figura 78).

*"Já houve grande enchente, mas não é comum" e "ninguém perdeu nada"*

Os problemas relatados pelos moradores foram: *"erosão, na frente da comunidade está cheia"*, *"o pessoal está fazendo casa, tirando as árvores, aí desce um aguaceiro"*, *"pelas ruas não serem pavimentadas, num terem canaletas, tendem a levar lixo"*, *"num é bem um problema mas as crianças gostam de ficar na chuva, e podem pegar doenças"* (Figura 79).

Figura 78 – Vias principais de piçarra



Fonte: Acervo do PNSR (2016).

Em relação à presença de água parada, foi possível identificar lagos e poças na comunidade. Entretanto, não foram registrados casos de dengue, apesar de esta já ter sido uma região endêmica para malária.

<sup>35</sup> Piçarra é uma rocha alterada. Seus grãos são formados por minúsculos cristais arredondados. Suas características são muito semelhantes ao saibro.

Figura 79– Erosão nas margens do Rio Curuá



Fonte: Acervo do PNSR (2016).

## 2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível mapear o cenário de saneamento e situação socioeconômica da comunidade do Quilombo Pacoval. Identificou-se que a condição do abastecimento de água não é adequada já que, quando se tem água, a sua qualidade não pode ser assegurada. Além disso, em 2015, a comunidade enfrentou, pela primeira vez, problemas relacionados à escassez de água. Quanto ao esgotamento sanitário, notou-se que a maioria das instalações são precárias, embora haja um anseio por melhorias, especialmente pela construção de banheiros. O solo (arenoso) da região favorece um cenário de contaminação e requer maiores cuidados em relação à destinação do esgoto.

Em relação aos resíduos sólidos, identificou-se que problemas de contaminação do solo e da água e erosão são decorrentes da proximidade da comunidade ao rio. Desta forma, queimar ou enterrar o lixo mostraram-se, para os moradores, soluções mais aplicáveis neste cenário, considerando que para acessar a comunidade deve-se atravessar o Rio Curuá por uma pequena balsa. O mini lixão construído pela população (por meio de descarte contínuo em determinada localidade) apresenta problemas, uma vez que pode contaminar solo e água e ser um local para proliferação de vetores de doenças. Quanto à drenagem, não foram relatados problemas na comunidade, exceto aqueles relacionados ao acesso.

Apesar de todo o exposto, percebe-se que a situação não é diferente do que havia sido exposto na contextualização do município, a partir dos dados do SIAB. A própria zona urbana apresenta características deficientes no que tange ao saneamento. O percentual de atendimento da rede de esgoto é baixo, os resíduos são dispostos em um lixão e o abastecimento de água é majoritariamente realizado por poços. Desta forma, espera-se que a situação seja ainda mais precária, como foi evidenciado na pesquisa de campo.

A questão da instabilidade política do município de Alenquer tem levado a uma falta de assistência à população, com a constante troca de gestores, o que impede a continuidade de qualquer ação ou projeto voltado para a sociedade. Durante a visita, no entanto, foi possível perceber uma organização

social forte, apesar dos mais antigos alegarem certo enfraquecimento nos últimos tempos. Entende-se essa organização como uma oportunidade para implementação de sistemas geridos pela própria comunidade. É importante ressaltar que, por ser uma comunidade com um aspecto cultural forte, qualquer intervenção deve ser realizada em conjunto, por meio de consulta pública.

De forma geral, para os eixos Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Resíduos Sólidos, uma proposta acordada na reunião com os moradores é que alguém da comunidade opere as respectivas soluções, a prefeitura realize a manutenção e a comunidade fiscalize. E estariam dispostos a pagar pelo serviço, desde que fosse um preço justo, *“se fosse um valor que tivesse ao nosso alcance”*.

Para efeito da pesquisa, talvez um tempo maior para apuração, ou mesmo visita às instituições locais, como o INCRA, FCP, Prefeitura, por exemplo, poderia agregar mais dados e possivelmente sanar eventuais dúvidas que emergiram durante a realização e análise das entrevistas. Entretanto, como já tínhamos as passagens de retorno compradas, não foi possível realizar esta pesquisa junto às instituições.

## 2.5 REFERÊNCIAS

Atlas Brasil 2013. Atlas do Desenvolvimento Humano. Disponível em <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 20 de mai. de 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA, 2016 - Entidades Vinculadas. Disponível em <<http://www.cultura.gov.br/entidades-vinculadas>>. Acesso em 21 de jun. de 2016.

FCP – Fundação Cultural Palmares, Disponível em: < <http://www.palmares.gov.br/>>. Disponibilizado em 13/06/2011, acesso em 21 de jun. de 2016.

FUNES, E. A. “Nasci nas matas, nunca tive senhor” História e memória dos mocambos do baixo Amazonas. Teses de doutorado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 1995.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico de 2010. Resultados do Universo. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em 20 de jul. 2016.

IBGE – Cidades. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Informações sobre as cidades. Disponível em: < <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150040>>. Acesso em 20 de jul. 2016.

OLIVEIRA JÚNIOR, R. C. de. Solos do município de Alenquer, Estado do Pará. Belém: Embrapa Amazônia Oriental Documentos, 144, 2002.

Portal Amazônico. Blog Alenquer (PA). Disponível em: <[www.portalamazonia.com.br](http://www.portalamazonia.com.br)>. Acesso em: 11 abr. 2016.

SIAB – Sistema de Informação de Atenção Básica. Informações de Saneamento. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/SIAB/>>. Acesso em: 20 mai. de 2016.

### 3. RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES, CAPIXABA - ACRE

#### 3.1 INTRODUÇÃO

Após a definição das localidades nas quais seriam realizados os trabalhos de campo, iniciou-se o levantamento de dados e documentos - pesquisas bibliográficas, informações operacionais e de dados secundários sobre a Reserva Extrativista Chico Mendes (Resex Chico Mendes).

O primeiro contato com o Presidente da Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Capixaba e de Rio Branco (AMOPRECARB), Manoel Edmar Gomes de Oliveira, comumente chamado de Sr. Edmar<sup>36</sup>, foi realizado em novembro de 2015, quando foram apresentados os objetivos do PNSR e também a equipe que participaria da etapa de coleta de dados no campo.

A estratégia adotada foi, então, que os trabalhos de campo fossem realizados em parceria com o Sr. Edmar. Seguindo suas orientações, optamos por iniciar a primeira etapa do trabalho de campo na segunda quinzena de fevereiro de 2016, a fim de evitar transtornos e dificuldades de acesso no período considerado de maior pluviosidade. E, também, segundo ele, para evitar o desencontro com os moradores, devido ao início da época de coleta da castanha - trabalho desempenhado por quase todos que residem na colocalização<sup>37</sup>.

Devido ao caráter restritivo da Unidade de Conservação da Reserva Extrativista (UC), foi necessária uma solicitação de autorização para realização da pesquisa, junto ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), através do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO)<sup>38</sup>.

Chegamos à cidade de Rio Branco, AC, na noite do dia 18 de janeiro de 2016. Na manhã do dia 19 de janeiro participamos de uma reunião norteadora, com alguns funcionários do ICMBio - órgão gestor da Resex Chico Mendes. Conversamos com Silvana, responsável pela homologação, e Fernando, analista ambiental, responsável pela organização social e fiscalização da Resex. O tema da conversa foi o histórico da criação, processos de atuação do órgão e acesso das famílias às políticas públicas, frente os problemas e conflitos existentes na gestão da reserva. Eles forneceram as informações iniciais sobre o Seringal Vila Nova, local de realização do estudo, bem como um material contendo um diagnóstico sociodemográfico, sanitário e territorial de toda a Reserva e o Plano de Manejo<sup>39</sup>.

---

<sup>36</sup> O contato foi indicação da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA).

<sup>37</sup> Unidade de produção familiar.

<sup>38</sup> Sistema de atendimento à distância que permite a pesquisadores solicitarem autorizações para coleta de material biológico e para a realização de pesquisa em unidades de conservação federais e cavernas. O processo sob número 52176, foi protocolado no site do Sisbio, no dia 04/12/2015, e a autorização foi concedida no dia 18/12/2015. ANEXAR A LIBERAÇÃO – SOLICITAR EMAIL A SONALY

<sup>39</sup> O Plano de Manejo é obrigatório em Unidades de Conservação extrativistas.

Ainda no dia 19 de janeiro, no período da tarde, viajamos para Capixaba, onde tivemos uma reunião com o Prefeito Otávio Varela (do Partido PCdoB), a Secretária de Saúde do município, Carminha, o Secretário de Planejamento – Richard - e a psicóloga Telma. Já no final do dia, tivemos um encontro com Elquias, filho do Presidente da Associação (Sr. Edmar), que atua no Seringal Vila Nova. Elquias seria nosso guia na reserva, e nos forneceu informações sobre as famílias e outros dados sobre o local.

No dia 20 janeiro (quarta-feira), conversamos com os técnicos da Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar (SEAPROF): Adenilson, Amilton e Luana, responsáveis pela assistência técnica, tanto na área do Seringal, quanto no assentamento em Alcoobrás<sup>40</sup>. Solicitamos ao técnico Amilton a elaboração de um mapa de localização de cada *colocação* (área de uso familiar) e o tempo de deslocamento de uma colocação a outra (Figura 80). Com isso, objetivamos identificar as famílias e a distância entre cada residência, estabelecendo possíveis rotas, a fim de aperfeiçoar a pesquisa em meio à floresta.

Figura 80 – Técnico da SEAPROF elaborando o mapa das colocações, varadouros e distâncias no Seringal Vila Nova



Fonte: Acervo do PNSR (2016).

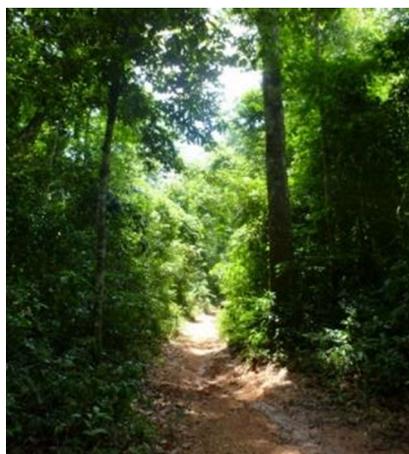
Além do planejamento logístico inicial, realizamos compras (biscoitos, café, leite em pó, e balas e pirulitos para as crianças) e, ainda, solicitamos um vidro com hipoclorito de sódio na Secretaria de Saúde de Capixaba. Finalmente, na manhã do dia 21 de janeiro (quinta-feira), rumamos para a Reserva Chico Mendes. Seguimos de caminhonete até a beira do Rio Acre, para assim atravessá-lo e adentrarmos na área da RESEX.

E foi na travessia que começamos a vivenciar uma experiência inesquecível. Logo na primeira casa, de Dona Clemilda, pudemos constatar as dificuldades que os moradores ali enfrentam. Em contrapartida, também vimos que ela e seus filhos são pessoas extremamente receptivas e bem-humoradas. Essa foi a nossa recepção na reserva: moradores de braços totalmente abertos!

<sup>40</sup> O Projeto de Assentamento (PA) Alcoobrás foi a segunda localidade de estudo.

A equipe era composta pelos quatro pesquisadores e pelo guia Elquias, e seu cavalo - para carregar uma parte das bagagens<sup>41</sup>. Dentro da reserva, o acesso se dá por meio de varadouros<sup>42</sup> (Figura 81), não havendo estrada. No verão, quando as chuvas são menos frequentes, é possível transitar de moto por esses acessos. Do contrário, o acesso se dá a pé ou a cavalo (nosso caso) (Figura 82).

Figura 81 – Varadouro no Seringal Vila Nova.



Fonte: Acervo do PNSR (2016)

Figura 82 – Deslocamento da equipe de campo



Fonte: Acervo do PNSR (2016)

Já no primeiro dia, pudemos contemplar a exuberância e a imensidão da reserva. Árvores frondosas e vegetação densa são características comuns da localidade. Seguimos caminhando por um varadouro

---

<sup>41</sup> Algumas bagagens foram guardadas na sala da Secretaria de Saúde.

<sup>42</sup> Varadouro: caminho aberto pelos moradores, geralmente em mutirão, para circulação dentro da RESEX. Eram todos de terra, sem largura definida, mas suficiente para o deslocamento de pessoas, motos e animais.

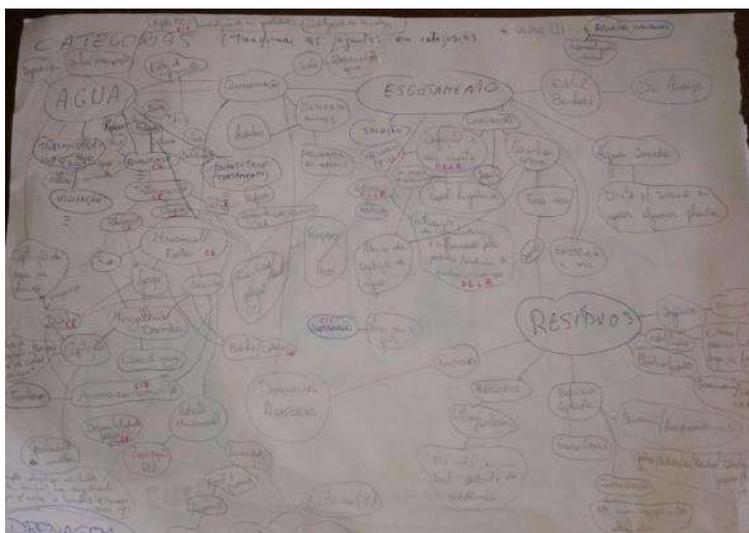
até chegarmos à Colocação Inveja. Dona Rocilda nos recebeu muito bem, e logo seus filhos e o seu marido chegaram. Pernoitamos lá.

No dia 22 de janeiro (sexta-feira), seguimos viagem e passamos pelas Colocações Descanso, Buraco e Buritis. Cada colocação por onde passávamos, reforçava a imagem de um povo simples e batalhador, mas ao mesmo tempo receptivo, que nos acolhia com o coração. Tivemos a oportunidade de visitar também as Colocações Paxiubão, Pitiú, Novo Horizonte e, por fim, Jarinal.

Devido à limitação do tempo e à necessidade de iniciarmos as análises das informações coletadas, estabelecemos como base a casa do Elquias, localizada na Colocação Paxiubão.

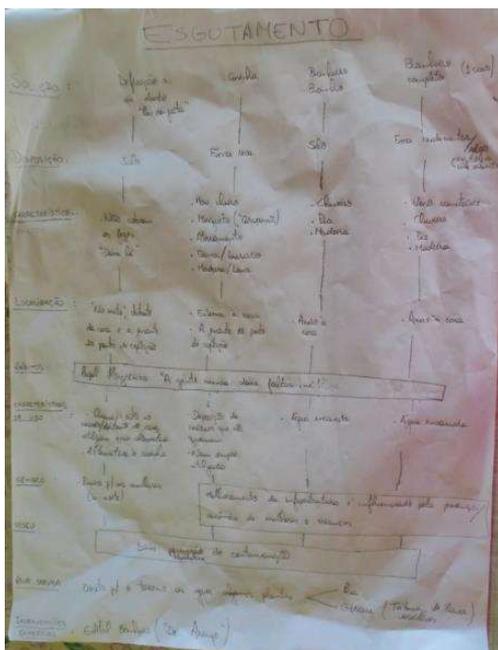
Assim, partimos da análise das entrevistas para codificar os dados até então coletados, dividindo-os por categorias – Eixo Água, Eixo Esgoto, dentre outros objetos da pesquisa. Como instrumento norteador para a criação dos códigos, utilizamos o roteiro de entrevistas. No primeiro momento, foram criados códigos preliminares para, assim, aprofundar cada eixo, conforme ilustrado na Figura 83 e na Figura 84. O objetivo desta dinâmica foi verificar a necessidade (ou não) de buscar mais informações, por meio de novas entrevistas, até sua saturação.

Figura 83 – Codificação das entrevistas



Fonte: Acervo do PNSR (2016).

Figura 84 – Codificação por eixo – Esgotamento Sanitário



Fonte: Acervo do PNSR (2016).

Pudemos conversar com Sr. Edmar, Presidente da Associação do Seringal Vila Nova, que nos esclareceu diversas dúvidas. Também participamos de uma reunião, organizada pela SEAPROF, sobre cadastramento para concessão de crédito, na qual aproveitamos para sanar alguns pontos que ainda não ainda haviam ficado claros.

Em uma das colocações, foi utilizada a estratégia da elaboração do Mapa Falante (Figura 85), de forma a otimizar a obtenção de dados - uma vez que não teríamos condições de percorrer todas as colocações - além de possibilitar a percepção de como os moradores concebem o meio ambiente e as práticas sanitárias no seu entorno.

Figura 85 – Sr. Antônio e Henrique fazendo o Mapa Falante



Fonte: Acervo do PNSR (2016).

## 3.2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAPIXABA

### 3.2.1 Introdução

Primeiramente, será apresentada a caracterização do município de Capixaba, no qual o Seringal Vila Nova faz parte e, posteriormente, apresentaremos os dados da localidade de estudo. Segundo a Confederação Nacional de Municípios (CNM), o nascimento do município de Capixaba se deu a partir de aglomerações de ex-seringueiros, frente à falência dos seringais nativos - essas aglomerações foram transformadas em vilas. Por volta de 1962, do antigo Seringal Gavião surgiu a Vila Gavião, a partir da implantação da Escola Estadual Argentina Pereira Feitosa e de uma igreja católica. Essa vila era habitada principalmente por ex-seringueiros.

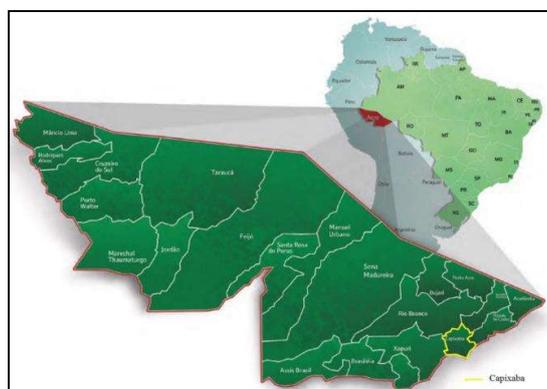
O governo estadual passou a incentivar, por volta da década de 1970, a migração de pessoas, principalmente do sul do país, com o objetivo de implantar grandes fazendas (latifúndios) de criação de gado na região. O governo acreditava que a pecuária traria o desenvolvimento para o estado. Esse movimento de imigração trouxe, à Vila Gavião, uma família vinda do Espírito Santo, que instalou uma serraria. Todos que queriam ir à Vila Gavião tinham como ponto de referência a serraria do capixaba. Com o passar do tempo, todos começaram a chamar a Vila Gavião de Vila Capixaba.

Houve uma votação para definição do nome: quem quisesse Vila Santo Antônio (padroeiro) colocava na urna um caroço de milho e, quem quisesse Vila Capixaba, colocava um caroço de feijão. Ao final da contagem, ganhou o feijão. O nome oficial, atualmente, é Capixaba. Foi criado no dia 28 de fevereiro de 1992, pela Lei nº 1.096, diante do desenvolvimento das áreas municipais vizinhas de Rio Branco e Xapuri (PMSB, 2016).

### 3.2.2 Localização

Capixaba pertence à mesorregião Vale do Acre e à microrregião de Rio Branco. O município limita-se, ao Norte, com o município de Rio Branco, ao Nordeste, com o município de Senador Guimard, a Leste, com o município de Plácido de Castro, a Oeste, com o município de Xapuri e, ao Sul, com a fronteira da Bolívia. A Figura 86 apresenta um mapa do município.

Figura 86– Localização de Capixaba – AC



Fonte: Google imagens, adaptado (2016)

### 3.2.3 População

A Tabela 7, retirada do sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - apresenta uma caracterização sucinta da população do município de Capixaba.

Tabela 7– Caracterização do município de Capixaba

|  |           |
|--|-----------|
| População estimada em 2015 (hab.)              | 10.498    |
| População em 2010 (hab.)                       | 8.798     |
| Área da unidade territorial (km <sup>2</sup> ) | 1.702,577 |
| Densidade demográfica (hab./km <sup>2</sup> )  | 5,17      |

Fonte: PNUD; IPEA; FJP (2010).

Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil – Atlas Brasil<sup>43</sup>, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Capixaba é 0,575, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,794, seguida de Renda, com índice de 0,601, e de Educação, com índice de 0,398 (PNUD; IPEA; FJP, 2010).

### 3.2.4 Saúde

Segundo a caracterização do município realizada em 2015, pelo Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), Capixaba dispõe de três Unidades de Saúde da Família, distribuídas entre zona rural e urbana. Conta também com um Centro de Saúde, que atende à população da zona rural e dá apoio à zona urbana, com serviços de atenção básica à saúde. Quando o paciente necessita de cuidados mais específicos, é encaminhado para o hospital do município de Senador Guiomar ou para o de Rio Branco.

Ainda segundo o PMSB (2015), as vigilâncias sanitária, epidemiológica e de saúde são as que funcionam no município, realizando o controle de doenças transmitidas por vetores, como dengue, toxoplasmose, rubéola, esquistossomose e raiva, entre outras. Já a Vigilância Sanitária em saúde, trabalha com a liberação de licença e fiscalização de estabelecimentos, na maioria das vezes através de denúncias. É possível notar, pela Tabela 8, que todos os estabelecimentos de saúde, em Capixaba, são municipais.

Tabela 8– Quantidade de estabelecimentos de saúde, por tipo de administração

| Tipo de administração | Quantidade            |                |
|-----------------------|-----------------------|----------------|
|                       | Município de Capixaba | Estado do Acre |
| Federal               | 0                     | 11             |
| Estadual              | 0                     | 47             |
| Municipal             | 5                     | 230            |
| Privada               | 0                     | 92             |

<sup>43</sup> Elaborado em conjunto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Fundação João Pinheiro (FJP).

Fonte: IBGE (2010)

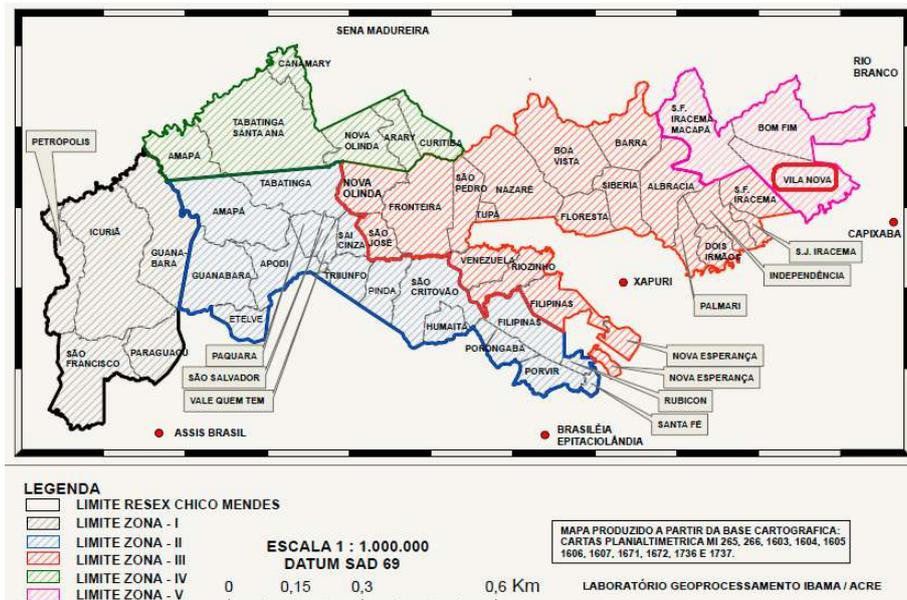
### 3.2.5 Clima

O clima acreano é tropical úmido, com duas estações bem definidas: o inverno, com períodos de chuvas, normalmente, de novembro a março; e o verão, período de estiagem, normalmente de junho a setembro<sup>44</sup> (IBAMA, 2006).

### 3.3 SERINGAL VILA NOVA

O Seringal Vila Nova é um dentre os 48 seringais<sup>45</sup> que existem dentro da Reserva Extrativista Chico Mendes (Resex Chico Mendes), pertencente à área do município de Capixaba, Acre (COSTA, 2000) (Figura 87). A distribuição espacial das colocações dentro do seringal, bem como a sua hidrografia e a localização das escolas e da associação comunitária, pode ser observada pela Figura 88. Pode-se verificar que o seringal é cortado pelo Rio Acre e pelo Igarapé Caipora, que delimitam parte de sua área.

Figura 87 – Distribuição dos seringais na área da RESEX



Fonte: Adaptado de WWF (2015)

<sup>44</sup> Vale ressaltar que o período no qual estávamos realizando a pesquisa, deveria ser de chuva intensa, mas o inverno estava “fraco” / “demorando”.

<sup>45</sup> Antiga área de produção de borracha que congregava as colocações (áreas produtiva e familiar de cada seringal).

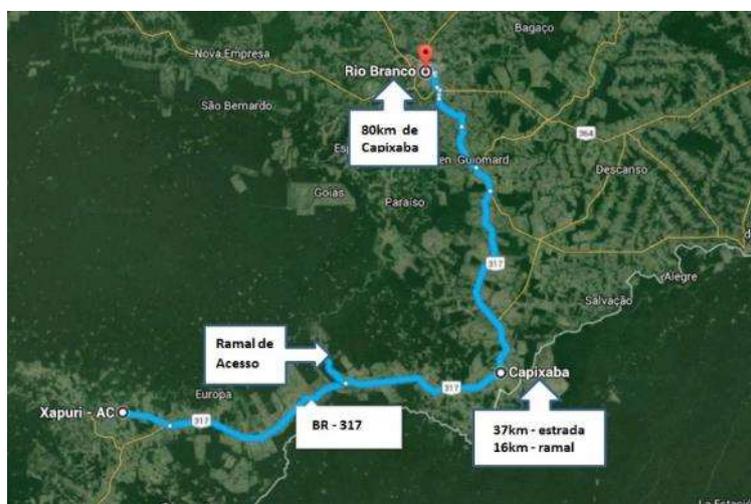


O antagonismo entre meio ambiente e desenvolvimento, que travou o debate ambiental, nas décadas de 1970 e 1980, ainda está presente na Amazônia nos dias de hoje, mas de diferentes formas. Como disse um morador do Seringal Vila Nova “*Chico Mendes apenas começou o trabalho...*”, “*a luta é diária*”.

### 3.3.2 Localização

O acesso ao Seringal Vila Nova é realizado pela BR 317 (distante 37 km do município Capixaba) e, posteriormente, pelo Ramal Zé do Côco (localizada a cerca de 16 km de estrada de terra particular<sup>46</sup>, pertencente a fazenda de mesmo nome), conforme mostrado na Figura 89 e na Figura 90. Este ramal termina na margem do Rio Acre e, ao atravessá-lo, chega-se ao seringal. Essa travessia é realizada por moradores que utilizam barcos situados na margem do rio. Fomos informados que a manutenção do barco é realizada pela associação do seringal.

Figura 89 – Distância do Seringal Vila Nova da sede do município de Capixaba e da capital Rio Branco



Fonte: Googlemaps (2016)

46 Em conversa, tanto com funcionários do ICMBio, quanto com moradores do Seringal Vila Nova, foi relatado o conflito existente no fato do único acesso por terra do Seringal ser uma estrada privada. Tal conflito será relatado no Tópico 4.4.

Figura 90 – Entrada do Ramal Zé do Côco

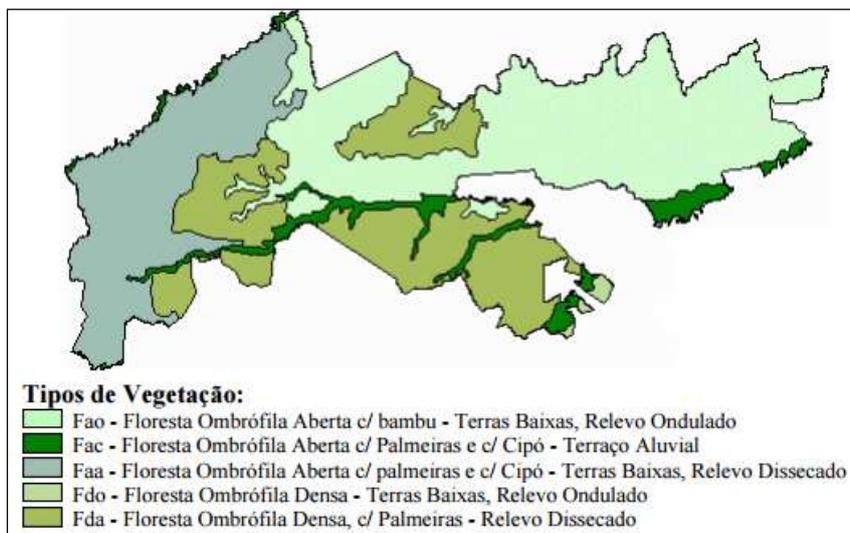


a) Porteira do Ramal Zé do Côco, à direita da BR 317.      b) Ramal Zé do Côco.

### 3.3.3 Vegetação

Em termos de vegetação, a área constituída pela RESEX Chico Mendes engloba: Floresta Tropical Densa e Floresta Tropical Aberta (IDEAS, 1993, *apud* IBAMA, 2006). Segundo o IBAMA, “na reserva apenas 27% são florestas densas e os restantes 73% compostos por florestas abertas”, como ilustra a Figura 91 (IBAMA, 2006).

Figura 91 – Mapa de vegetação da RESEX Chico Mendes



Fonte: IBAMA (2006)

### Hidrografia

A Reserva Extrativista Chico Mendes está inserida na bacia do Acre, representada por dois rios principais, afluentes da margem direita do curso superior do Rio Purus. Os principais rios que cortam a maior parte da Reserva são os Rio Acre e o Rio Iaco.

*O Rio Acre margeia a Reserva, nas proximidades do Município de Assis Brasil, e segue pela fronteira entre o Brasil, Peru e Bolívia, entrando em território brasileiro no município de Brasiléia. O Rio Acre apresenta um leito encaixado, sendo suas cheias caracterizadas por acentuada elevação do nível d'água e inundações de pequena extensão de áreas mais baixas. Os picos de cheias são observados no período de fevereiro a abril, sendo os meses de julho a setembro caracterizados pelo maior déficit hídrico (IBAMA, 2006, pág. 19).*

### 3.3.4 Dados demográficos

O seringal possui aproximadamente 80 famílias, dispersas pela reserva - em colocações localizadas próximas ao Rio Acre, no centro do seringal e próximas ao igarapé Caipora, com uma distância média de seis a nove quilômetros entre as residências.

### 3.3.5 Educação

Há duas escolas no Seringal, ambas possuem o sexto ano do ensino fundamental. Muitas crianças moram na casa de parentes que residem próximo à escola, devido às distâncias e à dificuldade de acesso, pois – como afirma um morador: “*não dá para levar todos os dias*”. Para avançar nos estudos (sétimo ano até o ensino médio), as crianças têm que ir para locais mais distantes dentro da RESEX, como Xapuri ou para as cidades de Capixaba e Rio Branco

### 3.3.6 Saúde

Não há unidades de saúde ou qualquer tipo de atendimento médico dentro da reserva. Para o atendimento, é necessário o deslocamento para o município de Capixaba ou municípios adjacentes. Segundo o Sr. Edmar, Presidente da Associação, na gestão anterior da prefeitura, aconteciam atendimentos uma ou três vezes por ano, na sede da associação.

Na localidade, atua um Agente Comunitário de Saúde (ACS), morador da Colocação Pitui. Segundo a narrativa dos moradores entrevistados, o ACS realiza acompanhamento de hipertensos ou crianças, embora não mantenha uma rotina de visitas. Também não distribui hipoclorito de sódio, com regularidade, ou repassa informações de educação sanitária e de higiene.

As doenças mais prevalentes na RESEX são: “malária, leishmaniose, febre, gripe, verminoses, cortes provocados por golpes de faca e machado durante a extração de produtos, diarreia, anemia e desnutrição” (IBAMA, 2006, p. 37 apud MELO 2006a). Em conversa com os moradores e com a Secretária de Saúde de Capixaba, a malária não vem sendo notificada na localidade, diferentemente da leishmaniose, cujos vários casos vêm sendo identificados. A RESEX é, portanto, considerada uma área endêmica para a doença. Além disso, foram citados problemas de saúde relacionados aos longos anos de trabalho na extração da borracha, como dificuldades locomotoras, reumatismo, sinusite.

### 3.3.7 Atividades econômicas

O desenvolvimento econômico de baixo perfil tecnológico - baseado na produção familiar de farinha, arroz, mas, principalmente, embasado nas atividades extrativistas e na pecuária (com várias contradições) e, ainda na exploração e caça, representa o grande desafio enfrentado pelos moradores e autoridades, principalmente no que concerne à busca por alternativas sustentáveis na sua execução.

Nas entrevistas realizadas no Seringal Vila Nova, identificamos que as atividades praticadas para o sustento das famílias estão relacionadas ao extrativismo da castanha e látex, a agricultura de subsistência e a pecuária. Descreveremos brevemente como as famílias se organizam em torno de cada uma delas:

#### 3.3.7.1 Agricultura

Dentre as culturas praticadas na localidade, podem ser elencadas: arroz, feijão, milho, macaxeira, além de algumas frutas e legumes. A maior parte dessas culturas é de subsistência. Quando questionados sobre o motivo da não comercialização da produção, os moradores apontaram, como principal dificuldade, o escoamento dos produtos, em razão da “falta de um ramal” (via de acesso). Em uma das entrevistas, foi relatado, também, o risco de não comercializar o produto e ter o prejuízo de retorná-lo para suas colocações.

Em relação ao uso de defensivos agrícolas, observamos certo receio dos entrevistados em responder. O fato de estarmos utilizando um gravador de áudio pode ter contribuído para isso. Todavia, em algumas entrevistas, obtivemos a resposta de que grande parte das colocações utiliza defensivos, sendo *Galop; Padron; U-46; Roundup; Tordon; Jaguar; Truper; Gramocil* os produtos mais relatados. Além disso, constatamos em uma das entrevistas que, dos equipamentos de proteção necessários para aplicação/manejo de tais produtos, apenas uma parte deles é utilizada.

Vale ressaltar que, no que condiz às relações de gênero na comunidade, a agricultura constitui uma atividade cuja atuação é majoritariamente masculina.

#### 3.3.7.2 Extrativismo da castanha

A castanha foi apontada, em diversas entrevistas, como a principal fonte de renda das famílias. As castanheiras são árvores nativas e não apresentam uma distribuição uniforme na reserva, sendo mais predominantes nas áreas mais internas. Desta forma, os ribeirinhos têm desvantagem em relação aos que possuem suas colocações mais distantes do rio. Em contrapartida, os moradores do interior possuem uma menor facilidade logística, para escoamento da produção.

A extração consiste em juntar os “ouriços” das castanheiras de sua colocação e depois quebrá-los. Para facilitar a atividade, são abertos caminhos entre as castanheiras, conhecidos como “piques de castanha”. O período de produção é de janeiro a abril, sendo que o seu ápice se dá no mês de fevereiro. E, nas atividades de juntar e quebrar os ouriços, foi possível perceber a participação de todos os membros da família – homens, mulheres e crianças.

No Seringal Vila Nova, a castanha é comercializada para atravessadores de Capixaba, e a unidade de medida é a lata – cerca de 18 litros ou 12 kg. Na segunda quinzena de 2016, período em que a pesquisa foi realizada, a lata estava sendo comercializada pelo valor médio de 37 reais (considerado, pelos extrativistas, como um bom valor). Para enfatizar a importância desse produto na renda dos moradores, alguns entrevistados relataram que o dinheiro proveniente da produção é utilizado para a “feira do ano”, em que são comprados itens como óleo, açúcar e outros produtos não perecíveis<sup>47</sup>, em grande quantidade para estocar.

### 3.3.7.3 Extrativismo do látex

De acordo com alguns entrevistados, a extração do látex já foi uma atividade de grande impacto na renda dos moradores da reserva. Hoje, no entanto, é vista como sendo de menor relevância. O litro da seringa é comercializado por cerca de sete a oito reais. Porém, segundo os entrevistados, a fábrica de preservativos masculinos NATEX<sup>48</sup>, principal compradora da produção local, não envia quantidades suficientes de baldes para a extração, e alguns entrevistados afirmaram que esta já se encontra, inclusive, em processo de falência.

### 3.3.7.4 Pecuária

Muitos dos entrevistados identificam a pecuária como a melhor fonte de renda. É vista como promissora, pela facilidade de comercialização, manejo e escoamento, já que “o gado anda sozinho”. Além disso, não é sazonal, pois “dá o ano inteiro”. Sua importância é reforçada pelo fato de que a posse do gado funciona como crédito para empréstimos financeiros dentro da reserva, uma vez que é possível obter uma quantia de dinheiro e pagar em “cabeças de gado”.

Um fator de entrave, segundo apontaram alguns entrevistados, é a atuação do ICMBio, que limita o crescimento do rebanho. Na fala dos moradores, foi destacado que não será mais permitida a criação superior a 60 cabeças de gado. Porém, há certa divergência a respeito do limite do rebanho<sup>49</sup>. Esta é uma atividade em que a participação é exclusivamente masculina (não foi constatada a participação de mulheres na lida com o gado).

### 3.3.7.5 Auxílio governamental

Boa parte dos moradores da RESEX Chico Mendes recebe o Bolsa Família. Em uma das famílias, composta por 5 integrantes, o programa de transferência do governo federal foi apontado como a principal fonte de renda, equivalente a R\$ 200,00 por mês. Este morador é considerado um

<sup>47</sup> Cabe destacar que a compra de alimentos não perecíveis se faz necessária pela inexistência de geladeira na maior parte das colocações.

<sup>48</sup> A fábrica é gerenciada pela Fundação de Tecnologia do Estado do Acre (FUNTAC), uma fundação de direito público, dotada de autonomia financeira, funcional e administrativa.

<sup>49</sup> No período em que a equipe esteve em campo, essa questão estava em debate e seria discutida entre o ICMBio e os moradores da RESEX, a fim de estabelecer um limite para o rebanho.

“agregado”, pois construiu sua casa em uma colocação de outra família, recém-chegado à reserva, e cujo plantio ainda não estava em época de colheita.

Com relação ao auxílio Bolsa Verde<sup>50</sup>, apenas uma família entrevistada declarou receber o benefício. No entanto, não soube responder o motivo de ser beneficiária. Outra entrevistada declarou estar há muito tempo aguardando receber o Bolsa Verde, tendo inclusive assinado vários documentos. Também não soube o motivo de não receber. Podemos supor que algumas pessoas sabem da existência de tal auxílio, mas não como obtê-lo.

### 3.3.8 Processos organizativos

O ponto de partida de construção da realidade local para descrever a situação relativa ao saneamento da área da RESEX Chico Mendes parte das organizações que operam em seu território, uma vez que para compreender a atual situação de vulnerabilidade e invisibilidade frente as ações sanitárias é preciso conhecer as instituições que operam (ou deveriam operar), principalmente, ao considerar que se trata de uma unidade de conservação de uso sustentável. Oficialmente, fazem parte do Conselho Gestor da RESEX Chico Mendes o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio; o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Representantes das Associações de moradores e produtores da Resex (5 associações); o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (dos sete municípios de cobertura); as respectivas Prefeituras dos municípios de cobertura; e o Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS.

Nesta parte do relatório, serão relatadas as atuações e influências apenas daquelas organizações cujos pesquisadores tiveram contato ao longo do trabalho de campo. As demais entidades serão apenas citadas sem aprofundamento.

#### 3.3.8.1 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio

Desde sua criação, em 2007, o ICMBio é responsável por “executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União”<sup>51</sup>. Em entrevista, realizada no dia 19 de janeiro de 2016, com VN\_01<sup>52</sup> (parecerista do ICMBio, responsável pela homologação dos processos), foram repetidas várias vezes as palavras “desafio” e “dificuldades”, sendo descrito em sua fala que “A criação [de uma unidade de

---

<sup>50</sup> O Bolsa Verde é um programa de transferência de renda para famílias em situação de extrema pobreza, que vivem em áreas de relevância para a conservação ambiental. Funciona como um incentivo às comunidades, para que continuem usando, de forma sustentável, os territórios onde vivem (BRASIL, 2007. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/bolsa-verde>

<sup>51</sup> Web site ICMBio.

<sup>52</sup> O uso de codificação visa resguardar o interlocutor.

conservação de uso extrativista] *era o desafio, mas o difícil é manter*<sup>53</sup>. Desta forma, uma vez que sua criação foi concretizada, o desafio tornou-se a elaboração e adequação do plano de utilização à realidade de cada seringal<sup>54</sup>. Tal plano de utilização, elaborado em 2006 (16 anos após a criação da RESEX), foi publicado em 2007, com dados de 1992. Atualmente, o ICMBio está realizando “*um processo de consultoria pra revisão do plano, que ele hoje não reflete mais a realidade da unidade (VN\_01)*”.

Para a tomada de decisões, devido à extensão da Resex, foi criado um conselho deliberativo, que fica responsável pela autorização de projetos e outras ações na reserva. O conselho gestor é composto pelos núcleos de base - o número de núcleos de cada seringal varia de acordo com o aglomerado de casas e sua dispersão espacial. Assim sendo, os núcleos dialogam com a associação e a associação com o ICMBio. No total são 5 associações concessionárias e 76 núcleos de base. O ICMBio é presidente do conselho, mas conta também com representantes do governo do estado, do governo federal, dos sindicatos de trabalhadores rurais dos 7 municípios que abrange a Reserva e do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS).

Cada associação concessionária da Resex assina o Contrato de Direito Real de Uso (CDRU), firmado com o ICMBio. Este contrato de CDRU é um “documento que legitima o uso sobre a terra, dando direito à moradia e à utilização dos recursos, conforme plano de uso, mas não possibilita a venda da mesma, sendo transmitido apenas por caráter hereditário”<sup>55</sup>. Dessa maneira, a gestão da reserva é compartilhada, bem como as responsabilidades e o controle das atividades desenvolvidas no território.

A partir deste contrato, cada um possui atribuições específicas na gestão da reserva, sendo estabelecidas durante a elaboração do plano de utilização. Em suma, segundo um dos entrevistados, as atribuições da associação são:

*“o direito da associação, o que cada associação tem a obrigação de fazer o controle populacional, quem entra e quem sai, a questão de uso do território, fazer essa parte da fiscalização, se há desmatamento, se as pessoas estão extrapolando aquilo que tá previsto no plano de utilização... então na verdade é um contrato dizendo que a associação também tem obrigações para o cumprimento do plano de utilização, né. Que lá tem todas as regras de convivência dentro do território e uso do território também, né, por 15 hectares pra agricultura, 15 hectares para a pecuária, assim, para a utilização pra outros fins, né, pecuária, enfim. Ultrapassando isso o morador, aí a associação mantém a obrigação de já tá cobrando do morador uma postura para que ele volte a tá dentro do que estava previsto no plano, né, então a associação também tem essa*

<sup>53</sup> Neste relatório será adotada a formatação itálica e entre aspas para expressar a fala dos interlocutores.

<sup>54</sup> Conjunto de colocações (unidade familiar) de uma determinada área.

<sup>55</sup> Web site ISA - Instituto Socioambiental.

*atribuição, ela tem uma meio administrativa também, nesse contexto (VN\_02)”.*

Quanto às atribuições do ICMBio, sua principal função é a fiscalização do território, além da verificação do cumprimento do plano de utilização estabelecido junto à comunidade. O papel de articulador também constitui outra função do órgão, conforme identificado através da fala do analista ambiental: *“(...) se você tem uma demanda, a gente procura buscar parcerias pra que seja atendida aquela demanda na comunidade, então a gente trabalha como articuladores de políticas públicas (VN\_02)”.*

No entanto, nem todas as famílias podem ter acesso às políticas que são implantadas. O ICMBio *“só dá anuência pra que aquelas famílias que vão acessar a política, para que elas estejam dentro do perfil e que de fato elas estejam necessitando” (VN\_01)*, restringindo o acesso daqueles que estão em situação irregular. Segundo outro entrevistado (VN\_02), algumas famílias estão *“irregulares porque entraram depois do processo de criação, porque não atendem esse plano de utilização [...], não está no perfil da unidade, não é extrativista, não tem perfil porque tem todo um critério”*. Cabe à associação local barrar a entrada de irregulares, papel este que o analista do ICMBio relata que não vem sendo realizado, ficando sob a responsabilidade do órgão.

Quando há a entrada irregular de famílias sem o consentimento da comunidade ou sem o controle da associação, cabe ao ICMBio notificar e, posteriormente, autuar e, caso seja necessário, solicitar o acompanhamento da polícia para a retirada da família do local. Outra situação de irregularidade refere-se à compra de colocações por servidores públicos, ou a permanência no território de pessoas que já foram indenizadas pela terra.

Ao longo das conversas, foi destacado, por ambos os entrevistados, a especificidade da unidade de conservação, caracterizada como extrativista. Relataram ser este *“um território que tem regras, digamos assim, específicas, né, diferente de uma área de assentamento do INCRA” (VN\_02)*. Percebe-se, portanto, a diferenciação frente a outros modelos de unidades de conservação e, até mesmo, de outros assentamentos criados até o momento, enfatizando que *“é diferente de qualquer outro território, né, inclusive de outras reservas extrativistas, porque esse plano de utilização ele não é igual pra todas as unidades” (VN\_02)*.

No quesito de políticas públicas de saneamento, foi relatada a existência de um projeto<sup>56</sup>, produzido pelo Memorial Chico Mendes (MCM), em parceria com o Conselho Nacional dos Seringueiros e a Comissão Chico Mendes, com o objetivo de seguir a proposta de tecnologia de acesso à água, desenvolvida *“de acordo com as propostas de Tecnologia Social de Acesso à Água, definidas pelas Instruções Operacionais nº 7 e nº 8 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)”*. No entanto, não ficaram claros os detalhes e em qual etapa o projeto se encontra; se está em execução ou bloqueado, por razões burocráticas.

---

<sup>56</sup> A partir de pesquisa posterior ao campo, descobrimos que se tratava do seguinte projeto: “SANEAR AMAZÔNIA: Mobilização social por acesso à água, das famílias extrativistas na Amazônia”.

O coordenador do projeto é o “De Araújo”, presidente da associação de Assis Brasil e representante do CNS. E, apesar do impacto ambiental do projeto, um dos entrevistados afirma que “(...) é uma atividade que não é impactante” (VN\_01). Ainda de acordo com o mesmo entrevistado, a Reserva possui 26 anos e “de todas essas políticas, o saneamento é uma que não chegou” - assim como o programa Luz para Todos – destacando, ainda, que “80% ou mais, da unidade tá ainda às escuras, né, muitas vezes não tem condição de comprar uma placa solar, mas são políticas que não chegaram [...] a gente fala que é até luz para alguns, porque é só alguns que acessaram, alguns, muitos poucos (...)” (VN\_01).

Outras ressalvas são as dificuldades de acesso aos domicílios mais internos à reserva, assim como as incongruências burocráticas,<sup>57</sup> que podem afetar o acesso às políticas públicas. Por exemplo, o endereço de residência de um morador da RESEX é por seringal ou colocação, uma lógica diferente da realidade urbana, além disso, muitas vezes, o acesso ao seringal de determinado município se dá através de outro município.

A influência da política nas ações da RESEX também é relatada como um obstáculo para a atuação do ICMBio. Sendo assim, o “nosso maior desafio na gestão não é, não é relação interinstitucionais, né, não é relação com movimento social, é a política, a política mesmo partidária” (VN\_01). O entrevistado cita como exemplo:

*“como a Reserva é muito grande num município como Brasiléia que é aonde tem, né, a maior parte da população rural tá dentro da Reserva Chico Mendes, a associação passa a ser uma força política muito grande porque ela é detentora de muitos votos” (VN\_01).*

Enfim, por levar o nome de Chico Mendes, destacam que sua atuação influencia em todo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação:

*“porque a luta, toda a história do movimento social, né, pra criação das reservas foi dentro do território do que é hoje a Reserva Extrativista Chico Mendes” (VN\_01).*

*“(...) qualquer ação que você faça sobre ela, ela reflete, na verdade todo o Sistema Nacional de Unidade de Conservação, né. Por exemplo, se você quiser negar a existência das reservas extrativistas não precisa você atacar o sistema como um todo, basta você escolher a Reserva Chico Mendes (...)”(VN\_02).*

### 3.3.8.2 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA

Ao longo do trabalho de campo, a atuação do INCRA foi citada pelos moradores apenas no que diz respeito ao auxílio moradia (repasso de recursos para a construção das casas pelos moradores).

<sup>57</sup> Segundo (VN\_01), um dos maiores desafios do ICMBio não são as relações interinstitucionais/estruturais e, sim, a interferência político-partidária. Em parte, se encaixam nessa questão o repasse de fundos internacionais (programas alemães, WWF, ARPA e União Europeia, entre outros).

Segundo o Presidente da Associação, esse recurso foi repassado para cada família que construiu sua casa, utilizando a madeira e demais recursos da floresta.

Assim, aqueles moradores que possuíam melhores condições financeiras complementaram e construíram casas maiores e, os demais, permaneceram com o modelo de quatro x seis metros. Ao permitir a autonomia dos moradores em construir sua casa com o modelo por eles desejado - sem determinação ou padronização de materiais – foi incentivada a eficácia e eficiência no uso do auxílio moradia, especialmente pela aceitação e apropriação desse recurso por todas as famílias.

O crédito moradia é implantado e fiscalizado pelo INCRA. No entanto, o ICMBio auxilia na anuência da política, na análise da relação de beneficiários e de sua situação regularidade dentro da reserva.

#### 3.3.8.3 Secretaria Extensão Agroflorestal e Produção Familiar - SEAPROF

A atuação da SEAPROF na área da RESEX é relativamente recente. A assistência técnica prestada pela Secretaria está mais voltada para os assentados do INCRA. Uma das dificuldades de atuação relatadas refere-se à falta de documentos, como o CDRU, que garante o direito de uso a terra e a moradia, bem como o acesso a programas e créditos junto ao banco, por meio de programas, como o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. A assistência técnica vem sendo realizada pelo técnico Amilton, que tem auxiliado os moradores quanto às técnicas agrícolas e outras demandas dos agricultores.

#### 3.3.8.4 Município de Capixaba

Segundo o prefeito do município, a atuação da prefeitura está comprometida com ações pontuais, como: a liberação da máquina para a manutenção do ramal (mediante solicitação e pagamento do óleo do combustível); auxílio às famílias afetadas pela inundação, que ocorreu no ano de 2015, com a distribuição de Kits de higiene, cesta básica e caixa d'água, dentre outros; e pagamento do aluguel de um barco para o uso do agente comunitário da saúde (ACS) realizar o acompanhamento das famílias ribeirinhas.

Ao questionarmos se há problemas ou conflitos com gestão da RESEX, foi relatado que *“lá eles se entendem”* (VN\_03), referindo-se à associação e sua atuação dentro da reserva e ao ICMBio, órgão responsável pelo apoio logístico na área. Desta forma, percebe-se, pela sua fala, que a prefeitura de certa forma se eximiu da responsabilidade de apoiar e atuar no seringal Vila Nova, pelo fato deste estar inserido na gestão da RESEX Chico Mendes.

A ausência de um planejamento conjunto e o beneficiamento político também constituem problemas na gestão municipal, segundo o prefeito. Como exemplo, cita o projeto das casas de farinha que o município recebeu. Foram *“10 casas de farinha construídas em locais errado”*, alegando que produtores que geravam até 40 sacos de farinha por quinzena não receberam, enquanto *“produtor que não tinha um pé de macaxeira na propriedade dele, ele ganhou e não tinha um pé de macaxeira, mas ele tinha voto”* (VN\_03). Ademais, destaca que pela sua dura atuação, foi apelidado de *“Fidel Castro”*.

*“eu como gestor eu tive que ser duro, então quando dá eu digo que sim, agora quando não dá eu digo não. E não trabalho com mentira” (VN\_03).*

Ao relatar que não promete o que não pode assumir, principalmente financeiramente, cita o endividamento da prefeitura herdado após assumir sua gestão.

### 3.3.8.5 Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Capixaba e Rio Branco

Dentre as dificuldades elencadas pelo Presidente da Associação, o acesso na região é o principal motivo que inviabiliza a melhoria de vida da população, *“porque isso é uma coisa que sem acesso não há progresso”* (VN\_04). Destaca, ainda, que já foram apresentados vários projetos nas reuniões do conselho da RESEX. No entanto, todos os são limitados pela falta de acesso ao seringal Vila Nova.

Cita, como exemplo, a proposta da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), de executar projetos de fomento, para o desenvolvimento da agricultura familiar, e relata que não conseguem se inscrever, pela dificuldade de escoar a produção, devido à variação do acesso que ocorre no período do inverno e verão<sup>58</sup>.

Em sua própria observação, aponta que a falta de interesse político, em atender uma pequena parcela da população, impossibilita investimentos para a construção do ramal. Sendo assim, a população do seringal fica “abandonada” pelo poder público, por não se apresentar como um local para investimentos, devido às dificuldades ligadas à dispersão espacial e ao pequeno número de moradores.

Outro problema enfrentado é a concepção em que foi criada a RESEX, *“quando eles criaram a Chico Mendes, eles criaram com o pensamento, de nada entrar aqui dentro, carro, nada, quer dizer aquilo que era intocável”* (VN\_04). O poder público é restritivo no que se refere ao desmatamento ou criação de gado. Dessa forma, cria-se um conflito entre os moradores e o órgão gestor, uma vez que falta a promoção de formas de renda que condizem com a atual realidade dos moradores, além das limitações causadas por ser uma unidade de conservação.

Uma das queixas dos moradores, também percebida pela equipe durante o trabalho de campo, foi a visibilidade e notoriedade que o seringal localizado no município de Xapuri possui, pelo fato de ser o local em que Chico Mendes morou. Desta forma, a área da reserva localizada no município torna-se a grande beneficiária dos projetos que têm como alvo a RESEX Chico Mendes, em detrimento dos outros seringais dos demais municípios.

---

<sup>58</sup> De acordo com VN\_04, no inverno, o acesso é realizado apenas pelo rio. Já no verão, o acesso é por meio de carro ou moto. Desta forma, não há anualmente o acesso garantido para o escoamento da produção.

### 3.3.9 Saneamento

#### 3.3.9.1 Abastecimento de água

Para o abastecimento de água são utilizadas Soluções Alternativas Individuais (SAI). Geralmente, as fontes de água utilizadas são o Rio Acre, os igarapés, as cacimbas e ou olhos d'água<sup>59</sup> e as águas da chuva<sup>60</sup>. No geral, as famílias possuem apenas uma fonte de água, localizada próxima à casa. No entanto, em uma colocação, verificamos o uso de duas fontes: água da chuva (Figura 92), além da captação de água no igarapé.

Figura 92 – Calha onde é captada a água de chuva



Fonte: Acervo do PNSR (2016)

As formas de armazenamento intradomiciliar de água variam de acordo com a fonte, presença de mergulhão e das condições financeiras da família. Normalmente, a residência que possui mergulhão armazena água em caixas d'água, enquanto as demais utilizam baldes e tambores. Dentre os tipos de tratamento da água, internos ou externos ao domicílio, realizados pelas famílias, destaca-se a desinfecção, por meio do uso do hipoclorito de sódio e, também, a coagulação realizada através da utilização do potássio no tambor onde se armazena a água. Estes são realizados quando as fontes de água são o rio Acre e igarapés, pelo fato de a água ser toldada<sup>61</sup>. O uso apenas do cloro foi observado quando a fonte é a água da chuva ou a cacimba.

---

<sup>59</sup> Cacimba e olho d'água são terminologias adotadas na comunidade. No entanto, a terminologia técnica convencionada no II Seminário - Elaboração de estudos para subsidiar o Programa Nacional de Saneamento Rural: Trabalhos de Campo e Matrizes Tecnológicas é Nascente.

<sup>60</sup> Habitualmente, não é comum a captação da água da chuva, devido ao gosto amargo provocado pela madeira nas residências em que o telhado é de carvalho. Encontramos apenas uma casa que capta água da chuva por relatar "preguiça" em ter de pegar no igarapé.

<sup>61</sup> Água toldada: Possui elevada turbidez e sólidos suspensos, condição que piora em períodos de chuva.

Cabe destacar que a quantidade, a frequência e o local de uso, tanto do cloro quanto do potássio, apresentaram variações. Por exemplo, nas palavras de um morador:

*“ENTREVISTADOR: Aí na água da chuva coloca só o cloro?”*

*VN\_06: Só cloro.*

*ENTREVISTADOR: Você lembra qual a quantidade de cloro que você coloca?*

*VN\_06: Rapaz, eu coloco é na tora mesmo. É três pingos que coloca, né? Não, um pingo para cada unidade, no caso daquele balde ali, tem que ser duzentos pingos, aí eu vou ter paciência de ficar pingando? Vou xiringo tudo logo de uma vez.*

*ENTREVISTADOR: Você coloca um vidrinho de uma vezada, só?*

*VN\_06: Não, um e meio. meio...*

*ENTREVISTADOR: Mas, aí como é que você sabe que é um pingo para cada litro, quem foi que te falou isso?*

*VN\_06: [...] foi o agente de saúde”.*

Identificamos que o Agente Comunitário de Saúde (ACS) apenas distribui de maneira irregular os produtos (hipoclorito e potássio), sem qualquer informação adicional sobre sua adequada utilização e importância do uso correto para a saúde das pessoas, o que inclusive foi inclusive relatado em uma das entrevistas.

*ENTREVISTADOR2: Aqui passa o agente de saúde? Como é que é?*

*VN\_05: Passa uma vez por mês ele passa.*

*ENTREVISTADOR2: Uma vez por mês, é? Aí ele faz o que aqui?*

*VN\_05: Só entrega o cloro e só.*

*ENTREVISTADORA2: Ele explica, como é que usa o cloro? Ele fala pra que que serve?*

*VN\_05: Não...*

*ENTREVISTADORA: Você coloca o cloro onde?*

*VN\_05: Na água.*

*ENTREVISTADORA: No balde ou na cacimba?*

*VN\_05: Coloco dentro da cacimba.*

*ENTREVISTADORA2: Quanto que você joga dentro da cacimba?*

*VN\_05: É uma cacimba assim, meio grande, aí eu coloco o vidro por semana.*

*ENTREVISTADORA2: E você acha que precisa colocar esse vidrinho na cacimba?*

*VN\_05: Eu acho que sim...*

*ENTREVISTADORA2: Por quê?*

*VN\_05: Porque tá lá, entra... a gente não sabe. Entra né, algum bichinho lá dentro, rã, essas coisas...*

A água da cacimba, na narrativa dos entrevistados, é relatada como de boa qualidade, limpa e sem gosto ou cheiro (toldada apenas com a chuva). A água do igarapé também é destacada como sendo de boa qualidade. Já, a água do rio, é utilizada pelas famílias ribeirinhas que não possuem outras fontes de abastecimento, vez que esta é percebida como poluída e de qualidade ruim. Como relatado por uma moradora ribeirinha ao responder se a água é boa: “Para quem tem mina [d’água] é bom, agora para quem não tem... A água do rio não é tão boa”.

A captação é realizada por meio de bomba/mergulhão (Figura 93a) e, na falta deste equipamento, é utilizado o balde. Tal tarefa é realizada por todos os moradores da casa, ficando, no entanto, mais ao encargo das mulheres, na maioria das vezes, sendo elas também quem ligam a bomba para encher a caixa d’água. Os nativos interrogados sobre a situação do abastecimento de água são quase unânimes em relatar que não há falta de água na comunidade.

Com relação aos usos da água, constatamos que o banho é realizado direto na cacimba ou igarapé, nas residências que não possuem local apropriado para esta finalidade (Figura 93b e c), sendo que, em alguns casos, há uma cacimba própria para o banho e, em outros, há uma cacimba compartilhada para banho e consumo. Ele se aplica quando a fonte é o igarapé. No caso do rio, o banho é realizado em uma área próxima à caixa d’água (Figura 93d). Em todos os casos, o local de banho é o mesmo de lavagem de roupa (Figura 93b). Além do consumo, a água é também utilizada para todos os demais usos domiciliares (lavar vasilhas, limpeza da casa, dentre outros).

Na maior parte das residências foi relatado o uso do filtro de barro. Porém, sua utilização é motivada pelo frescor da água, e não por sua atuação como barreira sanitária.

Figura 93 – Soluções individuais de abastecimento de água



a) Cacimba com a presença de mergulhão para captação. Local de captação, banho e lavagem de roupa



b) Igarapé onde é realizada a captação de água com balde, utilizada para banho e lavagem de roupa



c) Presença de duas cacimbas, a da direita, de captação de água e a da esquerda, para lavagem de roupa.



d) Tábuas de madeira para o banho, ao lado da caixa d'água que é abastecida pela mangueira. Capta-se água do rio por meio de bomba.

Fonte: Acervo do PNSR (2016)

Possíveis formas de contaminação da água, elencadas nas entrevistas – e observadas pela equipe de pesquisa - serão descritas de acordo com a fonte de abastecimento.

- a) Com relação ao rio, a contaminação e a poluição são desconhecidas.
- b) Nas outras fontes, igarapé e cacimba, há poluição difusa, devido à declividade do terreno (as casas estão localizadas próximas à fonte de captação), por dejetos de animais (porcos, aves, gado, cachorro), águas servidas e demais resíduos, que são carreados por meio da chuva. Das fontes descritas, a cacimba é a que possui maior proteção à contaminação (Figura 94a e b).

Figura 94 –Localização de cacimba



a) Localização de cacimba, em meio ao terreno. b) Localização da mesma cacimba, em relação à casa

Fonte: Acervo do PNSR (2016)

Não foram observadas preocupações em relação ao desperdício de água. No entanto, o tipo de captação utilizada interfere no uso racional da água. A casa que não possui bomba e utiliza o balde, por exemplo, acaba utilizando a água de forma mais ponderada, a fim de evitar o trabalho de coleta.

Nesse contexto, é importante ressaltar que, como ponto de melhoria, em algumas casas foi apontado justamente o desejo de se ter água encanada em casa, como pode ser identificado na fala de uma das moradoras da localidade:

*VN\_05: “Ah, eu queria... deixa eu ver... queria que arrumasse... ‘trepçar’ a caixa pra ficar tudo assim encanada, água encanada. E... aí, eu nem sei. Eu queria só isso mesmo, ‘trepçar’ a caixa, viria a água de lá, ligava lá e já cairia tudo aqui na caixa, ficaria tudo encanado mesmo. Eu queria fazer uma área, com banheiro e um vaso e descarga, tudo...”*

### 3.3.9.2 Esgotamento sanitário

Em relação ao esgotamento sanitário, os tipos de soluções utilizadas pelos moradores da comunidade são defecação a céu aberto, denominada "pau da gata"; casinha; banheiro apenas para banho; e o banheiro para banho e para as necessidades fisiológicas. Todas as soluções encontradas podem ser observadas na Figura 95. A defecação a céu aberto ocorre no mato, em local distante da casa e sempre a jusante do ponto de captação, como foi descrito pelos moradores. Esta constitui alternativa à casinha, geralmente quando os moradores trabalham no roçado ou estão distantes da residência (em meio aos caminhos no varadouro).

Figura 95 – Casinhas e banheiros



a) Casinha de madeira externa à casa, com a presença de dois caixotes semelhantes à estrutura de um vaso sanitário



b) Casinha de lona externa à casa, com a presença de caixote de madeira



c) Banheiro de madeira com água encanada, com vaso sanitário, lavatório e chuveiro.



d) Casinha de madeira externa à casa, sem porta e aterrando



e) Casinha de madeira externa à casa, não utilizada, onde percebe-se que é jogado lixo no buraco da fossa



f) Banheiro com água encanada, com a presença de chuveiro apenas para banho

Fonte: Acervo do PNSR (2016)

A defecação no mato é feita sem cobertura ou cava de um local para deposição das fezes, “a gente faz o serviço lá e vai embora”. Na casa de uma moradora, ao entardecer, apesar de no decorrer da entrevista não ter relatado nenhum constrangimento em utilizar o mato, a interlocutora chamou as duas pesquisadoras e mostrou o pinico, dizendo que era para “jogar pela janela”. Segundo ela, não era bom "sair assim para o mato", uma vez que éramos as únicas mulheres em um domicílio com vários homens: seus dois filhos, seu marido, o guia e os outros dois pesquisadores. A presença de pinico foi também observada em outra residência.

Percebemos que há um desconforto em ter de sair à noite para utilizar o mato, mas não conseguimos aprofundar no tema para estabelecer se seria por comodidade, medo ou constrangimento. Um

trabalho com maior tempo conseguiria cercar os detalhes dessa relação. Foi relatado o uso do papel higiênico.

A casinha, geralmente, é localizada a jusante do ponto de captação de água, sendo externa à casa. Dentre os locais visitados, verificou-se que a maioria era constituída de madeira maçaranduba ou lona, com existência de caixa (similar a uma privada, mas de madeira) e/ou buraco. Logo debaixo da caixa de madeira (ou buraco) há uma fossa seca, construída pelos moradores, que se trata de um buraco com aproximadamente dois metros de profundidade, no qual são colocadas escoras de madeira para "segurar".

Normalmente, são construídas no verão, *quando "o nível da água está baixo, porque no inverno o nível da água é bem alto"*, como relatado por um entrevistado.

Alguns dos problemas relatados pelos moradores, e percebidos pelos pesquisadores, no campo, são: mau cheiro, presença de carapanã (mosquito), aterramento com o tempo (no inverno - período chuvoso), além do seu uso para a deposição de resíduos que não queimam (vidro, metal, fralda, dentre outros) (Figura 96). Tal estrutura nem sempre é utilizada pelos moradores, segundo um interlocutor, devido às péssimas condições em que algumas casinhas se encontram.

Outra estrutura identificada pela equipe foi um cômodo anexo à casa, construído em madeira, contendo pia e chuveiro, utilizado para tomar banho. Normalmente está presente em casas que possuem bombas e caixas d'água - com encanamento da água para esse cômodo. Nestas casas a água da cozinha também é encanada apenas uma entre as dez colocações visitadas possuía banheiro completo, com vaso sanitário com veiculação hídrica, chuveiro e pia (Figura 96). Feito de madeira, o cômodo é anexo à casa. Neste caso específico, a disposição do esgoto é realizada em uma fossa rudimentar. Entretanto, a fossa começou a "vazar" e foi feito um "rego" (vala), que conduz o esgoto pelo terreno até o curso d'água, a jusante do local utilizado para a captação da água.

Figura 96 – Banheiro completo e fossa rudimentar com ‘rego’



a) Banheiro anexo à casa



b) Banheiro completo: pia e vaso



c) Chuveiro do banheiro completo



d) Esgoto do banheiro chegando à fossa

Fonte: Acervo do PNSR (2016)



e) Rego que leva o que transborda da fossa até “lá embaixo” onde passa o igarapé

O risco de saúde ou contaminação relacionado ao contato com as excretas não foi abordado nas falas dos interlocutores. No entanto, percebe-se o cuidado com o local para a realização das necessidades fisiológicas e para a construção destas estruturas - longe do local de captação e da casa. Segundo um dos entrevistados (VN\_08):

*“construir as fossas distantes é uma tradição antiga (...) a sujeira pode descer para a água”.*

Quanto às águas servidas, há dois tipos de estruturas utilizadas: a pia (Figura 97a) e/ou o girau (tábua de madeira para lavar vasilhas) (Figura 97b). Em ambos, a água vai direto para o terreno (em forma de calhas, Figura 97c e d) ou, em alguns casos, para aguar plantas.

Figura 97 – Soluções adotadas para as águas servidas



a) Girau, onde são lavadas vasilhas



b) Cozinha com pia



c) Águas servidas lançadas no terreno



d) Águas servidas lançadas em calha

Fonte: Acervo do PNSR (2016).

A única intervenção externa relacionada ao esgotamento sanitário no Seringal Vila Nova foi o “edital do banheiro”, proposta pelo “De Araújo”. Trata-se de um projeto que beneficia poucas famílias, tendo a logística como princípio norteador. Neste projeto, as famílias ribeirinhas seriam atendidas em detrimento das que se encontram no interior da reserva, uma vez que o material (placas de concreto) é muito pesado para ser transportado dentro dos varadouros da reserva. Como relatado por um interlocutor:

*“Aqueles blocos tu imagina, como é que vão trazer essas placas tudo? ... É pesado... Sempre que esses projetos do governo federal indo de lá para cá, nunca dá certo na região Amazônica”.*

### 3.3.9.3 Resíduos sólidos

Quando indagados sobre "O que você faz com o lixo?" a maioria das pessoas respondeu que queima ou enterra. O lixo queimado no fundo do quintal corresponde a materiais combustíveis, como plástico e papel (Figura 98a). Também no quintal, o que "não queima" é enterrado, como vidro, metal e fralda descartável. Em algumas colocações, estes resíduos também são lançados em buracos ou vala (Figura 98b) ou na fossa seca (Figura 98c). Já o resíduo orgânico, como resto de comida, não é definido como lixo, sendo lançado para os animais (cachorro, galinha, pato, porco etc.) no quintal. Em nenhuma das colocações visitadas os moradores realizam compostagem. No entanto, segundo os entrevistados, é comum utilizar as fezes do gado para adubo no roçado. Foi possível perceber a presença de lixo (principalmente plástico) nos terrenos próximos às casas.

No que tange à narrativa dos moradores sobre o risco de contaminação do solo e das águas, devido à deposição do lixo, identificamos que a maioria reconhece a pilha como um material perigoso, e que pode trazer danos à saúde. Quando indagados sobre o local onde costumam jogar as pilhas, a resposta unânime foi: *"jogo no mato (...) em um local distante da casa e de onde as pessoas passam"*. As baterias de automóveis, segundo um dos entrevistados, são vendidas para *"um cara que passa na beira do rio"* e leva. Um morador relatou que queima e utiliza o chumbo para fazer tarrafa (rede de pesca). Nesta mesma colocação, algumas crianças fizeram uma "mini academia" e usam as baterias como pesos (Figura 99).

Figura 98 – Destinações do lixo



a) Lixo a ser queimado no quintal



b) Lixo jogado em vala



c) Fralda colocada em fossa seca

Fonte: Acervo do PNSR (2016)

Figura 99 – Baterias usadas utilizadas como pesos, em uma "mini academia".



Fonte: Acervo do PNSR (2016)

Não foi relatado pelos moradores, embora tenha sido observado pela equipe, que em algumas casas as pessoas reutilizam recipientes plásticos e metálicos para guardar/armazenar mantimentos e outros produtos (Figura 100). Potes de vidro são reutilizados como copos, em muitos casos. Em uma casa, foi observado, inclusive, o uso de um recipiente de soda cáustica para armazenar sabão.

Figura 100 – Potes e recipientes sendo reutilizados para guardar produtos diversos



Fonte: Acervo do PNSR (2016).

De forma geral, os moradores reconhecem os recipientes de defensivos agrícolas como algo que não deve ser reaproveitado, mas não veem como um material perigoso, e os queimam junto com os outros resíduos. Além disso, foi relatado que há um senhor que coloca pinga nesses recipientes. Constatamos também que ao manusear/aplicar os defensivos agrícolas, não utilizam os equipamentos de proteção individual (EPIs).

Durante a entrevista em grupo, os moradores relataram que não imaginam outra possibilidade de destinação do lixo, exceto queimar ou enterrar, na situação atual em que se encontram, referindo-se ao de difícil acesso. Solicitados a imaginar a construção do ramal e questionados se, nesse caso, levariam o lixo para determinado ponto de coleta, a resposta foi positiva. Porém, ao questionar se estariam dispostos a pagar pela coleta, desconversaram e deram entender que não, como pode ser observado no trecho do diálogo abaixo (VN\_09):

(VN\_09): "A gente mesmo separa e leva o lixo onde precisar"

Entrevistador: "E pagariam?"

(VN\_09): "... Ausência de resposta".

#### 3.3.9.4 Drenagem pluvial

Desde que chegamos ao Acre nos alertaram para a questão das chuvas. O período chuvoso, que corresponde ao inverno<sup>62</sup> na região norte, compreende o período entre os meses de novembro e

<sup>62</sup> O período de inverno para os entrevistados corresponde ao período de início das chuvas.

março. Em diversas entrevistas, foi relatado que, no ano de 2015, choveu muito, ocorrendo alagações jamais vistas antes.

Na segunda quinzena de janeiro de 2016, período em que a pesquisa foi realizada, os moradores afirmaram que as chuvas estavam demorando a chegar e os ramais estavam em boas condições.

Assim que entramos na reserva, a primeira casa era de um ribeirinho que havia sofrido muito, em consequência da “alagação” do Rio Acre (rio que divide o Seringal Vila Nova do Ramal Zé do Côco – Figura 101). Foi relatado que a alagação do rio no ano anterior havia sido fora do normal, fazendo com que eles perdessem vários bens. Foi narrado também como se deu a perda da produção agrícola. Além disso, segundo ele, tiveram que mudar o gado de lugar.

*“Teve gente perdeu quase tudo” VN\_07.*

Figura 101 – Rio Acre, na “alagação”, quando o nível do rio atingiu a altura das janelas das casas



Fonte: Acervo do PNSR (2016).

Como forma de assistência governamental, nesse período, foram doadas caixas d’água, cestas básicas, redes de dormir, material de limpeza e água potável, pela prefeitura e pelo governo estadual.

Nos períodos de chuva, há quedas de árvores devido às fortes rajadas de vento. Com isso, alguns trechos de varadouros ficam ainda mais prejudicados (Figura 102). Alguns locais, inclusive, chegam a ficar inacessíveis por alguns dias. Para resolver esse problema, a comunidade se organiza, através de mutirões, que abrem caminhos cortando as árvores caídas, e que impedem o acesso entre as colocações. Declararam haver algum auxílio da associação do seringal, geralmente relacionado ao combustível para as motosserras. Em relação às áreas mais internas à reserva, o problema relatado foi a alagação dos igarapés. As pessoas alegaram atravessar determinados trechos a nado ou utilizando canoas, quando isso acontece.

Outro fator apontado no período chuvoso é que a água, principalmente de quem faz a captação a partir de igarapés, fica “toldada”, isto é, com um elevado grau de turbidez.

Figura 102 – Situação dos Varadouros



a) Caminho no período de seca, já com lama.



b) Altura que chegou a água do Rio Acre na “alagação” de 2015.

Fonte: Acervo do PNSR (2016)

### 3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após 26 anos de criação da Resex, a população finalmente passou a ter perspectivas de acesso às políticas públicas de saneamento (Edital do MDA) e energia elétrica. Observamos que o acesso a estes serviços, assim como a outras políticas públicas, ainda é precário na localidade. Vivem em um contexto de descaso e promessas de melhorias de vida, seja por parte dos políticos locais em busca de eleitorado, ou por órgãos públicos com projetos mal planejados ou não executados.

A grande lacuna temporal, de 26 anos, sem ações de assistência social pelo órgão gestor, Governo Federal, Estadual e Municipal induziu uma mudança necessária para a manutenção e sobrevivência dos moradores do Seringal Vila Nova.

O acesso precário (e que piora de acordo com o período do ano), além da distância espacial das colocações, em meio à mata, invalidou a permanência/continuidade do modo de vida extrativista. Neste cenário, o gado se tornou a alternativa para a geração de renda. A criação do gado trouxe benefícios como o escoamento, o acesso a crédito e perenidade da produção; diferentemente da lida com a castanha, o látex e demais produtos extrativistas.

Ainda que o ICMBio seja percebido pela comunidade como a personificação do fiscalizador, na realidade este é um órgão gestor, fiscalizador, articulador e, principalmente, mediador de questões relativas às demandas da comunidade. Sem a oferta de meios para a manutenção ou acompanhamento dos projetos implantados não haverá sustentabilidade e efetividade das ações,

sendo sempre fardadas ao fracasso, uma vez que foram observados diversos casos de iniciativas abandonadas por falta de manutenção.

Na Resex, todos os membros da família exercem alguma função, tanto no contexto do domicílio quanto nas atividades produtivas e as funções desenvolvidas, geralmente são bem delimitadas e divididas entre homens e mulheres. À mulher cabe o serviço doméstico, de organização e “dona do lar”, talvez por isso, nas narrativas, identificamos em suas falas um maior desconforto e incômodo quanto à ausência dos serviços de saneamento.

De modo geral, foi observado que o melhoramento da infraestrutura sanitária é influenciado pela presença de mulheres e crianças na casa, assim como pelo grau de instrução (escolaridade) dos moradores e pela condição financeira do conjunto familiar. As melhores estruturas de banheiro, ou casinha, ou ainda local para banho foram verificadas em residências com crianças e filhas adolescentes. Fato esse que nos permite inferir que, no caso de educação sanitária, talvez as mulheres sejam o melhor veículo de transmissão das informações.

O indivíduo não é visto como apenas um morador ou pela profissão ou cargo, as pessoas se identificam pelos nomes e apelidos. As relações sociais são firmadas com base na confiança nas pessoas – nascidas e criadas no local. Percebe-se que não há a necessidade de acordos formais, em que tudo deve ser documentado e validado. A vida em comunidade permite tais relações, em que a maior parte é regida pelo espírito coletivo sobrepondo o individual. Longe de se constituírem unidade identitária, quando questionamos aos moradores da reserva como se viam hoje, obtivemos um misto de respostas, que geralmente se relacionavam ao: “de tudo um pouco”. Assim, foi possível inferir que não possuem mais uma unidade que os caracterizavam no imaginário nacional, como “povos da floresta” e/ou apenas “seringueiros”.

Observando e descrevendo o dia a dia das famílias com que tivemos contato, a nossa reflexão é que nenhuma das organizações que atual na Resex contribui de maneira relevante para mudanças significativas na vida dos moradores. É, portanto, de extrema importância a realização de um trabalho de pesquisa específico sobre o uso do material local; do envolvimento e inserção dos moradores na tomada de decisões, indo além de meros espectadores da replicação de ações que “vem de lá para cá. Feito em Brasília, aí nunca dá certo para realidade amazônica”.

### 3.5 REFERÊNCIAS

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Fundação João Pinheiro (FJP). Atlas Brasil. Atlas do Desenvolvimento Humano. Disponível em: < <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 20 de mai. de 2016.

CUNHA, L. H. Reservas extrativistas: uma alternativa de produção e conservação da biodiversidade. Encontro dos Povos do Vale do Ribeira, 2001.

EMBRAPA, 2001. Mapa de Zoneamento Agroecológico do Município de Capixaba (2001).

FARIAS, C. S. MANIPULAÇÃO DO TERRITÓRIO: o agronegócio e o campesinato na Amazônia. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 5, n. 9, p. 51-70, fev. 2010.

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis - Reserva Extrativista Chico Mendes - Superintendência do IBAMA no Estado do Acre. Xapuri, 2006. Disponível em: <[http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/resex\\_chico\\_mendes.pdf](http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/resex_chico_mendes.pdf)>. Acesso em: 11 abr. 2016.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico de 2010. Resultados do Universo. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em 20 de jul. 2016.

LIMA, E. M. Conflito Sócio-Ambiental do Uso e Ocupação das Terras no Estado do Acre – o caso do município de Capixaba. Dissertação de mestrado. Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2005.

PMSB, 2016. Plano Municipal de Saneamento Básico de Capixaba, Aprovado em 2016.

SEMA/AC (2007) e SIPAM (2004). Mapa de Bacias e Microbacias do Município de Capixaba - AC

WWF, 2015. Guia Informativo de Gestão Participativa da Reserva Chico Mendes – Acre.

## **Organização e autoria**

*Bárbara Marques Sales*

*Jéssica Ayra Silva*

*Oscar Torreta*

*Vinícius Galvão*



PROGRAMA NACIONAL  
DE SANEAMENTO RURAL

# PNSR

SÉRIE MEMÓRIAS DO PROGRAMA NACIONAL DE SANEAMENTO RURAL



MINISTÉRIO DA  
SAÚDE



PÁTRIA AMADA  
**BRASIL**  
GOVERNO FEDERAL